



CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

IDENTIDADE DE GÊNERO
A (re)significação dos papéis de mulheres e homens
na Zona da Mata de Pernambuco

Mona Lisa Dourado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso.

Recife, setembro de 2003

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
IDENTIDADE DE GÊNERO: A (RE)SIGNIFICAÇÃO DOS PAPÉIS DE HOMENS E MULHERES
NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

IDENTIDADE DE GÊNERO
A (re)significação dos papéis de mulheres e homens
na Zona da Mata de Pernambuco

Mona Lisa Dourado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso.

Recife, setembro de 2003

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso

Prof^a. Dra. Ana Cristina Vieira

Prof^a. Dra. Cristina de Melo Teixeira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
IDENTIDADE DE GÊNERO: A (RE)SIGNIFICAÇÃO DOS PAPÉIS DE HOMENS E MULHERES
NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Dedico esta dissertação a minha
mãe, Maria das Graças Dourado
Neves, ao meu pai, Alvaro
Ferreira Neves, e ao meu irmão,
Breno Dourado.

AGRADECIMENTOS

Como a elaboração de uma pesquisa não é resultado apenas do esforço individual, agradeço a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente contribuíram para que esta dissertação se tornasse possível.

Às mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco, que me abriram não só as portas de suas casas, mas de sua intimidade, compartilhando comigo seus pensamentos mais profundos, suas histórias de vida, seus questionamentos, anseios, alegrias, frustrações e esperanças. Sem a colaboração dessas pessoas, este trabalho certamente não teria a mesma vivacidade.

À Euza e Josiran, pela hospitalidade e atenção durante a estada na Zona da Mata.

À Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), pela oportunidade de acompanhar suas atividades e, assim, entender melhor a dinâmica da vida e do trabalho no campo. Pela solicitude e pela disponibilização de material bibliográfico para este estudo.

Ao Prof. Dr. Luiz Momesso, por me despertar o interesse pela pesquisa acadêmica, por me apresentar à realidade da Zona da Mata e me fazer descobrir os próprios caminhos. Pela orientação, incentivo, carinho e amizade permanentes durante a realização deste trabalho.

À Profa. Dra. Socorro Abreu, pela leitura atenciosa desta pesquisa e pelas importantes contribuições.

Aos Profs. Drs. Darcier Barros e Cristina Teixeira, pelas dicas e observações valiosas no período da qualificação.

Aos professores e professoras do Mestrado em Comunicação da UFPE, pelas discussões sempre enriquecedoras.

Aos colegas de turma, especialmente a Ricardo e Zirlana, pela amizade, pela estimulante troca de experiências e pela afetuosa convivência.

Aos funcionários do PPGCOM, Cláudia e José Carlos, pela disponibilidade e simpatia.

À minha família, pela torcida constante, paciência e pelos necessários momentos de descontração.

A Samuca, pelo companheirismo e pela ajuda e alegria na reta final de elaboração deste trabalho.

Aos amigos Ana Gabriela, Tereza, Ana Paula, Rita, Carol, Eveline, Rinaldo, Breno, Isabela, Beta, Roberto, Julliana e Mário, pela confiança, pelo incentivo, pelas boas risadas e pelo carinho inestimáveis.

Aos amigos do Jornal do Commercio, Bruna, Jacques e Melissa, e do JC OnLine, principalmente a Manuela, pelo apoio e estímulo no decorrer deste percurso.

A Deus, pelo dom maior da vida e pelo equilíbrio nos momentos desfavoráveis. Pela capacidade intelectual que me impulsiona a buscar compreender a realidade social em que estamos inseridos e modestamente a colaborar para suscitar reflexões, interpretações e atitudes que contribuam para tornar o mundo que nos cerca mais justo e igualitário. Pretensão que se traduz na concretização desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho discute, na fronteira entre os territórios da comunicação, política e teoria social, de que modo e por quais caminhos mudanças culturais profundas estão em curso na Zona da Mata de Pernambuco, abrindo espaço para a constituição de uma nova visão de mundo e reformulação do contexto social. O intuito é mostrar como tais transformações estão relacionadas tanto com o processo de desestruturação da economia sucroalcooleira como, e principalmente, com a articulação do conceito de igualdade de gênero introduzido pelo sindicalismo rural. Não se perde de vista, entretanto, que esse processo não se dá sem contradições, limites e resistências, considerando-se o histórico de relações de subserviência e dominação que se estabeleceram na região, notadamente marcada por uma cultura patriarcal e machista.

Assim sendo, este estudo analisa a recepção por parte de trabalhadores e trabalhadoras da Zona da Mata do discurso de igualdade de gênero transmitido pelo sindicalismo rural, partindo de temáticas como divisão sexual do trabalho, sexualidade, violência sexista, religiosidade, entre outros. Busca-se, então, interpretar a construção de significados por esses sujeitos, compreendendo o uso que eles fazem das mensagens emitidas pelo sindicalismo, em meio à interação com as mensagens provenientes de inúmeras outras matrizes discursivas (Igreja, partidos políticos, ONGs, etc.). Simultaneamente, busca-se captar o grau de influência na recepção de elementos culturais presentes no contexto sócio-político-econômico do qual os trabalhadores participam, que contribuem na composição de sua visão de mundo e definição de atitudes e comportamentos.

A partir da observação *in loco* das práticas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e da análise dos seus depoimentos, conclui-se que, entre avanços e recuos, o discurso de igualdade de gênero vai sendo negociado, adaptado e incorporado por mulheres e homens da Zona da Mata, com vistas a modificações na realidade vigente. Evidencia-se, entretanto, que ainda é preciso percorrer uma longa

trajetória para tornar as relações de gênero menos desiguais. Até porque, mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder. Ademais, nem sempre a consciência de subordinação por parte das mulheres, implica em transformações imediatas, o que não significa que elas não estejam em processo. Os esforços não têm sido em vão, tampouco se podem ignorar as conquistas.

ABSTRACT

The present thesis discusses – in the limits in between communication, politics and social culture – how and in what ways occur deep cultural changes in Pernambuco, specifically in the area named Zona da Mata, opening space to the constitution of a new world view and social conjuncture. Its objective is to show how those transformations are related to the process of decline of the sugar-cane economy as well as, in particular, the concept of equal genders introduced by the rural unionism. However, it's been observed this process doesn't happen without contradictions, limits and resistances, considering the history of submitting and dominating relationships established in the area – visibly marked by a patriarchal and machismo culture.

Therefore, this study analyses the reception, by the male and female workers of the Zona da Mata area, of the speech of equality between genders transmitted by rural unionism , starting by themes such as sexual division of labor, sexuality, sexist violence, religion, among others. Attempting to interpret the construction of meanings by those subjects and understanding how they use the messages sent by the union, while they interact with several other sources of discussion (Church, politics parties, Nun Governmental Organisations etc) is undertaken. Simultaneously, this work tries to catch the degree of influence in the reception of cultural elements present in the social, political, economical context in which those workers are in, contributing to the composition of their world view and defining attitudes and behaviours.

Observing in loco the practices of both female and male workers and analysing their statements, it is concluded that, between advances and retrogress, the speech of genders equality have been negotiated, adapted and incorporated by women and men of Zona da Mata, with possible modifications during the actual reality. It is evident, however, that it is necessary to go through a long trajectory to make those

gender relations less unequal, bringing back the concept that changes on social relations always demands changes on power institutions. Besides, it is not always that women's conscience about their submission implicates immediate transformations, though it doesn't mean they are not in the process. Efforts are not in vain and their conquerors cannot be ignored.

“O movimento feminista deveria sonhar mais alto, não se contentando simplesmente com a eliminação da opressão das mulheres. Devemos sonhar com a eliminação dos papéis sexuais e com a sexualidade obrigatória. O sonho mais radical é por uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não assexuada), na qual a anatomia sexual seria irrelevante quanto a quem se é, o que se faz e com quem se ama”.

(Gayle Rubin)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	14
1. POR UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A PESQUISA DE RECEPÇÃO	22
1.1. Gramsci e os Estudos Culturais	22
1.2. Estudos latino-americanos	26
1.2.1. Cotidianidade, mestiçagem e competência cultural	28
1.2.2. Hibridização e multiculturalismo	30
1.2.3. Mediações múltiplas	31
1.3. Cotidianidade, senso comum e filosofia	34
1.4. Gênero e desigualdade	37
2. ALGUNS CAMINHOS PARA O ENTENDIMENTO DOS PROCESSOS COMUNICATIVOS	42
2.1. Multimeios	42
2.2. Representando a realidade	43
2.3. Sujeitos ou assujeitados	47
2.4. Procedimentos Metodológicos	49
2.4.1. Pesquisa bibliográfica	49
2.4.2. Pesquisa de campo	50
2.4.3. Análise dos dados	53
3. ZONA DA MATA: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS	54
3.1. Zona da Cana	54
3.2. Degradação das relações de trabalho	57
3.3. Concentração de terra	59
3.4. Educação e saúde	61
3.5. Organização para a mudança	63
3.6. A presença do sindicalismo rural	65

4. BREVE ANÁLISE DA INTRODUÇÃO E EVOLUÇÃO DO DISCURSO DE GÊNERO NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL	69
4.1 Primeiros Passos	69
4.2. O movimento ganha a Zona da Mata	72
4.3. A luta se consolida no Estado	76
4.4. Uma identidade não se constrói sem contradições	78
4.5. Delineando conquistas	79
4.6. Igualdade de gênero começa dentro de casa	82
4.7. Ampliando espaços	88
4.8. Gênero e classe	89
5. GÊNERO, TRABALHO E SEXUALIDADE	91
5.1. Relações de trabalho no ocaso da economia sucroalcooleira	91
5.2. Divisão sexual do trabalho: a base material da desigualdade	105
5.2.1. Gênero e poder	112
5.2.2. O lugar da mulher na produção	123
5.3. A construção social da sexualidade	130
5.3.1. “Não é o sexo, é a palavra”	137
5.3.2. Comunicação oral e representações sociais	141
5.3.3. Violência legitimada	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
ANEXO	
1. Lista de entrevistados	I

INTRODUÇÃO

Colonização, latifúndio, monocultura da cana-de-açúcar atrelada à mão-de-obra escrava, sociedade patriarcal. Sob esses pilares se amarraram ao longo de cinco séculos os laços políticos, econômicos e sociais na antiga Zona da Mata de Pernambuco, região que compreende a porção oriental do Estado, próxima ao litoral, e que hoje é denominada oficialmente como Mesorregião da Mata. Lugar onde as representações sociais baseadas numa cultura de submissão e dependência ainda se mostram profundamente enraizadas no imaginário coletivo da população, refletindo-se não apenas na relação patrões/trabalhadores, dominantes/dominados, mas de forma bastante contundente nas desigualdades entre os gêneros. Essa conjuntura favorece a criação de um cenário em que se evidencia a submissão da mulher ao poder do homem, seja no âmbito privado, seja na esfera pública, como condição naturalmente estabelecida.

No entanto, não é de hoje que uma certa inquietude parece tomar corpo na Zona da Mata. E as transformações passam não só pelas repercussões desastrosas que a economia da região tem enfrentado com o processo de desmantelamento da produção canavieira, como perpassam todo o tecido social, suscitando atitudes de conformismo e estratégias de resistência, que vão desaguar no surgimento de novas condutas e práticas entre os indivíduos e as classes. Nesse percurso, destaca-se, principalmente, o posicionamento das mulheres rurais, cujas ações começam a se traduzir na constituição de uma nova identidade, que recusa as estruturas hierárquicas baseadas em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino, ressitando as diferenças entre os gêneros como um produto social - apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo de gerações - e, portanto, passível de modificações, assim como também o são as relações desiguais de trabalho.

Essa mudança de postura tem se refletido inclusive nos próprios órgãos de classe dos trabalhadores rurais, cuja representação máxima

no Estado é a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), que estão buscando se reajustar com novas formas de ação e discussão de propostas para enfrentar esse novo quadro que se coloca. Nas políticas de comunicação desenvolvidas pelas entidades sindicais já é possível identificar discursos que extrapolam as questões exclusivamente econômicas e políticas, voltadas apenas para a categoria representada, passando a incluir a questão cultural como uma dimensão fundamental para a aproximação com as diversas tendências presentes na realidade social.

Diante de tal contexto, o presente trabalho discute, na fronteira entre os territórios da comunicação, política e teoria social, de que modo e por quais caminhos mudanças culturais profundas estão em curso na Zona da Mata de Pernambuco, abrindo espaço para a constituição de uma nova visão de mundo e reformulação do contexto social. O intuito é mostrar como tais transformações estão relacionadas tanto com o processo de desmonte da economia da cana-de-açúcar como, e principalmente, com a articulação do conceito de igualdade de gênero introduzido pelo sindicalismo rural. Não se perde de vista, no entanto, que esse processo não se dá sem contradições, limites e resistências, considerando-se todo o histórico de relações de subserviência e dominação que se estabeleceram na região.

Assim sendo, este estudo analisa a recepção por parte de trabalhadores e trabalhadoras da Zona da Mata do discurso de gênero transmitido pelo sindicalismo rural, partindo de temáticas como divisão sexual do trabalho, sexualidade, violência sexista, religiosidade, entre outros. Busca-se, então, interpretar a construção de significados por esses sujeitos, compreendendo o uso que os trabalhadores e trabalhadoras fazem das mensagens emitidas pelos sindicatos, em meio à interação com múltiplas mensagens provenientes de inúmeras fontes, e detectando até que ponto o discurso sindical se identifica/ajusta às estratégias dos receptores, com vistas à execução de seus objetivos. Ao mesmo tempo, procura-se captar o grau de influência na recepção desse discurso de outras diferentes matrizes discursivas (Igreja, partidos políticos, ONGs, etc.), bem como de

elementos culturais presentes no contexto sócio-político-econômico do qual os trabalhadores participam, que contribuem na composição de sua visão de mundo e definição de atitudes e comportamentos.

A opção por concretizar essa pesquisa na Zona da Mata deve-se a pelo menos dois pressupostos que comprovam a riqueza empírica da região. Num âmbito mais específico, desperta interesse os mecanismos empregados pelo sindicalismo rural para promover a discussão sobre gênero, considerando as nuances de uma dada situação social em que, por causa da tradição patriarcal enraizada desde o tempo da colonização e agora pelo acirramento da crise da cana, as mulheres já não se encontram nos postos de trabalho assalariado, o que leva conseqüentemente à diminuição de sua presença nos próprios sindicatos. De um ângulo mais geral, destaca-se o histórico de lutas por mudanças sociais verificado na região, que pode ser exemplificado tanto pela atuação das ligas camponesas, nas décadas de 50 e 60, cuja herança combativa foi herdada posteriormente pela organização sindical rural, uma das mais bem estruturadas do País. Essa história de resistências cotidianas e lutas organizadas contrasta, entretanto, com uma cultura também presente de submissão diante do autoritarismo, da violência, do paternalismo, das práticas clientelísticas, etc. A vivência desse paradoxo aponta para uma lógica de sobrevivência que implica uma atitude de desconfiança e resguardo frente a novas idéias, lógica essa que parece orientar a apropriação e ressignificação do discurso de igualdade de gênero por homens e mulheres do campo.

Vale salientar que o trabalho ora apresentado dá seguimento a uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida desde a graduação em Comunicação Social¹, com o projeto *O Trabalhador Rural como Sujeito no Processo Comunicativo*, ao qual se seguiu a monografia de conclusão do curso intitulada *O Papel da Mulher na Zona da Mata Sul*. Nesse período, realizou-se um estudo de recepção

¹ Ainda em 1997, a pesquisadora se integrou ao grupo de pesquisa do Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso, que desenvolve desde 1994 um trabalho de pesquisa sobre a comunicação sindical em Pernambuco, particularmente no meio rural, do qual já se originaram diversos projetos de iniciação científica e de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social, além de teses e dissertações. Tais estudos, orientados pelo Prof. Luiz Momesso, assim como o que aqui se realiza, têm procurado compreender os processos comunicativos postos em curso pelo sindicalismo, analisando suas implicações nas práticas sociais dos trabalhadores.

entre os trabalhadores rurais dos conteúdos abordados durante o curso de capacitação *Educação em Saúde Reprodutiva, Gênero e Família*, promovido pela Fetape. O projeto teve como finalidade ampliar os conhecimentos de dirigentes e lideranças sindicais, além de agentes comunitários de saúde, enfermeiras e parteiras, quanto a temáticas como divisão sexual do trabalho, modelos de família, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos, entre outros. Como se pode supor, assuntos com elevado grau de dificuldade para serem discutidos na Zona da Mata, especialmente em grupos mistos de homens e mulheres, como foi feito, dado à força da cultura machista de desigualdade entre os sexos e repressão às mulheres ainda existente na região.

Diferentemente das pesquisas executadas anteriormente, entretanto, o estudo aqui realizado não procurou entender a recepção expressa apenas no discurso dos trabalhadores, mas investigá-la também durante a prática de suas atividades cotidianas, enquanto interagem com a família e a comunidade da qual fazem parte, através das conversas de fim de tarde nas calçadas da vizinhança, na volta do trabalho para casa ou nos momentos de descontração na roça. Para cumprir esse desafio, realizou-se durante uma semana uma verdadeira 'imersão'² na realidade local, particularmente no entorno da Usina Santo André, na zona rural do município de Tamandaré.

Dos aspectos observados no decorrer da pesquisa de campo, é importante ressaltar que é através da comunicação interpessoal e intergrupar que o fluxo de informações circula no universo da Zona da Mata. Equivale a dizer que a influência dos elementos de transformação e questionamento, que desenvolvem o senso crítico, o debate e formam opiniões, vêm muito mais pelas vias da comunicação oral que dos grandes meios de massa, por exemplo.

² Com base em temáticas levantadas a partir dos estudos realizados anteriormente, no intuito de apreender impressões o mais realistas possíveis do contexto analisado, procedeu-se uma pesquisa de campo no primeiro trimestre de 2002, no entorno da Usina Santo André, na zona rural do município de Tamandaré. Acomodada na casa de uma família de trabalhadores rurais, a pesquisadora pôde acompanhar em tempo integral a rotina da comunidade, vivenciando o dia-a-dia de trabalho e momentos de descontração dos trabalhadores. Tal experiência mostrou-se bastante rica na medida em que possibilitou observar as contradições muitas vezes existentes entre o discurso e a prática das atividades cotidianas dos homens e mulheres do campo.

“Como elementos fundamentais na composição da sociedade, os trabalhadores, na dinâmica dos embates de classe que compõem o seu cotidiano, na perseguição de seus objetivos táticos e estratégicos, na construção de sua organicidade e de sua consciência, produzem uma gama diversificada de formas e sistemas de comunicação (...)”.
(MOMESSO, 1997: 39).

Isso porque, como regra geral, o modelo de comunicação adotado pela mídia comercial brasileira exclui de sua pauta assuntos relacionados ao dia-a-dia, problemas e anseios da população do campo, privilegiando o inusitado, o culto às celebridades e o universo urbano em sua programação. Além do mais, segundo Luiz Momesso, o agir comunicacional é bem mais amplo que a comunicação de massa, “é fator das inter-relações sociais, midiáticas ou não, intrínseco à construção do homem como ser social” (1997: 38).

Dessa forma, verifica-se que as discussões em torno do conceito de gênero em vigor na Zona da Mata parte muito mais de uma cadeia de informações iniciada com as reuniões, palestras e cursos promovidos pelo sindicato, prosseguindo através de instrumentos de comunicação mais amplos como jornais e programas de rádio sindicais até chegar nas comunidades com a atuação dos líderes locais e se disseminar nas conversas cotidianas entre os trabalhadores, momentos nos quais se dão as interações, reflexões e construção de significados acerca de interesses comuns.

Na tentativa de compreender e explicar esses complexos fenômenos comunicativos presentes no processo de recepção do discurso de gênero por parte de homens e mulheres do campo lançou-se mão de uma abordagem multidisciplinar que envolveu vários níveis de observação e análise. Em linhas gerais, adotou-se como referência teórica a vertente latino-americana das pesquisas de recepção, cujas origens estão principalmente no pensamento de Antonio Gramsci e nos estudos culturais ingleses, de onde se extraem muitos dos conceitos trabalhados nesta dissertação, a exemplo de senso comum, cotidianidade, hegemonia, ideologia, mediações culturais, etc. Uma das maiores premissas dessa corrente é encarar o sujeito-receptor

como um ser ativo, que absorve e reelabora códigos a partir de uma estratégia que tem como suporte todo o seu repertório simbólico e conceitual. A comunicação é vista, assim, como um processo inserido em determinado contexto histórico e sociocultural.

Considerando que a análise aqui realizada se refere ao discurso de gênero, também se tornou necessária uma leitura mais detalhada sobre as teorias e conceitos que norteiam os estudos atuais acerca das diferenças sociais entre homens e mulheres. Procurou-se enfatizar especialmente o entrelaçamento dessas relações de gênero com as de poder, classe e trabalho.

Já os procedimentos metodológicos que guiaram a concretização desta pesquisa basearam-se em estudos bibliográficos sobre as representações sociais, vistas como “uma modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos no quadro da vida cotidiana” (MOSCOVICI, apud SÁ, 1995: 23)³. Tal conceito permite entender como os trabalhadores constroem e partilham conjuntamente concepções da realidade ao mesmo tempo em que, consciente ou inconscientemente, têm suas ações e condutas afetadas por essas elaborações, que funcionam como mediações dos discursos e práticas dos indivíduos.

Não se pode deixar de citar também as contribuições dos estudos sobre Análise do Discurso, na perspectiva dialética que trata as construções simbólicas não só como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-cultural e histórico, mas também como partes constitutivas desse contexto.

Foram ainda de fundamental importância para a elaboração da base teórico-metodológica desta dissertação as leituras relacionadas à cultura popular, ao desenvolvimento do movimento sindical rural em Pernambuco e aos aspectos históricos e sócio-econômicos da Zona da Mata pernambucana, que conferiram um maior respaldo de

³ MOSCOVICI, S. 1989. “Dês représentations collectives aux représentations sociales”. In: JODELET, D. (ed.). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires.

informações acerca do universo no qual se efetuam os processos comunicativos analisados.

Tendo em vista a carência de estudos recentes sobre a população da Zona da Mata – o que se deve talvez à própria decadência da economia do açúcar e possivelmente à falta de sensibilidade para as transformações que esse mesmo fato tem provocado na região –, a pesquisa aqui encaminhada justifica-se como produção de conhecimento para o entendimento das mudanças na organização social verificadas no cotidiano do meio rural, especialmente aquelas que dizem respeito às relações de gênero. A importância da análise reside também no fornecimento de subsídios para a elaboração de políticas de comunicação direcionadas a homens e mulheres trabalhadores do campo.

Em cinco capítulos, este trabalho finalmente analisa e interpreta os fenômenos comunicacionais indicados a partir de um tratamento sempre dialético, procurando mostrar o significado que eles têm para a sociedade em geral.

No **Capítulo 1. POR UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A PESQUISA DE RECEPÇÃO** procura-se explicitar as principais vertentes teóricas e conceitos que conferem sustentação ao estudo de recepção do discurso de gênero do sindicalismo por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da Zona da Mata. Na discussão proposta, aborda-se desde a influência dos estudos culturais ingleses e do legado de Antonio Gramsci nos estudos latino-americanos de recepção até os processos de hibridização cultural e a importância das práticas cotidianas e dos referenciais advindos do senso comum para elaboração das representações sobre a realidade. Isso sem falar na exposição sobre os estudos acerca das relações de gênero, que ajudam a elucidar questionamentos em torno dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade.

No **Capítulo 2. ALGUNS CAMINHOS PARA O ENTENDIMENTO DOS PROCESSOS COMUNICATIVOS** a idéia é mostrar a partir de que estratégia metodológica tornou-se possível

construir com coerência a pesquisa ora apresentada, com destaque para a contribuição das categorias das Representações Sociais e da Análise do Discurso.

No **Capítulo 3. ZONA DA MATA: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS** tem-se uma caracterização da região estudada, com enfoque na sua formação histórica, na organização social, política e cultural e nas condições econômicas, principalmente no que se refere à indústria sucroalcooleira e sua crise. Este capítulo trata, ainda, da história e situação atual do movimento sindical rural.

No **Capítulo 4. BREVE ANÁLISE DA INTRODUÇÃO E EVOLUÇÃO DO DISCURSO DE GÊNERO NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL** discute-se em torno de que idéias e práticas o discurso de gênero foi sendo construído no interior do sindicalismo rural pernambucano, destacando as mudanças de perspectivas que ele sofreu ao longo das últimas duas décadas, conforme eram transformadas as condições de sua produção.

No **Capítulo 5. GÊNERO, TRABALHO E SEXUALIDADE** procede-se à análise de temáticas centrais, como a representação do trabalho agrícola no ocaso da indústria sucroalcooleira, divisão sexual do trabalho, sexualidade, religiosidade e violência sexista, que emergiram do discurso dos próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais durante as entrevistas e observações realizadas a partir da pesquisa de campo. Com base nas teorias consideradas pertinentes ao estudo proposto, a elaboração e discussão desses temas permitiram compreender as representações feitas pelos trabalhadores sobre as relações de igualdade e desigualdade entre os gêneros, conferindo conseqüentemente subsídios para avaliação do processo de recepção do discurso sindical.

Por fim, na **CONCLUSÃO**, verifica-se se os objetivos da pesquisa foram cumpridos, tecendo-se comentários sobre as políticas de comunicação voltadas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, com enfoque nas questões de gênero.

1. POR UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A PESQUISA DE RECEPÇÃO

1.1. Gramsci e os Estudos Culturais

A abordagem teórica adotada para tentar explicar a problemática exposta neste trabalho segue a linha das pesquisas de recepção, especialmente em sua vertente latino-americana, a qual, segundo Magno Medeiros da Silva, vem tentando redimensionar e relativizar o papel do sujeito no processo de comunicação.

“Trata-se de romper com a visão ‘etapista’, isto é, aquela ótica linear e mecânica, que considera a recepção (influência), ou a emissão (procução) ou os meios (conteúdo), como pólos estanques e isolados”. (SILVA, sd: 03).

Tais estudos de recepção na América Latina, e particularmente no Brasil, são relativamente recentes, tendo se originado da renovação teórica e metodológica em emergência no início dos anos 80, quando estudiosos de diversas áreas do saber passaram a se preocupar com o crescente desenvolvimento da indústria cultural no continente. Na tentativa de construir modelos adequados para entender a comunicação numa região notadamente marcada por complexas relações culturais e gritantes desníveis sócio-econômicos, terminou-se gerando o que atualmente é denominado de pensamento latino-americano. Representando uma reflexão alternativa às análises funcionalistas, semióticas e frankfurtianas predominantes até então, essa nova corrente tem como principais referências a obra de Antonio Gramsci e os estudos culturais ingleses.

Surgido entre meados da década de cinqüenta e início dos anos sessenta, os estudos culturais ingleses (ou *cultural studies*) são resultado do trabalho de investigadores reunidos no *Center for Contemporary Studies de Birmingham*, que tem em Raymond Williams, Richard Hoggart e Stuart Hall seus principais expoentes intelectuais. Intencionando compreender a ação dos meios de comunicação de forma contextualizada, esses pesquisadores acabaram por libertar a

reflexão sobre a recepção do modelo reducionista dos efeitos, encarando-a como prática complexa de construção social de sentido. Isso corresponde a dizer que os estudos culturais permitiram uma problematização mais elaborada da recepção, em que fatores estruturais e culturais orientam o comportamento do receptor ao mesmo tempo em que esse comportamento influencia o conteúdo dos meios, refletindo uma circulação de mensagens própria da dinâmica cultural.

Para o estudo aqui proposto, a corrente dos estudos culturais mostrou-se essencial no entendimento da questão da apropriação da cultura popular na sociedade capitalista, uma vez que põe em destaque a contínua dialética entre sistema cultural, conflito e controle social, clarificando a ligação fundamental existente entre a cultura e as atitudes dos indivíduos. O interesse dos estudos culturais foca-se, pois, na análise de uma forma específica de processo social, relativa à atribuição de sentido à realidade, práticas sociais partilhadas e uma área comum de significados. De acordo com essa visão, conforme Hall (apud WOLF, 1997: 94)⁴, a cultura não é simplesmente a descrição da soma dos hábitos e costumes de uma sociedade, mas “passa por todas as práticas sociais e é a soma de suas inter-relações”. Mais que resíduo das determinações da esfera econômica, o conceito de cultura engloba, portanto, quer os significados e valores que surgem e se difundem nas classes e nos grupos sociais, quer as práticas efetivas através das quais esses valores e esses significados se exprimem e nas quais estão contidos. Em síntese, como propõe Williams (1992), a cultura é percebida como um conjunto de formas simbólicas compartilhadas na interação social e inseridas em situações histórico-políticas específicas, devendo ser analisada na sua relação dialética com a ordem social global.

Já os estudos de Gramsci, de orientação claramente marxista, procuraram resgatar a autonomia da cultura como agente no processo de negociação do poder na sociedade civil. Para isso, consideram que numa sociedade de classes coexistem de forma desnivelada dois tipos

⁴ HALL, Stuart. 1980. “Cultural Studies: two paradigms”. In: *Media Culture and Society*, n.2, p. 60.

de cultura: a cultura hegemônica e as culturas subalternas. Convivendo sob a influência da classe dominante, as culturas subalternas possuem uma presença sociocultural específica por sua capacidade de resistência, adaptação e modificação das relações que mantêm com a cultura hegemônica. O espaço para representação de valores das classes subalternas pode ser maior ou menor, dependendo da correlação de forças que há na luta de classes em cada sociedade e em cada momento histórico. Por causa dessa conexão classe-cultura, a perspectiva gramsciana redimensiona a posição do popular, localizando-o seja em contraposição à cultura oficial ou até mesmo a outros tipos de popular existentes no mesmo espaço social (LOPES: 1990).

No sentido de identificar as estratégias de construção da hegemonia e de resistência a seus mecanismos no espaço específico da Zona da Mata pernambucana, faz-se necessário primeiramente um maior esclarecimento acerca do referido conceito, que introduz na análise do poder a necessidade de tomar em consideração as negociações, os compromissos e as mediações, indo além da base exclusivamente econômica das relações de classe em favor também das questões culturais e ideológicas. Assim, a análise gramsciana da hegemonia distingue três tipos de grupos sociais no interior do bloco histórico: por um lado, a classe fundamental que dirige o sistema hegemônico; por outro lado, os grupos auxiliares que servem de base social à hegemonia e, por fim, excluídas do sistema hegemônico, as classes subalternas. Em tal sistema, de acordo com Portelli (1987 [1977]: 67), a classe fundamental ao nível estrutural dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém graças ao controle, pelas vias cultural e ideológica, da sociedade civil.

“Esse controle caracteriza-se, particularmente, pela difusão de sua concepção de mundo junto aos grupos sociais, tornando-se assim ‘senso comum’, e pela constituição de um bloco histórico homogêneo, ao qual cabe a gestão da sociedade civil”. (PORTELLI, 1987 [1977]: 67).

Como se percebe, a noção de hegemonia elaborada por Gramsci possibilita pensar o processo de dominação social não mais como uma

imposição exterior ou vinda de 'cima', mas como um processo no qual uma classe hegemoniza na medida que representa interesses que, de alguma maneira, as classes subalternas também reconhecem como seus. Desse modo, a hegemonia não é feita só de força, ou dominação, como também de sentido, de sedução e de cumplicidade.

Ao ampliar o arcabouço explicativo acerca das correlações de força presentes na sociedade, o conceito de hegemonia suscita ao mesmo tempo cuidados quanto ao seu emprego, sob pena de se cair na deformação maniqueísta de contrapor cultura subalterna e hegemônica como realidades exteriores entre si, como se a função da primeira fosse dominar, impor e manipular e à segunda coubesse a tarefa de resistir e impugnar, cada uma agindo isoladamente. Na verdade, para concretizar o intuito de interpretar as estratégias através das quais as classes subalternas filtram e reorganizam o que vem da cultura hegemônica, integrando-o e fundido-o com o que vem de sua memória histórica, como se propôs fazer nesta pesquisa, é necessário estar atento ao fato de que

"(...) nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e que nem tudo que vem 'de cima' são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as da dominação".
(MARTÍN-BARBERO, 1997: 107).

Além do conceito de hegemonia, outra contribuição Gramsciana importante consiste na sua concepção de ideologia, na medida que, conforme acentua Eagleton, "é com Gramsci que se efetua a transição crucial da ideologia como 'sistema de idéias' para a ideologia como prática vivida e costumeira - que assim deve abranger, presumivelmente, as dimensões inconscientes e não articuladas da experiência social, bem como o funcionamento das instituições formais" (EAGLETON, 1997: 197). Dessa maneira, a ideologia é definida como um sistema de valores culturais que impregna, penetra, socializa e integra um sistema social, ou, nas palavras do próprio Gramsci (1978b: 16), "uma concepção do mundo que se manifesta

implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”.

Assim sendo, a utilização do conceito de ideologia mostrou-se necessária como recurso para aprofundar a compreensão sobre as tensões e contradições que, nele contidas, marcam os atos de ressignificação característicos dos fenômenos comunicacionais. Tal noção se sobressai, portanto, como subsídio para se visualizar a dinâmica e dialética inerentes às relações sociais e, por conseguinte, às relações entre emissor e receptor aqui destacadas.

Como é possível inferir do exposto até aqui, a linha gramsciana e os estudos culturais exerceram grande influência sobre os estudiosos da comunicação na América Latina por levá-los, no primeiro caso, a conceber o espaço da recepção como um lugar de negociação onde há rejeição, aceitação e adaptação daquilo que é proposto pelas classes hegemônicas. Os estudos culturais ingleses, por sua vez, reforçaram a necessidade de se compreender os valores e significados gerados pelo discurso da indústria cultural por meio de sua inserção nas práticas cotidianas. Resguardadas suas peculiaridades, essas duas correntes contribuíram para a construção de uma das principais premissas do pensamento latino-americano atual: a abordagem da comunicação não mais de forma segmentada – estudo do meio, do canal, da mensagem, do emissor, do receptor – e sim como um processo inserido em determinado contexto histórico e sociocultural. Entre os eixos básicos de reflexão desse pensamento está o deslocamento dos meios às mediações, proposto por Jesús Martín-Barbero e sistematizado por Guillermo Orozco, e os processos de hibridização cultural, explicitados por Néstor García Canclini.

1.2. Estudos latino-americanos

Ao desenvolver o conceito de mediações⁵, Martín-Barbero foi o primeiro investigador a discutir de forma aprofundada a necessidade

⁵ Vale salientar que a definição de mediação apresentada por Martín-Barbero difere do conceito já trabalhado por Marx. De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista (1988: 263-264), a mediação “é uma categoria central da dialética. Em um sentido literal, refere-se ao

de construção de um novo paradigma para a análise da comunicação na América Latina. Preocupação que se encontra devidamente elaborada em seu livro *Dos Meios às Mediações – comunicação, cultura e hegemonia*, em que o teórico desenvolve o conceito de mediação cultural em relação com a participação dos sujeitos em movimentos sociais e organizações, assumindo-a como pressuposto básico do processo de recepção e estrutura indissociável das práticas sociais e políticas dos receptores.

Martín-Barbero demonstra que, apesar de ter havido duas etapas de formação do paradigma hegemônico para a análise da Comunicação na América Latina, ambas apresentaram falhas, não conseguindo dar conta de todas as ambigüidades, conflitos e contradições que permeiam o processo comunicativo.

A primeira, surgida no final dos anos 60, inspirada no modelo de Laswell, é chamada de ideologista, porque então a pesquisa se concentrava no objetivo de descobrir e denunciar as estratégias mediante as quais a ideologia dominante penetra o processo de comunicação, ou melhor, penetra a mensagem, provocando determinados efeitos. Tal ideologização impediu que se interrogasse qualquer outra coisa nos processos, além dos rastros do dominador. Nunca os do dominado e, muito menos, o do conflito.

“Entre emissores-dominantes e receptores-dominados, nenhuma sedução nem resistência, só a passividade do consumo e a alienação provocada por uma mensagem-texto nunca atravessada por conflitos e contradições, muito menos por lutas”. (MARTÍN-BARBERO, 1997: 279).

Já a partir dos anos 70 começa a surgir outro quadro, marcado pela seriedade do cientificismo, que prevê a reconstrução do paradigma hegemônico com base no modelo informacional, que proibia a problematização de tudo aquilo que não tivesse a correspondência de um método, como critério de rigor e verdade. Surge então a teoria da informação, sustentando o paradigma hegemônico numa fragmentação

estabelecimento de conexões por meio de algum intermediário. Como tal, figura com destaque na epistemologia (...) E na lógica, em geral, dando conta dos problemas do conhecimento imediato/mediato, de um lado, e dos problemas do silogismo – ou “inferência mediata” – do outro”.

e operacionalização do processo de comunicação, que controla o tipo de perguntas formuláveis, assim reduzindo o universo do investigável e os modos de acesso aos problemas. A tendência, então, é deixar de lado as contradições, que não são consideradas como expressão de conflitos e sim como resíduos de ambigüidade.

De acordo com Martín-Barbero, além dessa comprovada limitação do modelo hegemônico, também os fatos recorrentes nos processos sociais da América Latina determinaram a mudança de paradigma, levando a uma necessidade de análise das inter-relações de conceitos como transnacionalização, democracia, cultura, identidade e movimento popular, cada vez mais presentes na articulação das práticas sociais em curso no continente. E essa nova compreensão do problema da identidade surge inscrita num movimento de profunda transformação do político, que está estreitamente relacionado com a redescoberta do popular, ou seja, com o novo sentido que essa noção hoje adquire: revalorização das articulações e mediações da sociedade civil, sentido social dos conflitos para além de sua formulação e síntese política, reconhecimento de experiências coletivas não enquadradas nas formas partidárias. É o cultural, portanto, que assinala a percepção de dimensões inéditas do conflito social, a formação de novos sujeitos – regionais, religiosos, sexuais – e formas de rebeldia e resistência. Pensar os processos de comunicação neste sentido, a partir da cultura, significa deixar de pensá-los a partir das disciplinas às quais por muito tempo os estudos de comunicação se submeteram, em busca de legitimidade teórica, e dos meios. Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias, encarando-a como um processo intrinsecamente ligado à cultura e, conseqüentemente, à constituição do político.

1.2.1. Cotidianidade, mestiçagem e competência cultural

Perdidas as garantias buscadas pela inércia daquelas etapas ideologista e funcionalista, Martín-Barbero propõe, então, um novo

mapa para questionar e explicar a sociedade, que mude o lugar a partir do qual as perguntas são formuladas, isto é, que considere não só as formas organizadas de lutas das classes populares, como também a cotidianidade. “Um mapa que não sirva para a fuga, e sim para o reconhecimento da situação a partir das mediações e dos sujeitos” (MARTÍN-BARBERO, 1997: 288). O autor critica as teorias que privilegiaram as dimensões relativas ao trabalhador-produtor de mercadorias não somente na hora de compreender sua situação, mas também na hora de despertar sua consciência, observando que o que verdadeiramente interessou à maioria das organizações de esquerda na vida das classes populares foram as ações de reivindicação e as associações que organizaram essa luta. Todo o resto – as práticas que constituem o viver cotidiano, juntamente com aquelas que se referem à subsistência e dão sentido à vida – foi considerado mais como obstáculo à tomada de consciência do que como ação politicamente conseqüente. O apego dos setores populares à família, no entanto, não está necessariamente relacionado, ou pelo menos, não apenas, à conservação do passado, nem na percepção do popular, o espaço doméstico se restringe às tarefas de reprodução da força de trabalho. Pelo contrário: frente a um trabalho marcado pela monotonia e despojado de qualquer atividade criativa, o espaço doméstico representa e possibilita um mínimo de liberdade e iniciativa. No caso da pesquisa aqui exposta, são justamente as práticas inerentes a essa dimensão do cotidiano que se procurou captar para entender as apropriações e ressignificações feitas pelos trabalhadores rurais da Zona da Mata a partir do discurso de igualdade de gênero do sindicalismo rural.

Uma vez que para Martín-Barbero a verdade cultural da América Latina é a mestiçagem – definida não só como fato racial, mas principalmente como pluralidade de culturas, experiências e saberes – “o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as medições, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais”.

“É preciso retirar o estudo da recepção do espaço limitado por uma comunicação pensada em termos de mensagens que circulam, de efeitos e reações, para re-situar sua problemática no campo da cultura: dos conflitos articulados pela cultura, das mestiçagens que a tecem e dos anacronismos que a sustentam, e por fim do modo com que a hegemonia trabalha e as resistências que ela mobiliza, do resgate, portanto, dos modos de apropriação e réplica das classes subalternas”. (MARTÍN-BARBERO, 1997: 258).

1.2.2. Hibridização e multiculturalismo

Outro que também elege a cultura como espaço privilegiado a partir do qual estudar a comunicação nos países latino-americanos é Néstor García Canclini. Ao considerar a América Latina um lugar onde “as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar”, Canclini (1993) opta por utilizar o termo hibridização para designar as diversas mesclas interculturais, os cruzamentos socioculturais em que o moderno e o tradicional, o novo e o velho, o popular e o culto, o subalterno e o hegemônico se misturam nesse continente. De acordo com essa ótica, a cultura deve ser pensada como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, sendo a cultura das classes populares especificamente vista como resultante da apropriação desigual do capital cultural, da elaboração específica de suas condições de vida e da interação conflituosa com seus setores econômicos. Ou, em outras palavras, segundo define Marilena Chauí (1996), é “o conjunto disperso de práticas, significações e formas de consciência que possuem lógica própria”, agindo desordenadamente no interior da cultura hegemônica, como mescla de conformismo, assimilação, inconformismo e resistência, apropriação e transformação. Assim, o popular não deve ser encarado como um conjunto de objetos, mas como “uma posição e uma prática”, cujos significados são constantemente alterados conforme os conflitos sociais.

“É o uso e não a origem, a posição e a capacidade de suscitar práticas ou representações populares que confere essa identidade”. (CANCLINI, 1993: 135).

1.2.3. Mediações múltiplas

Com seu modelo da Mediação Múltipla, é Guillermo Orozco quem vai dar prosseguimento e sistematizar metodologicamente a teoria da recepção a partir das mediações. Extremamente complexo, para Orozco, o processo de recepção não se circunscreve ao mero momento de interagir direta ou fisicamente com as mensagens de um meio, mas transcende essa situação, sendo condicionado pelas práticas cotidianas individuais e coletivas dos receptores, em que se negociam significados e sentidos e se realiza a apropriação dos discursos ou a resistência a eles.

Além dessa premissa fundamental, existem pelo menos outras seis importantes a considerar, no sentido de conceitualizar o processo de recepção de uma forma mais completa e precisa. A primeira delas defende que a recepção é necessariamente um processo mediado, não só em seu conjunto, senão em cada um de seus momentos. Por exemplo, a mesma percepção de um discurso, ao efetuar-se, implica distintas atividades mentais, como atenção, compreensão, assimilação, associação etc., que se realizam de forma imperceptível e se desenvolvem de maneira automática, mas que nem por isso deixam de realizar-se. As mediações entram em jogo em cada uma dessas atividades e momentos.

A recepção também implica interação, em distintas direções: com o meio, com o gênero, com a mensagem, com a cultura, com as instituições e com os temas que influenciam nossa significação do real, ou seja, tudo o que inspira nossas prioridades de ação e pensamento, aquilo do qual mais gostamos de falar e o que resulta relevante para nossa existência diária e intercâmbio.

Um terceiro pressuposto do processo de recepção sustenta que a exposição aos meios não é uma variável determinante. O importante, na verdade, seria a maneira de se expor a suas

mensagens: passiva ou ativamente, crítica ou acriticamente, individual ou coletivamente, etc. O que significa dizer que a quantidade de tempo investida no contato com um dado discurso é uma condição necessária, mas não suficiente para definir o tipo de apropriação que se fará dos sentidos propostos em suas mensagens.

A premissa seguinte parte da constatação das teorias de recepção formuladas na América Latina nas últimas duas décadas, de que é na recepção e não na emissão, como se considerou por muito tempo, onde se produz a construção de sentido na comunicação. O que não corresponde a dizer que não há intencionalidade e sentidos específicos propostos pelo emissor (logicamente que há), mas simplesmente que esses sentidos não têm garantia de ser recebidos tal como são formulados. Em parte porque toda mensagem é polissêmica, suscetível de várias interpretações. Porém, em parte também porque o receptor não é um receptáculo vazio, mas um sujeito historicamente situado que interage contextualizadamente com as mensagens.

Deve se considerar, ainda, o fato de que o receptor não nasce, mas se faz de acordo com suas múltiplas aprendizagens em outros cenários sociais, experiências e condicionamentos contextuais e estruturais. O importante nesse caso é destacar que os receptores não são sujeitos estáticos, mas crescem e se transformam. São, por outro lado, capazes de inconsistências e contradições. Mas, sobretudo, não estão condenados nem a ser receptores de uma mesma forma durante toda a vida nem vítimas dos meios.

O último pressuposto trata da posição do sujeito receptor como um múltiplo agente social, que, ao interagir com alguma mensagem, não o faz isoladamente de tudo o que o define e o distingue como sujeito social, imerso em uma cultura e integrante de outros processos e interações.

“Frente a los medios, el sujeto receptor se presenta como sujeto social simplemente, con una historia y um cúmulo de experiencias; con ciertas características y determinantes”.
(OROZCO, 1992: 96).

Essas mediações operam em diferentes níveis e são de natureza diversa, funcionando como processos estruturantes das ações e do

discurso dos sujeitos. Enquanto que, para Martín-Barbero a cotidianidade, a temporalidade social e, sobretudo, a competência cultural são as mediadoras fundamentais do processo de recepção, Orozco não trabalha diretamente com a questão da mediação cultural, mas a reconhece como determinante, uma vez que a considera como uma fonte que impregna todos os quatro grandes grupos de mediações sugeridos por ele: individual, situacional, institucional e vídeo-tecnológico (OROZCO, 1993).

A mediação individual tem como fonte a estrutura cognitiva, ou seja, o conjunto de idéias, repertórios e esquemas mentais que influenciam nos processos de percepção, processamento e apropriação das mensagens a que os sujeitos estão submetidos. Assim como a história de vida, as experiências interpessoais, o ensino formal, a etnia, a idade e o gênero do sujeito também constituem fontes importantes de mediação cognitiva, uma vez que proporcionam diferentes modos de interesse e de leitura de um determinado discurso. Já a mediação situacional corresponde aos locais de circulação da recepção, os diferentes cenários em que os sujeitos interagem, além do momento de contato direto com determinado discurso, a exemplo da escola, da rua, das reuniões de amigos, do lugar de trabalho, das organizações de bairro e assim sucessivamente. A mediação institucional, por sua vez, refere-se às instituições como agências de socialização das quais os receptores são membros: família, escola, partido político, igreja etc. Na medida que dispõem de regras, procedimentos e autoridade própria, essas instituições criam um ambiente ou subcultura também muito próprios, que ora compartilham de elementos comuns a outras instituições ora competem com elas, num jogo de forças que irá se expressar nas múltiplas apropriações e re-apropriações das mensagens percebidas pelo sujeito. Por último, a mediação vídeo-tecnológica enfoca os atributos técnicos e a linguagem dos meios eletrônicos de comunicação, que não apenas reproduzem outras mediações institucionais, mas utilizam recursos específicos para tentar se impor

aos receptores, através dos seus gêneros, cuja estratégia básica é a identificação.

Existem ainda as mediações de entorno, que estão constituídas, num primeiro plano, pelos elementos mais contextuais da recepção, como o lugar de origem e de residência do receptor, nível educativo, tipo de trabalho que realiza, maneiras de passar o tempo e, de uma forma geral, os valores que inspiram suas visões e ambições. Outro conjunto de mediações de entorno são aquelas consideradas de tipo estrutural, no qual se insere, entre outras fontes, a classe social, que, embora não seja classificada como um dos grupos principais de mediação, influi decisivamente na maneira de perceber, processar e reproduzir as mensagens propostas por determinado discurso.

Como combinações dinâmicas, cada uma das mediações pode variar com o tempo ou com as situações, de acordo com as relações de poder que se estabelecem entre elas em cada ocasião. Sim, porque a produção e reprodução social do sentido envolvida nos processos culturais não é somente uma questão de significação, mas também uma questão de poder. Como bem assinala Immacolata Lopes, a recepção não é algo redutível ao psicológico e ao cotidiano, mas é profundamente cultural e política.

“Os processos de recepção devem ser vistos como parte integrante das práticas culturais que articulam processos tanto subjetivos como objetivos, tanto micros (ambiente imediato controlado pelo sujeito) como macros (estrutura social que escapa a esse controle). A recepção é então um contexto complexo e contraditório, multidimensional em que as pessoas vivem o seu cotidiano. Ao mesmo tempo, ao viverem esse cotidiano, as pessoas se inscrevem em relações de poder estruturais e históricas, as quais extrapolam as suas práticas”. (LOPES, 1993: 85).

1.3. Cotidianidade, senso comum e filosofia

Retomando a análise desenvolvida até aqui, percebe-se que, não por acaso, boa parte dos pesquisadores atuais das teorias de

recepção privilegiam o espaço da cotidianidade na apreensão das representações das classes populares sobre a realidade. E não poderia ser diferente no trabalho ora proposto. Isso porque, é na vida cotidiana que o homem se mostra em todas as suas nuances, identidades e contradições, de forma mais completa e transparente. Ou, como diz Agnes Heller, a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.

“Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias”. (HELLER, 2000: 17).

Logo, é no espaço do cotidiano que as pesquisas de recepção encontram os elementos simbólicos que interligam o indivíduo ao seu campo social.

Por outro lado, prossegue Heller, o fato de que todas as capacidades do homem se coloquem em funcionamento simultaneamente na vida cotidiana determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade.

“O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade”. (HELLER, 2000: 17-18).

Tais idéias remetem às considerações de Gramsci (1978b) sobre o caráter da filosofia. Para ele, todos os homens são filósofos, dentro de certos limites e características, na medida que na sua menor manifestação de qualquer atividade intelectual, como a linguagem, por exemplo, está contida uma dada concepção de mundo. No entanto, há que se diferenciar dois tipos de filosofia: aquela dita comum e popular, porque baseada no senso comum e, portanto, despida de crítica e consciência, e a ‘científica’, elaborada pelos intelectuais de cada época e momento histórico.

A vida cotidiana é, assim, regida pelo senso comum, que é encarado como um conjunto desagregado de idéias e opiniões, o qual tem como um dos seus elementos a religião, sendo esta entendida aqui no sentido de unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de comportamento conforme a essa concepção. O conhecimento do senso comum é, então, o conhecimento partilhado com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana. Por conseguinte, a realidade da vida cotidiana é admitida como sendo a realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença.

“O homem ativo da massa age praticamente mas não tem uma clara consciência teórica deste seu agir, que é também um conhecer o mundo enquanto o transforma”. (GRAMSCI, 1978a: 29).

Uma vez que o senso comum não deixa espaço para a reflexão elaborada, a atitude e o pensamento na vida cotidiana tornam-se absolutamente pragmáticos, fazendo-se acompanhar de uma certa fé ou uma certa confiança. E, dessa forma, de todas as esferas da realidade, a vida cotidiana é aquela que mais se presta à alienação.

“Na coexistência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas, não há por que se revelar nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por e em seus ‘papéis’ pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses ‘papéis’”. (HELLER, 2000: 37-38).

Em contrapartida, a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em conseqüência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais. O que corresponde a dizer que há momentos em que o indivíduo da cotidianidade pode assumir a ‘condução da vida’⁶, construindo para si uma hierarquia consciente da vida cotidiana, ditada por sua própria personalidade, no interior da hierarquia espontânea.

“A condução da vida supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade;

⁶ Termo cunhado por Goethe e utilizado por Heller para conceituar a construção da cotidianidade efetuada pela individualidade consciente.

cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade". (HELLER, 2000: 40).

Seguindo os propósitos desta pesquisa de investigar as representações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com vistas a apreender, assim, a recepção que fazem do discurso de gênero do sindicalismo, o conhecimento acerca dos conceitos acima explicitados permitiu avaliar até que ponto o referido discurso esbarra em convicções socialmente elaboradas e partilhadas que guardam um certo caráter não racional, de fé, ou, pelo contrário se suscita ações que superam o senso comum, revelando características de elaboração crítica do pensamento que apontam para a construção de uma 'filosofia' refletida e coerente, isto é, para a transformação de práticas e concepções vigentes.

1.4. Gênero e desigualdade

Tomando como princípio que o estudo de recepção aqui desenvolvido tem por base as representações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a respeito dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, faz-se necessário um maior entendimento acerca das discussões sobre relações de gênero em curso no Brasil.

O discurso de gênero começa a se constituir e ressoar mais significativamente na sociedade brasileira nos anos 70. Sua emergência está relacionada com uma tendência surgida principalmente nos países mais desenvolvidos, cuja manifestação mais notória foi a queima de sutiãs nos Estados Unidos. Muitas brasileiras que estiveram exiladas em outros países passaram a participar de entidades e organizações feministas, o que veio a fortalecer a preocupação em torno do tema já existente no País. Nesse primeiro momento, o movimento dirigiu-se mais para tirar a mulher da invisibilidade, demonstrando que a classe operária, por exemplo, não era homogênea e que relacionadas à divisão social do trabalho e às desigualdades entre as classes sociais operavam outras divisões, como a divisão sexual do trabalho, do poder e do prazer, "pelas quais

caberiam à mulher, controlada a posição de classe, os trabalhos mais mal remunerados, os cargos subalternos, o não ter fala, a não decisão sobre seu corpo e sua sexualidade, atendo-se a gozar a vida conforme figurinos pré-moldados” (CASTRO, 1990: 43).

Mas mesmo nas organizações de esquerda, as feministas encontraram resistência para inserir a questão de gênero, pois a tradição esquerdista, de modo geral, concentrava-se na luta de classes. E a solução desta levaria automaticamente ao desaparecimento das desigualdades de gênero. A luta de classes constitui-se, assim, num projeto político que implicava na formação política e ideológica e na participação nas organizações e partidos dos trabalhadores. Apesar de não se valorizar a questão de gênero, por outro lado, a mulher era incluída nessa participação como mecanismo de fortalecimento da luta de classes, o que de alguma forma criava espaço para sua afirmação e valorização no processo social.

Ao mesmo tempo em que a luta em torno da questão de gênero foi ganhando espaço, desenvolveu-se grande quantidade de estudos referentes ao tema, incluindo a questão da discriminação da mulher nas relações de trabalho, a exemplo das pesquisas de Elizabeth Souza Lobo (*O Sexo do Trabalho*), Heleieth Saffioti (*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*) e Maria V. J. Pena (*Mulheres e Trabalhadoras*), entre outras.

Em Pernambuco, destaca-se o estudo de Maria do Socorro de Abreu e Lima sobre a participação das mulheres nos sindicatos (*A participação da mulher trabalhadora nos anos 50: buscando espaços, construindo identidades*). Na sua investigação, ela localizou as mulheres participando, ainda antes dos anos 50, “em entidades, se organizando em associações, comissões, protestando contra a falta de infra-estrutura nos bairros, reivindicando melhorias como calçamentos, aterros, construção de chafarizes, escolas, etc, denunciando a carestia de vida, a falta de liberdade, participando no início dos anos 50 de campanhas como a de defesa do petróleo... É de 1949 a fundação da Associação de Mulheres de Pernambuco” (ABREU E LIMA, 1995: 22).

Entre as perspectivas adotadas para a análise da categoria

gênero que se procedeu, estão aquelas que, primeiro, ultrapassam as explicações puramente biológicas para dar conta do comportamento diferenciado entre o masculino e o feminino observado na sociedade e, segundo, compreendem a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social.

Privilegia-se também a concepção de que a noção de gênero designa as relações sociais entre os sexos. Significa que a "informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro" (SCOTT, 1991: 4), já que homens e mulheres encontram-se necessariamente em relação.

Tal postura rejeita a "validade interpretativa" da idéia de restringir a discussão sobre mulheres apenas a grupos de mulheres, defendendo que estudar as mulheres de forma separada "perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo" (SCOTT, 1991: 4). O que se pretende demonstrar é justamente o contrário: que, assim como o conceito de classe, o de gênero é uma categoria relacional, isto é, o feminino só se define em relação a, por contraposição a, ou identificando-se com o que se convencionou socialmente como masculino⁷.

"O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as 'construções sociais' - a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres". (SCOTT, 1989: 4).

Segundo a definição acima, de Joan Scott, o gênero é o elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, que se originam da inter-relação de quatro elementos, a saber: (1) os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas dos papéis femininos na sociedade; (2) os conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas,

⁷ Mary Garcia Castro expõe em *A Dinâmica entre Classe e Gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero* que nos escritos de Marx, menos que a definição, propriamente, de classe, as referências são à luta de classes. "Classe seria, portanto, uma categoria relacional estando cada classe definida por sua relação com as demais, ou seja, nas relações sociais em que se enfrentam interesses, hierarquias de poder, antagonismos".

educativas, científicas, políticas ou jurídicas; (3) a noção do político e a referência às instituições e organizações sociais; e, por fim (4) a própria identidade subjetiva dos indivíduos.

A partir da análise da relação entre esses quatro aspectos extrai-se uma conclusão ainda mais relevante, de que o gênero, ainda segundo Joan Scott, é também uma forma primeira de significar relações de poder, ou seja, o campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado em todas as esferas da sociedade.

“Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. (...) O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”. (SCOTT, 1989: 16-17).

A autora ressalta que de diversas formas e, sobretudo no campo político, a visão histórica de gênero foi ‘naturalizada’ à medida que os significados de masculino e feminino foram reproduzidos, integrando-se à cultura das sociedades.

“As relações de poder entre as nações e o estatuto dos súditos coloniais se tornaram compreensíveis (e, portanto, legítimos) em termos de relações entre masculino e feminino. A legitimação da guerra – sacrificar vidas de jovens para proteger o Estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de proteger as mulheres e as crianças, que de outra forma seriam vulneráveis) até a crença no dever que teriam os filhos de servir aos seus dirigentes ou rei (seu pai), e até associações entre virilidade e potência nacional. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido”. (SCOTT, 1989: 20).

As análises de gênero referem-se, portanto, às relações de hierarquia ou igualdade entre homens e mulheres, e ao entrelaçamento dessas relações com as de classe, raça, entre outras. A título de ilustração, atente-se para a correspondência entre a situação da mulher trabalhadora no mercado e sua posição no grupo

familiar-doméstico. Não é à toa, por exemplo, que a divisão sexual do trabalho na esfera do público (diferenças na distribuição de atividades e de salários, por exemplo) está intimamente associada à divisão sexual do trabalho na esfera do privado (quem faz o quê na família e quem é responsável pelos filhos), e à ideologia de gênero pela qual a mulher é considerada menos produtiva e responsável secundário na sustentação do grupo familiar.

“(...) não se trata de reconhecer simplesmente que há uma dinâmica entre classe e gênero, mas sim de práticas, de vivências, de relações de gênero em uma sociedade de classe, portanto, de relações de classe permeadas por situações de gênero, ou de ‘classe sexuada’, e em um conhecimento por transformações, reconhecer além do mais poderes, e a historicidade da realização de um sistema social, ou seja, a interação entre divisões sexual e social do trabalho, do poder e do prazer em formas de organização ou ‘modos de produção’ específicos”. (CASTRO, 1990: 63).

O esforço que se empreendeu, a partir de tais definições, foi o de compreender o processo pelo qual as representações acerca dos papéis sociais femininos e masculinos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais - concepções estas que são construídas dentro de um jogo que envolve determinadas relações de hegemonia, poder, alianças e contradições - articulam-se com as informações provenientes do discurso do sindicalismo rural.

2. ALGUNS CAMINHOS PARA O ENTENDIMENTO DOS PROCESSOS COMUNICATIVOS

2.1. Multimeios

No intuito de enriquecer a compreensão acerca do fenômeno comunicativo aqui estudado, foi adotada como estratégia metodológica a combinação de técnicas múltiplas e complementares de investigação, num reconhecimento de que a realidade é caleidoscópica e como tal exige um arsenal mais amplo de recursos explicativos para dar conta de sua complexidade. Com a utilização de multimétodos, pretendeu-se, portanto, conferir maior profundidade e segurança na análise interpretativa, focalizando diferentes aspectos do problema em estudo.

Para tanto, em primeiro lugar, foi preciso ter em mente a necessidade de transpor a perspectiva da análise puramente descritiva, que se detém em responder questões de como e o que fazem os indivíduos na interação com os meios, passando para o nível interpretativo de análise, que é onde residem perguntas sobre o porquê da interação ser realizada de uma determinada maneira (LOPES, 1995).

Isso porque, segundo Maria Immacolata Lopes (1993), uma 'teoria compreensiva' da pesquisa de recepção compreende pelo menos três componentes: uma análise da estrutura social, em que meios e receptores estão embutidos; uma análise do discurso, que contemple a natureza das representações feitas pelos meios; e uma análise das disposições sócio-culturais e sócio-psicológicas, isto é, das mediações, com as quais os indivíduos abordam e interagem com o conteúdo dos meios.

Os métodos pelos quais se optou para o desenvolvimento da presente pesquisa têm por função, dessa forma, possibilitar uma análise comparativa do discurso de gênero do sindicalismo rural com os discursos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, cujos resultados foram interpretados com referência ao sistema sócio-cultural circundante, que volta a ser conceituado como uma configuração

histórica de práticas sociais.

2.2. Representando a realidade

Uma das categorias de que se lançou mão foi a das Representações Sociais, que permitiu compreender como se dá a incorporação do novo, a interpretação da realidade e a orientação dos comportamentos dos sujeitos na sociedade. Formulado no final dos anos 50 pelo psicólogo social francês Serge Moscovici, o conceito de representações sociais é definido como:

“(...) um sistema de valores, de noções e de práticas tendo uma dupla vocação/tendência: antes de tudo instaurar uma ordem que dá aos indivíduos a possibilidade de se orientar no meio ambiente social, material e de o dominar. Em seguida, assegurar a comunicação entre os membros de uma comunidade propondo-lhes um código para as suas trocas e um código para nomear e classificar de maneira unívoca as partes de seu mundo, de sua história individual ou coletiva”. (MOSCOVICI, apud NÓBREGA, 1990: 10)⁸.

Utilizado por diversas áreas do saber dentro das ciências sociais e humanas, o conceito de representações sociais passa a ser reconhecido, então, como “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo uma intenção prática e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, apud NÓBREGA, 1990: 10)⁹. Como se percebe, a noção de representações sociais se pauta sobre o senso comum, que é então reabilitado como forma válida de conhecimento, pelo qual se procede à interpretação e mesmo à construção de realidades sociais. Para proceder uma análise o mais fidedigna possível da recepção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao discurso de gênero do sindicalismo rural, fez-se necessário, portanto, considerar que além de estarem expostos aos conteúdos que circulam na sociedade, os

⁸ MOSCOVICI, S. “Preface”. 1969. in HERZLICH, C. *Santè et Maladie: analyse d’une représentation sociale*. Paris: EHESS, p.7.

⁹ JODELET, D. 1989. “Représentations Sociales: um domaine em expansion”. In: *Lês Représentations Sociales*. Paris: PUF, p.36.

indivíduos estão sujeitos também às forças decorrentes do próprio processo de interação social e às pressões para definir uma dada situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas (SPINK, 1994). O desafio foi explicar como ocorre a apropriação e ressignificação do referido discurso a partir das negociações simbólicas com as representações e matrizes culturais presentes no contexto social.

De uma certa forma, o conceito de representações sociais descende da noção de Representações Coletivas do sociólogo francês Émile Durkheim. Em sua concepção, as representações emergem do viver em sociedade, constituindo a base do consenso, que orienta a formação de grupos estáveis. Dito de outra forma, as representações são coletivas na medida em que exercem uma coerção sobre cada indivíduo, e conduz os homens a pensar e agir de uma maneira homogênea.

“Pensando nessa perspectiva, Durkheim considera que esse saber partilhado e reproduzido coletivamente transcende o individual, fato que permite às representações coletivas a atribuição do status de objetividade. Tal posição autoriza as representações coletivas se impor e penetrar nas consciências individuais. Elas são também estáveis na sua transmissão e reprodução, em oposição ao caráter efêmero das representações individuais. As idéias, uma vez difundidas se transformam, portanto, em representações coletivas autônomas regidas por leis próprias”. (NÓBREGA, 1990:4).

A crítica feita a tal concepção é a de encarar as representações como fatos autônomos, dotados de exterioridade, generalidade e coercitividade, sendo o social considerado estático e impermeável à instabilidade das mudanças individuais. Foi no vácuo deixado por uma interpretação que não enxergava as representações como essencialmente dinâmicas, uma vez que são produtos de determinações tanto históricas como do aqui-e-agora, que emergiu a conceituação acerca das representações sociais. Esta considera importante para a análise da realidade social tanto os fatos sociais quanto os comportamentos individuais “em sua concretude e

singularidade histórica e não abstraídos como uma genérica presença de outros” (SÁ, 1993: 20).

“(...) os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem meros ‘portadores’ de ideologias ou crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, ‘produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos” (SÁ, 1993: 28).

É preciso estar atento, portanto, ao fato de que as representações são formadas segundo uma lógica própria, através da articulação ou combinação de diferentes questões para a qual contribuem informações e julgamentos valorativos advindos das mais variadas fontes e experiências pessoais e grupais da vida cotidiana.

A elaboração e o funcionamento das representações, que consistem de forma geral em transformar o novo em familiar, podem ser entendidos através de processos denominados de objetivação e ancoragem, os quais compreendem a articulação entre a atividade cognitiva e as condições sociais em que são construídas as representações.

A objetivação é o processo pelo qual se busca dar materialidade a um objeto/conceito abstrato. Divide-se em três fases:

a) Construção seletiva, em que, de um conjunto de idéias e informações que circulam na sociedade são retirados elementos próprios ao universo do senso comum. Tal seleção é realizada em função de critérios culturais e normativos, que conservem a coerência com o sistema de valores comum ao grupo.

b) Esquematização estruturante é a etapa em que a partir dos elementos selecionados é formado um “núcleo figurativo”, isto é, uma imagem que reproduz a estrutura conceitual.

c) Naturalização, pelo qual os elementos do pensamento se concretizam, adquirindo status de evidência na realidade e no terreno do senso comum. O que era uma abstração torna-se, finalmente, uma realidade tangível, com existência palpável.

Já a ancoragem permite incorporar o desconhecido a um sistema de pensamento social preexistente, comparando-o, classificando-o, denominando-o e familiarizando-o conforme paradigmas presentes em nossa memória.

“Este processo concerne à maneira na qual as informações novas são integradas e transformadas em um conjunto de conhecimentos socialmente estabelecidos e na rede de significações socialmente disponíveis para interpretar o real, onde são, em seguida, reincorporados na qualidade de categorias servindo de guia de compreensão e ação”.
(JODELET, apud NÓBREGA, 1990: 14) ¹⁰.

Do mesmo modo que a objetivação, a ancoragem também é estruturada em três etapas:

a) Atribuição de sentido, pela qual os novos conhecimentos são apoiados nos antigos a fim de ordenar a novidade nos moldes do já conhecido.

b) Instrumentalização do saber, em que é conferida uma função ao novo saber na tradução e compreensão do mundo.

c) Enraizamento no sistema de pensamento, no qual o caráter criador do novo interage com as modalidades de pensamento mais antigas, ora operando sobre elas novas interpretações da realidade, ora obedecendo às determinações do seu julgamento.

Na qualidade de guia dos comportamentos que estruturam as relações sociais e a comunicação entre indivíduos no quadro da vida cotidiana, as representações sofrem ao mesmo tempo influências dessas relações na sua própria formação, o que aponta para o caráter dialético da sua constituição. Corresponde a dizer que um sujeito é capaz de reconstruir simbolicamente os conteúdos que recebe, ainda que haja uma rede de significados já constituídos, dentro e a partir do qual ele articula e combina elementos diversos, num processo de re-criação diretamente ligado às suas práticas sociais.

Considerando os conceitos explicitados acima, foi possível avaliar em que medida as novas condutas trazidas pelo discurso de gênero do sindicalismo, que prevê a igualdade de posições entre

¹⁰ JODELET, D. 1989. *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF, p.14-15.

homens e mulheres seja no âmbito público seja no privado, estão sendo “incorporadas”, “naturalizadas” e “familiarizadas” pelos trabalhadores rurais com base no conjunto de idéias correntes na Zona da Mata sobre a condição da mulher, a ponto de provocar transformações na atual realidade.

2.3. Sujeitos ou assujeitados?

Outra categoria metodológica a qual se recorreu foi a Análise do Discurso, em sua vertente francesa, que define os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são partes constitutivas desse contexto. Tal abordagem prevê que os participantes dessas práticas assumem dialeticamente o papel de sujeitos, no duplo sentido de assujeitados às determinações do contexto e de agentes das ações de produção, circulação e consumo dos textos na sociedade.

Por essa perspectiva, considera-se que o sujeito de um discurso não só não é inteiramente responsável pelas representações que acredita fazer nos textos que produz, como também nem sequer é o único responsável pelas representações que ali aparecem.

“Para análise de discursos, todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de 'vozes' ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado”. (PINTO, 1999: 27).

Coube na análise aqui realizada, portanto, a tentativa de explicar por que, dentro do universo de todas as citações possíveis, de maneira consciente ou inconsciente, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, inseridos num determinado contexto social e histórico, optam por uma ou outra referência na sua construção simbólica acerca das relações de gênero.

Segundo Sírio Possenti, toda enunciação implica uma memória discursiva, de modo que “as formulações não nascem de um sujeito que apenas segue as regras de uma língua, mas do interdiscurso, vale dizer, as formulações estão sempre relacionadas a outras formulações”

(POSSENTI, sd: 4). Significa que, ao produzir um discurso, o sujeito não fala apenas de um lugar nem assujeita-se de maneira uniforme a uma única influência. Pelo contrário, sua produção é atravessada por relações interdiscursivas, que emergem no discurso pelas suas marcas de heterogeneidade.

“O sujeito que fala é um sujeito ideológico (social) e seu discurso é o resultado dos discursos de que participou, dado seu lugar social” (BAKTHIN, apud CAVALCANTE, sd: 10)¹¹.

Vale considerar, ainda, que o discurso, conforme alerta Orlandi (1998), também recebe interferências do aspecto ideológico, que em certa medida predetermina o que os sujeitos poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais. A observação desse pressuposto permitiu identificar detalhes mais subjetivos no momento da análise, como a opção pelo silêncio ou o encerramento das colocações por parte dos trabalhadores diante de um tema ou comentário, ou, em contrapartida, as situações em que eles se pronunciam com a garantia de que terão o respaldo da coletividade - dados que contribuíram para um melhor entendimento da influência exercida pelo meio social sobre os sujeitos.

Não se pode descartar também as disputas de poder intrínsecas à elaboração de um dado discurso e conseqüentemente a qualquer interação comunicacional. De acordo com Eliseo Verón (apud PINTO, 1999)¹², a noção de poder de um discurso designa os efeitos desse discurso no interior de um tecido determinado de relações sociais, efeitos esses que só podem ter a forma de outra produção de sentido. Por essa ótica, toda produção discursiva, um pouco paradoxalmente, é assim o resultado de um processo de consumo ou reconhecimento de outros discursos e vice-versa. Para avaliar se o discurso de gênero do sindicalismo rural teve, portanto, algum poder sobre os trabalhadores, foi preciso observar se ele tomou a forma de sentidos produzidos, investidos em textos como conversas, gestos, comportamentos, etc., que definem por sua vez determinadas relações e identidades sociais

¹¹ BAKHTIN, M. 1979. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

¹² VERÓN, E. 1978. “Sémiosis de L’idéologique e du pouvoir”. In: *Communications*, 28. Paris: Seuil.

assumidas por esses receptores e que são então devolvidas ao tecido social.

Fez-se necessário, por outro lado, atentar para o fato de que, embora toda enunciação se refira sempre a um já-dito, na medida em que fragmentos de um discurso são inseridos em um outro discurso, opera-se uma mudança de sentido¹³, uma vez que são modificadas as condições de produção.

“Todo enunciado é passível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. (ORLANDI, 1996: 22).

Por fim, buscou-se sempre considerar nas elaborações discursivas dos receptores os interdiscursos nelas existentes, ou seja, aquilo que é subliminar a tais construções - o seu conjunto de idéias, representações sociais e elementos pré-construídos que definem a sua prática social.

2.4. Procedimentos metodológicos

De uma forma geral, a concretização desta pesquisa se processou em três fases, através da operacionalização dos seguintes procedimentos metodológicos:

2.4.1. Pesquisa bibliográfica:

- Estudos sobre as teorias que dão sustentação à pesquisa de recepção, priorizando a vertente latino-americana, que recebe influências da obra do intelectual italiano Antonio Gramsci e dos Estudos Culturais ingleses, tendo como principais referências os pesquisadores Jesús Martín-Barbero, Nestor García Canclini e Guillermo Orozco.

- Estudo sobre Representações Sociais e Análise do Discurso, ambos em suas linhas francesas, que permitiu analisar como os trabalhadores e trabalhadoras elaboram e partilham concepções da

¹³ MELO, Cristina at all. sd. *O movimento de sentidos na mídia televisiva*. Recife, UFPE, (mimeo), 10p.

realidade, ao mesmo tempo em que suas práticas sociais são determinadas pelo contexto sócio-cultural e histórico no qual estão inseridos.

- Aprofundamento do estudo acerca do movimento sindical, especialmente o rural, para entender a história, especificidade e caminhos por onde se desenvolve o processo comunicativo sindical.

- Estudo da cultura popular e das características específicas da população da Zona da Mata de Pernambuco, cujo objetivo foi levantar subsídios para uma melhor compreensão da dinâmica social da região estudada.

2.4.2. Pesquisa de campo:

- Manutenção de contato constante com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), com acompanhamento de suas atividades, por meio da participação em convenções, seminários e congressos, buscando presenciar os momentos de interação direta entre trabalhadores e sindicato, nos quais se dá a interação comunicativa.

- Coleta de material impresso a respeito do trabalho de gênero desenvolvido pela Fetape junto à categoria, incluindo documentos, panfletos, artigos, boletins, pesquisas e relatórios, a fim de traçar uma breve avaliação sobre a introdução e evolução do discurso de gênero no sindicalismo rural.

- Com base na análise do material recolhido e nos dois estudos dos quais a pesquisadora participou sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso (O trabalhador rural como sujeito no processo comunicativo e O Papel da Mulher na Zona da Mata Sul), buscou-se identificar assuntos relacionados ao discurso de gênero veiculado pela Fetape que mais suscitem discussões e polêmica entre os trabalhadores. Inicialmente, foram montados roteiros abertos de entrevistas que abrangeram temáticas como divisão sexual do trabalho, modelos de família, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos, temas recorrentes no

discurso sindical de gênero da última década, como pode ser comprovado nos relatórios dos últimos encontros estaduais de mulheres trabalhadoras rurais, realizados em 1992, 1996 e 2001.

- A partir das temáticas levantadas, procedeu-se uma pesquisa de campo no primeiro trimestre de 2002, no entorno da Usina Santo André, na zona rural do município de Tamandaré. Acomodada na casa de uma família de trabalhadores rurais, a pesquisadora pôde acompanhar em tempo integral a rotina da comunidade e assim verificar que uso os trabalhadores fazem do discurso de gênero proveniente do sindicato, as transformações que ele sofre ao esbarrar no quadro de diferentes matrizes culturais que compõem aquele determinado contexto social e os paradoxos que suscita. Na vivência do dia-a-dia de trabalho e momentos de descontração dos trabalhadores ficaram claras as contradições muitas vezes existentes entre o discurso e a prática de suas atividades cotidianas.

- Como se pode perceber, um dos principais métodos empregados neste estudo é o da pesquisa qualitativa, sendo esta entendida como "uma tradição específica dentro das ciências sociais que depende essencialmente da observação de pessoas em seus próprios territórios e da interação com estas pessoas através de sua própria linguagem e em seus termos". (KIRK & MILLER, apud SPINK, 1993: 104)¹⁴. A maior vantagem desse método refere-se à sua flexibilidade, que favorece, caso necessário, o redirecionamento da linha de investigação baseado nas informações coletadas ao longo da pesquisa. Já entre as técnicas adotadas está observação dirigida. "De certa forma, este instrumento opõe-se ao paradigma hegemônico da pesquisa científica, que fragmenta o processo e reduz a comunicação a um processo de transmissão. Apresenta vantagens, entre elas a de perceber a teia de relações sociais em funcionamento e a de levar o pesquisador a trabalhar com *constatações*, ao contrário de métodos mais fechados, que operam com *pressuposições*. Também predispõe o pesquisador a lidar com o imprevisto, freqüentemente mais relevante que o previsto. A maior crítica que se faz a esse método é o viés que a

¹⁴ KIRK, J; JEROME, M.L. 1986. *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hills, Califórnia: Sage

presença do pesquisador pode provocar nos comportamentos. Consideramos que, se isso ocorrer (e sempre será em menor grau do que nos métodos fechados) faz parte das condições de recepção da comunicação educativa, via de regra medida por técnicos, educadores, assistentes sociais...". (Araújo & Azevedo, sd: 15).

- A coleta de dados para a pesquisa também foi feita mediante a realização de entrevistas em profundidade com 13 pessoas, entre os quais homens e mulheres, católicos e protestantes, casados, solteiros, viúvos e divorciados, cuja faixa etária varia de 22 a 53 anos e cujas atividades profissionais vão de donas e donos de casa até parteiras, agentes de saúde e trabalhadores da cana. Organizadas num roteiro semi-estruturado, as entrevistas foram executadas de forma a dar voz aos entrevistados, evitando impor as concepções e categorias da pesquisadora, que também se absteve de opinar sobre os temas discutidos ou conferir qualquer juízo de valor sobre as condutas observadas no cotidiano dos trabalhadores. Tal posicionamento foi adotado no sentido de compreender da maneira mais isenta possível o grau de influência das questões ideológicas, religiosas e culturais, entre outras, na recepção das mensagens transmitidas pelo sindicalismo rural. É interessante ressaltar que não raras vezes a entrevista inicialmente dirigida a uma única pessoa transformava-se numa conversa entre marido e mulher ou debates entre famílias inteiras e vizinhos, o que denota a curiosidade e polêmica despertadas pela discussão de temas ligados à igualdade de direitos entre os gêneros, particularmente no que diz respeito ao trabalho e à sexualidade. O fato é revelador, ao mesmo tempo, da carência de informações sobre o assunto na Zona da Mata e da falta de oportunidade de homens e mulheres discutirem conjuntamente tais questões.

- Paralelamente às entrevistas, buscou-se captar os relatos de vida de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras, no sentido de identificar o quanto suas histórias, sentimentos e vivências individuais contribuem para a constituição das representações que fazem da realidade e, conseqüentemente, repercutem no processo de recepção.

2.4.3. Análise dos dados:

– Ao todo, as entrevistas/debates renderam cerca de 10 horas de gravações, além de inúmeras anotações. A análise desse material revelou um maior interesse dos entrevistados quando as conversas giraram em torno especialmente de assuntos relacionados aos papéis atribuídos a homens e mulheres na execução de tarefas domésticas e no espaço público do trabalho assalariado, bem como na expressão da sexualidade. Tanto que as amplas discussões sobre esses temas ocupam mais de 50% das fitas gravadas. Dessa forma, aproveitando a demanda dos próprios entrevistados e no intuito de conferir maior profundidade à pesquisa, optou-se por centrar a análise nesses dois eixos, divisão sexual do trabalho e sexualidade, cujos desdobramentos foram elaborados e discutidos com base nas teorias consideradas pertinentes para buscar a compreensão do fenômeno comunicativo aqui explicitado.

3. ZONA DA MATA: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS¹⁵

3.1. Zona da cana

A Zona da Mata de Pernambuco, parte mais úmida do território estadual, engloba a faixa litorânea com cerca de 50 quilômetros que se estende até a Serra da Borborema, onde se inicia o Agreste, subdividindo-se em duas porções: Zona da Mata Norte e Zona da Mata Sul. Juntas, essas regiões abrigam 43 municípios, que reúnem 1.207.274 habitantes, ou o equivalente a 15,2% do contingente do Estado. Do total da população, atualmente 69% vivem em áreas urbanas e 31% em rurais.

Outrora dominada pela Mata Atlântica, que deu origem ao nome do lugar, essa região viu ainda no século 16, nos primórdios da ocupação das terras brasileiras, seu território de florestas nativas, tabuleiros, chãs, encostas e várzeas abrir espaço para extensos canaviais. Mas não foi apenas no meio ambiente que os engenhos de cana-de-açúcar deixaram marcas profundas. Desde o período colonial até hoje, apesar da atual crise que se abate sobre a indústria sucroalcooleira, é a monocultura da cana que continua a configurar de forma determinante as relações econômicas, políticas, sociais e culturais na Zona da Mata.

O processo de implantação e expansão da lavoura canieira iniciou-se pouco depois da chegada dos portugueses às cobiçadas terras do Novo Mundo. As bases da propriedade fundiária foram lançadas com a divisão do território brasileiro entre uns poucos escolhidos interessados na lucrativa plantação da cana atrelada à mão-de-obra escrava. Colonizada com base no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo, a região produzia para exportação, dando lucro à metrópole portuguesa e aos holandeses, que financiavam a produção, refinavam e revendiam o açúcar para os países europeus.

¹⁵ As informações contidas neste capítulo têm por base documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE).

Com o fim da escravidão, permaneceu o predomínio da monocultura da cana e uma relação de trabalho extremamente exploradora, autoritária e repressiva, com muitas características semelhantes as da situação anterior, que se perpetuaram por um longo período.

Somente no século 20, no final da década de 1950, é que foi feito um diagnóstico com vistas ao lançamento de uma proposta alternativa para a região, realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), dentro de um processo que terminou com a criação da Sudene, em 1959. O relatório constatou, na época, que a extrema concentração de renda da economia açucareira representava um entrave ao desenvolvimento de um mercado interno no Nordeste.

Como conclusão, foi colocada a necessidade de racionalizar a utilização dos solos e da água, diversificando a produção de alimentos, com o intuito de abastecer os grandes centros urbanos, onde se deveria concentrar a atividade industrial. Porém, com a Revolução Cubana e o bloqueio dos Estados Unidos à economia do País de Fidel, as exportações do açúcar nordestino voltaram a crescer, avançando agora sobre terras antes dedicadas à policultura, o que ampliou as desigualdades no campo.

No auge da sua produção, em meados da década de 70, a atividade canavieira chegou a empregar mais de 200 mil pessoas na época da safra, numa área de mais de 400.000 hectares. Tal expansão só se tornou possível, no entanto, graças à política incentivadora e protecionista do Governo, que tem como principal ícone a criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), em 1975. Paradoxalmente, o setor canavieiro de Pernambuco não conseguiu estabelecer um processo dinâmico de desenvolvimento, como o ocorrido em São Paulo, por exemplo. Por raízes históricas de sua formação, continuou preso a forças oligárquicas, latifundiárias, que fazem da terra a sua base de poder. O monopólio da terra garantiu a monocultura da cana e inibiu o surgimento de outras culturas, gerando

graves problemas estruturais, como desemprego, déficits sociais elevados e degradação ambiental.

Com a implantação do PROALCOOL, ampliou-se a plantação de cana em áreas de solos e declividades não adequadas à cultura, o que restringiu ainda mais a elevação da produtividade via mecanização – a média de produção é de 47 toneladas por hectare, contra 70 t/ha, em São Paulo.

Outro efeito negativo do PROALCOOL foi a drástica redução das pequenas áreas dedicadas a culturas de subsistência, a exemplo de mandioca, inhame, batata-doce, feijão, milho e algumas espécies frutíferas, além de pecuária bovina de corte e leite. Também as práticas gerenciais e tecnológicas utilizadas pelas grandes usinas permanecem em níveis incompatíveis com as de suas concorrentes do Centro-Sul do País.

Através do Instituto do Açúcar e do Alcool, o Estado sempre protegeu de forma permanente o setor canavieiro, seja com a atribuição de subsídios, financiamentos e incentivos diversos, seja com o recurso da equalização de custos (mecanismo de compensação pela maior produtividade agrícola da cana nordestina), seja ainda administrando preços, cotas de produção e reserva de mercados. Com a extinção do IAA, nos anos 80, extingue-se o subsídio da equalização, mas concede-se um sobrepreço de 25% ao álcool produzido no Norte e no Nordeste e isenta-se de IPI o açúcar dessas regiões, que é então de 18% no Centro-Sul.

Nem todas essas medidas protecionistas foram capazes, contudo, de fazer da cana-de-açúcar meio de desenvolvimento da Zona da Mata. Muito pelo contrário. Ironicamente, foram as próprias políticas paternalistas adotadas a partir da década de 30, segundo os estudiosos da questão açucareira de Pernambuco, que contribuíram para a defasagem tecnológica ocorrida no Nordeste em relação aos seus competidores paulistas principalmente.

Face à redução do poder de sustentação do Estado-protetor, a situação da maioria das empresas industriais do setor se complica. A partir da safra 90/91, o Nordeste perdeu a exclusividade no mercado

externo (que, na verdade, camuflava a ineficiência para competir), no momento em que a demanda e os preços internacionais do açúcar se elevaram substancialmente – principalmente pela queda da participação de Cuba e o aumento de consumo da China. O Estado de São Paulo, que até então se concentrava em abastecer o mercado interno, entra agressivamente no mercado internacional (baixando até os preços), saindo de 84 mil toneladas exportadas em 1990 para 1,6 milhões de toneladas em 1991 e 2,5 milhões de toneladas em 1995. De sua parte, Pernambuco vai perdendo terreno no mercado, o que pode ser inferido dos dados referentes à participação do açúcar no total das exportações do Estado. Da média histórica de 60%, que chegou a 62,9% (o equivalente a US\$ 360,8 milhões) em 1995, a importância cai progressivamente até representar 40% em 1999 e apenas 26% em 2000.

As dificuldades se refletem na ausência de investimentos que vêm levando ao envelhecimento da cana plantada, à falta de renovação de plantio e à ausência de introdução de variedades de cana mais produtivas. Como consequência, amplia-se o quadro de quebradeiras empresariais, com grande número de usinas economicamente inviáveis ou mal geridas acumulando gigantescos endividamentos fiscal, previdenciário e trabalhista, diminuição da geração de empregos e exacerbação do fosso social na região.

3.2. Degradação das relações de trabalho

Em virtude da característica de sazonalidade da produção canavieira, que tem a safra encerrada no período chuvoso, estabeleceram-se na Zona da Mata relações de trabalho bastante peculiares. Quando chega a entressafra, apenas uma pequena fração dos trabalhadores permanece nas usinas, sendo o restante obrigado a procurar alternativas de renda, quase nunca disponíveis, em setores informais. O desemprego vem afetando uma parcela crescente da população antes empregada na atividade e por um período que vai aumentando na medida em que a mecanização de parte da colheita

dispensa um bom número de trabalhadores e acelera ao mesmo tempo os processos produtivos, encurtando a duração da safra. O quase monopólio exercido há séculos pela atividade canavieira na região limita que outras atividades agrícolas ou urbanas ofereçam alternativas empregatícias a estes trabalhadores, que estão portanto reduzidos a uma condição economicamente marginalizada.

Ao desemprego sazonal, soma-se um desemprego estrutural que decorre da modernização do setor sucroalcooleiro. Se na década de 70 a atividade canavieira chegou a empregar mais de 200 mil trabalhadores, hoje ocupa apenas metade desse contingente, ou aproximadamente 100 mil pessoas. Durante a safra de 2002, das 37 usinas e destilarias existentes em Pernambuco, apenas 20 funcionaram, das quais somente nove em condições favoráveis, e outras cinco deixaram pela primeira vez de moer. As doze unidades industriais restantes já estão desativadas, algumas delas, como a Central Barreiros, com falência decretada.

Tal quadro de crise tem conseqüências diretas sobre as relações de trabalho estabelecidas na Zona da Mata, que em muito ainda remonta à herança escravista. Pelo menos três aspectos denunciam esse fato. Em primeiro lugar, a falta de respeito às disposições legais, sejam elas gerais ou próprias à categoria, que regem as relações trabalhistas. Depois, a total falta de garantia quanto à integridade física dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Além dos numerosos riscos evitáveis de acidentes de trabalho a que estão expostos, os canavieiros estão sujeitos a ameaças de violência física. Para piorar, a ausência de uma atitude combativa por parte das autoridades tem se tornado um traço característico da região. O terceiro aspecto, por fim, consiste na tentativa patronal, mais acentuada nos anos recentes, de modificar a natureza das relações de trabalho, com a demissão maciça de trabalhadores fichados e substituição da mão-de-obra local através da contratação temporária e sistemática de trabalhadores trazidos de outros Estados e/ou outras regiões de Pernambuco, gerando graves repercussões sociais sobre a realidade local.

Por causa das condições desfavoráveis de trabalho, observa-se a desruralização da população da região, sobretudo dos jovens, evidenciada pelo censo demográfico mais recente. À semelhança dos decênios anteriores, na última década o contingente de pessoas que vive na Zona da Mata praticamente manteve-se estagnado, tendo aumentado de 1,1 milhão em 1991 para 1,2 milhão em 2000. A taxa de crescimento populacional da região, da ordem de 0,7% ao ano, só é mais elevada do que a do Sertão Pernambucano (0,47%) e muito inferior àquela da região de mais intenso crescimento, o São Francisco pernambucano (2,23%), ficando abaixo da média estadual (1,17% ao ano). A baixa taxa de crescimento da população da Zona da Mata é, em parte, como se pode notar, fruto do decréscimo da população rural, que migra para os centros urbanos da própria região ou se soma aos migrantes urbanos que se dirigem preferencialmente para os municípios da Região Metropolitana do Recife.

3.3. Concentração de terra

Outro marco da herança colonial na Zona da Mata manifesta-se na extraordinária concentração fundiária, que torna o principal meio de produção, a terra, raramente acessível aos trabalhadores. Nos locais onde se situam unidades industriais que transformam a cana em açúcar, álcool, melão e torta, o tamanho médio da unidade de produção agropecuária excede os 200 hectares, enquanto nos municípios em que predominam fornecedores de cana ou existe uma produção mais diversificada, o tamanho médio da unidade de produção desce para menos de 50 hectares. A Zona da Mata é o local onde a terra se apresenta mais concentrada em todo o Nordeste, por força de sua especialização canavieira, exigente quanto ao uso de grandes glebas. Segundo dados do cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de 1992, existe grande número de pequenas unidades de produção na Zona da Mata pernambucana (72,8% do total de propriedades), consideradas minifúndios, as quais ocupam apenas 6,8% do total da terra cadastrada. Elas se acham

localizadas em áreas marginais do domínio da cana, produzindo alimentos. Já as grandes propriedades, que representam apenas 5,1% do total de imóveis rurais, concentram uma área que equivale a 72,6% do total cadastrado. Além disso, dos 473.138 hectares disponíveis à agricultura, 403.390 hectares são ocupados pela cana-de-açúcar. Esse fenômeno de expansão da cana inviabilizou as possibilidades de diversificação da produção da região e conseqüentemente a criação de alternativas de emprego para as milhares de famílias que vivem na região.

Por outro lado, historicamente a Zona da Mata pernambucana tem sido cenário de disputas acirradas entre trabalhadores e grandes proprietários pela repartição de recursos. Nos últimos vinte anos, as situações de conflito têm dado lugar a processos de negociação coletiva por melhores condições de trabalho por parte dos assalariados da lavoura canavieira, intermediados pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR). Ao mesmo tempo, a degradação natural da base produtiva, associada à obsolescência dos sistemas de cultivo, tem conduzido à falência um número crescente de usinas na região. Progressivamente, as grandes propriedades têm sido desapropriadas ou oferecidas em troca de dívidas, especialmente de natureza fiscal e trabalhista. Como resultado desse processo, têm se ampliado os assentamentos de reforma agrária em Pernambuco, 70% dos quais situam-se na Zona da Mata. Usinas como Catende, Central Barreiros e Aliança deverão representar um acréscimo significativo no contingente de novos assentados nos próximos anos. Acrescentem-se a esse número os 92 acampamentos do Estado, a maioria dos quais na Zona da Mata e grande parte deles reivindicando a desapropriação de engenhos em suas proximidades. Estimativas do Incra sugerem um total de 10 mil famílias assentadas na mesorregião, às quais devem somar-se pelo menos mais cinco mil famílias aí assentadas, de acordo com dados de março de 2002, do próprio Incra.

Aliada à questão da concentração de terra, contribui para agravar o quadro social na Zona da Mata a concentração de renda, a maior do Estado, cujo efeito colateral direto é também o posto de

maior concentração de pobreza – boa parte da população se situa no limiar da miséria. Em 2000, os valores dos rendimentos nominais mediano e médio mensais das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes na Zona da Mata, eram de R\$ 151 e R\$ 310, respectivamente, inferiores aos índices estaduais, de R\$ 200 e R\$ 517. O histórico da supremacia da exploração sucroalcooleira e a estrutura social dela resultante ajudam a explicar os baixos índices de desenvolvimento apresentados pelos municípios da região, que têm 62,8% de seus domicílios sustentados por pessoas que não possuem nenhum rendimento ou recebem até um salário mínimo. Mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o bem-estar da população da Zona da Mata pernambucana estaria entre os mais baixos do Estado. Em 1991, nenhum dos municípios mostrava índice superior a 0,52, o que, comparado com o valor de 0,79 obtido pelo Recife, exhibe claramente o desnível social da região.

3.4. Educação e saúde

Desnível esse representado, por exemplo, pelas condições de educação e saúde da região. A Zona da Mata apresenta deficiências quanto à localização de estabelecimentos educacionais na área rural e uma parcela do quadro de professores necessitando de qualificação. Apesar dessas restrições e de persistirem os problemas associados à continuação dos estudos além do ensino fundamental, razão principal de serem ainda modestos os incrementos no número médio de anos de estudo da população da Zona da Mata, os índices de analfabetismo têm sido continuamente reduzidos. Assim, na região, a proporção de analfabetos entre a população de cinco anos e mais que, em 1991, era da ordem de 43%, declinou, em 2000, para 36%, com maiores proporções encontradas entre a população rural (48%). Os ganhos em alfabetização em 1991-2000 ocorreram mais intensamente nas faixas etárias jovens, tendo declinado de 57% para 31% a proporção de analfabetos no grupo de idades de 5 a 14 anos e de 31% para 17% no de 10-14.

Já no que se refere à saúde, a municipalização dos serviços e a incorporação da multiplicidade de programas (desde o Programa de Saúde da Criança, até do Idoso, o de Imunizações, o de Controle de Doenças Específicas, o de Agentes Comunitários de saúde e de Saúde da Família, entre outros) ainda não se traduziram em ampliações significativas nos níveis de saúde da população da Zona da Mata. Também não se transformaram em aumento nos indicadores da oferta de serviços de saúde, tais como as relações leitos/habitantes, pessoal médico/habitantes, etc. Na Zona da Mata, a modesta rede de estabelecimentos de saúde, a pequena disponibilidade de leitos para internação, as carências de pessoal médico e de especialidades médicas, a precária rede de hospitais de urgência e emergência, etc. só são suportadas em virtude da proximidade com a Região Metropolitana do Recife.

O quadro de morbi-mortalidade da Zona da Mata afigura-se como aquele comum às populações pobres, com alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias, combinada com a crescente morbidade própria de áreas mais desenvolvidas (doenças do coração e neoplasias). Entretanto, na região, um agravante na morbi-mortalidade na infância é o alto grau de desnutrição da população, estimando-se que, entre as crianças de um a quatro anos de idade, em torno de 20% sejam desnutridas de segundo a terceiro grau e que não mais de 30% das mesmas poderiam ser consideradas normais em termos nutricionais. Entre as principais doenças a afetar a população da Zona da Mata, as do aparelho respiratório, não apenas entre as crianças, em muito se devem aos efeitos poluentes da queima da palha da cana, o que contribui para debilitar a saúde da população local, bem como o uso de agrotóxicos e emprego de crianças e jovens na colheita da cana.

Incidem também sobre a qualidade de vida da população as condições gerais da infra-estrutura domiciliar, considerando que a disponibilidade de serviços básicos é condição imprescindível ao exercício da cidadania plena.

Em relação ao abastecimento de água, por exemplo, é possível constatar uma ligeira melhoria no que se refere ao número de municípios atendidos pela rede geral pública, registrando-se um crescimento em torno de 6% entre 1991 e 2000, para a Mata como um todo. Atualmente, apenas 64% dos municípios recenseados estão conectados à rede de abastecimento de água. Deve-se ponderar, ainda, que os dados mencionados dizem respeito, preponderantemente, a situação das áreas urbanizadas, desde que grande parte da população rural – que representa cerca de 30% do total de residentes na região – permanece na dependência do abastecimento através de carros-pipa, cisternas, poços artesianos ou amazonas. Nota-se, portanto, a inadequação desse serviço público, mesmo em comparação com a situação do Estado de Pernambuco, que tem 71% dos municípios ligados à rede.

No caso do esgotamento sanitário, apenas 33% dos domicílios contam com algum sistema de coleta e esgotamento relativamente adequado, seja vinculado à rede pública, seja mediante a utilização de fossas sépticas particulares. De modo geral, predomina o uso de fossas rudimentares ou o lançamento dos dejetos em rios, mar, valas, a céu aberto ou mesmo na rede de galerias de água pluvial, práticas essas causadoras de danos ambientais, como a contaminação de mananciais, com conseqüências na saúde pública. A situação progrediu entre 1991 e 2000, pois a proporção de domicílios conectados à rede geral ou que dispõem de estrutura particular, passou de aproximadamente 20% para 33%. Em muitos municípios, em contrapartida, a maioria das residências nem sequer possuem banheiros. A situação é mais séria em Maraial (43,9% dos domicílios sem banheiro ou sanitário), Água Preta (37,4%) e Jaqueira (34,8%), cujas populações rurais ainda representam cerca de 50% do total.

3.5. Organização para a mudança

Se a herança legada por séculos de latifúndio, monopólio da cana e injusta concentração de renda resultaram num quadro social

problemático, as condições atuais apontam para possibilidades de mudanças.

Um dos aspectos dessa transformação passa pela intervenção do setor público não só para orientar as ações privadas necessárias para ampliar o perfil produtivo, diversificar a economia, ampliar o crescimento econômico e criar as condições necessárias para a sua consecução, como também para intervir diretamente em termos de provimento das necessidades sociais básicas e criação do capital necessário ao processo de desenvolvimento sustentável da região.

A nuance mais representativa dessa nova ordem que se procura estabelecer, no entanto, é a abertura de novos canais de comunicação entre a sociedade civil e o poder público local. Na Mata Pernambucana, segundo dados do IBGE, há um total de 213 conselhos municipais, distribuídos nos vários setores: saúde (43); educação (39); assistência social (36); emprego (33); criança e adolescente (31); política urbana (19); meio ambiente (6) e turismo (6). Em todos os municípios foram instalados conselhos de saúde como pré-requisito à implantação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e Programa de Saúde Familiar (PSF).

Atuam, ainda, no contexto municipal organizações representativas de interesses de segmentos sociais igualmente distintos e, eventualmente, antagônicos. Além das peculiaridades relativas à estrutura organizacional, existem outras singularidades no tocante às práticas de ação e formas de luta. Na região focalizada, até os anos 90 houve uma certa hegemonia dos sindicatos de trabalhadores rurais como reflexo da natureza das relações sociais pautadas pela importância de uma economia e de uma sociedade predominantemente rurais. Atualmente tem grande visibilidade, em alguns municípios o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

Na década de 90 assistiu-se a um processo de dinamização de outras modalidades de ação, a partir da constituição de associações civis, congregando pequenos produtores ou canalizando reivindicações dos moradores dos núcleos urbanos. O incremento do associativismo, em certa medida, encontra-se vinculado à nova agenda e diretrizes

presentes em programas e políticas governamentais e das agências de fomento, que estabelecem como requisito a participação das comunidades beneficiárias.

Ressalte-se também a presença de organismos de representação de grupos sociais específicos, como mulheres, jovens, idosos, mães, dentre outros. As cooperativas de produção ou de consumo aparecem com menor frequência. Por fim, cabe ressaltar a atuação das organizações não-governamentais, de setores da Igreja Católica (por exemplo, as pastorais) e evangélicas, que muito têm contribuído para a conscientização da população e para a dinamização dos canais de representação de interesses.

3.6. A presença do sindicalismo rural

As categorias que compõem a base fundamental do sindicalismo rural da Zona da Mata são os assalariados da cana e, em parte menor, de trabalhadores de agricultura familiar. São 56 sindicatos na Zona da Mata, organizados em três pólos sindicais, com sedes em Carpina, Palmares e Vitória de Santo Antão.

Desde o seu surgimento, os sindicatos rurais têm revelado difíceis relações de trabalho. As tensões e os conflitos são constantes. A grande questão que se colocou nos anos 50 foi a luta contra o aumento do foro e a expulsão de camponeses da terra. Em Pernambuco, o marco foi o ano de 1955, com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), conhecida como Liga Camponesa do Engenho Galiléia. Inicialmente criada como sociedade de auxílio mútuo, essa associação evoluiu para uma organização de resistência e enfrentamento aos proprietários na luta pela permanência na terra e, mais tarde, pela Reforma Agrária “na lei ou na marra”, nos anos 60. Das dez sedes municipais da Ligas Camponesas mais atuantes no Estado, sete ficavam na Zona da Mata.

Mesmo antes disso, já havia tentativas de organização dos trabalhadores do campo. Em 1950, realizou-se em Palmares o I Congresso Camponês de Pernambuco, com delegados de diversas

regiões do Estado. Em 1953, houve o I Encontro Nacional de Trabalhadores Agrícolas, tendo o Recife sediado o evento para os estados do Norte e Nordeste.

A partir principalmente dos anos 60 e sob forte influência da Igreja Católica, além do PCB e do próprio governo do Estado, passa a crescer o movimento sindical no campo, tendo forte presença na Zona da Mata. Neste período, foi que se fundou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape).

A CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) garantia alguns direitos aos trabalhadores rurais - como salário mínimo, aviso prévio e férias -, que o Estatuto do Trabalhador Rural, de março de 1963, referendou. Os usineiros, porém, não acatavam as determinações, tratando as reivindicações com grande violência. Neste mesmo ano, por exemplo, cinco lavradores foram metralhados na cidade de Ribeirão por reivindicarem seus direitos legais.

O governo Arraes buscou mediar os conflitos através do famoso Acordo do Campo, tentando aplicar o estatuto à região. Com o golpe de 64 e especialmente com a decretação do Ato Institucional número 05, entretanto, tudo mudou. O movimento sindical e os movimentos sociais em geral sofreram um refluxo acentuado, fruto da intensa repressão e falta de liberdade existentes no País. O governo militar pôs fim às Ligas Camponesas e introduziu profundas modificações nas relações de trabalho na região. A classe política fez praticamente desaparecer a agricultura familiar produtora de alimentos (mandioca, feijão, frutas) e a pequena pecuária do camponês, com a destruição dos sítios e roçados, substituindo o que ainda havia de Mata Atlântica pelo plantio da cana-de-açúcar e, assim, reconsolidando a cultura canavieira definitivamente.

Foi forte a perseguição às lideranças rurais, com muitos mortos, presos ou desaparecidos. A maioria dos sindicatos rurais teve sua diretoria cassada.

O movimento sindical rural foi se reorganizando, então, a partir principalmente da atuação da Igreja. Por um lado, os sindicatos atuaram como colaboradores dos poderes públicos, servindo, inclusive,

como base de legitimação para os militares no poder. Por outro lado, mesmo dentro dos marcos da lei, boa parte deles, sob direção da Fetape, foi assumindo uma postura de resistência e de compromisso com os direitos do trabalhador, buscando manter sua organização e ampliar sua atuação e influência.

Os problemas continuaram e se agravaram com o processo de modernização conservadora desenvolvido no campo pelo regime militar. No final da década de 70, a Zona da Mata novamente entra em cena com a greve dos canavieiros realizada em outubro, que se constituiu numa referência para todo o movimento sindical.

Apesar das lutas dos anos 80, as grandes questões continuam sem resolução: desemprego estrutural, subemprego e baixos níveis de remuneração, precárias condições de vida caracterizada pelas péssimas condições de educação, habitação e saúde, alto índice de analfabetismo (cerca de 60%) e desnutrição (a mortalidade infantil é de 124 por mil), além do uso constante de mão-de-obra infantil. Cerca de 25% dos trabalhadores, nos períodos de corte da cana, têm idade entre sete e dezessete anos. Destes, 89,7% não têm vínculo empregatício nem constam no fichário das empresas. Embora não existam registros oficiais, 56,7% já sofreram acidente.

As relações de trabalho se caracterizam pelo descumprimento freqüente das leis trabalhistas e pela manutenção da violência e do clima de medo na região, onde jagunços e pistoleiros agem impunemente sob mando de usineiros e donos de engenho.

Os assalariados da cana, descendentes, em sua maioria, de antigos escravos, a partir da década de 60, com a organização de sindicatos, foram se constituindo numa categoria com identidade própria, o que fazia seus integrantes se sentirem orgulhosos de serem trabalhadores agrícolas. Com a crise atual da produção canavieira, essa categoria está em decomposição. Grandes contingentes de desempregados, sem ter com o que se alimentar, vêm-se obrigados a praticar atividades de pesca, caça e coleta. Sem nenhuma proposta econômica substitutiva, eles estão se organizando para ocupações de terra e plantios coletivos visando à sobrevivência imediata.

Diante dessa realidade, o sindicalismo também está buscando reajustar-se, com novas formas de ação e discussão de propostas para enfrentar esse novo quadro que se coloca.

A comunicação é mais uma estratégia de luta e ampliação da atividade sindical, tendo se intensificado bastante desde a criação dos primeiros programas radiofônicos até a atual estrutura de assessoria de imprensa da Fetape.

4. BREVE ANÁLISE DA INTRODUÇÃO E EVOLUÇÃO DO DISCURSO DE GÊNERO NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL

4.1. Primeiros passos

Falar na inclusão do discurso de gênero na ordem de prioridades do sindicalismo rural requer, antes de tudo, o entendimento das condições que possibilitaram o próprio reconhecimento das mulheres trabalhadoras do campo como parte integrante da categoria e, conseqüentemente, dos órgãos de classe que a representa. Sendo assim, como observa Fernanda Mussalin (2001: 112), é preciso ter em mente a relação existente entre o discurso e as condições sociais e históricas que permitiram que ele fosse produzido e gerasse determinados efeitos de sentido e não outros.

Somente vinte anos depois da fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), em meados dos anos 80, é que a organização em âmbito sindical do movimento de mulheres trabalhadoras rurais foi tomando impulso, ao passo que a sua presença no dia-a-dia do trabalho no campo foi se tornando cada vez mais constante. Até então, a Fetape não tinha nenhuma preocupação especial com a participação das mulheres nos sindicatos. Como prevalecia nessa época o entendimento de que cabia às mulheres exclusivamente a responsabilidade com a família, com os filhos e com o lar, para o sindicalismo parecia natural que sua associação se desse de forma dependente dos maridos. A ausência feminina não era sentida nem questionada no movimento, embora algumas mulheres, principalmente solteiras, viúvas ou separadas, associassem-se por iniciativa própria aos sindicatos.

Na Zona da Mata, entretanto, onde a herança colonial deixou marcas profundas de submissão, o movimento feminino só veio a ecoar mais representativamente na segunda metade da década. Antes disso, as mulheres atuavam como coadjuvantes dos homens no

processo produtivo, recebendo (quando recebiam) remuneração inferior a deles, sob a alegação de que desempenhavam atividades leves, supostamente inerentes à sua condição inferiorizada de gênero. Da mesma forma, a participação feminina no sindicato restringia-se (quando existia) às funções burocráticas nas diretorias e suplência nos conselhos fiscais. Apesar de em certos momentos terem chegado a constituir 40% da força de trabalho no canavial¹⁶, além da negação de remuneração justa, as trabalhadoras sempre enfrentaram problemas como a falta de contratação formal – já que os patrões se recusavam a arcar com o ônus referente ao possível pagamento de licença maternidade – e conseqüentemente ausência de direitos como abono família, férias e 13º salário.

Segundo Maria do Socorro de Abreu e Lima (2003), um primeiro indício de preocupação com a participação de mulheres no movimento sindical rural data de 1981. Tendo em vista a realização do 1º Congresso da Mulher Pernambucana e de um movimento de mulheres em alguns sindicatos, a federação resolveu discutir e se posicionar a respeito.

“Partindo da constatação de que, além de sofrer a violência de classe, a mulher era tratada como pessoa inferior, enfrentando todo tipo de preconceito, a Federação chama a atenção para a necessidade de que ela, além de atuar nas lutas comuns com os homens, deveria participar do seu sindicato para conseguir atingir seus objetivos específicos, entendendo que estes eram os direitos garantidos na lei: a mulher não deve trabalhar em locais insalubres, nem no horário noturno, só podendo trabalhar 48 horas semanais, com direito a descanso antes e depois do parto, além do direito à creche, nas empresas com mais de 30 mulheres com mais de 16 anos, bem como a dois períodos de descanso para amamentação do filho. Também fazia-se menção à luta pelo direito a salário igual para trabalho igual. Quanto à questão de formar Departamentos Femininos nos sindicatos, a FETAPE deixava essa decisão a critério de cada um, sugerindo, contudo, que um trabalho específico com

¹⁶ Informação presente no relatório *O Trabalho da Mulher Canavieira*, produzido pela Fetape.

mulheres poderia ser feito através dos Departamentos de Educação, levando em consideração algumas questões gerais e outras específicas". (ABREU E LIMA, 2003: 232).

Um trabalho mais efetivo com mulheres só veio a acontecer, no entanto, a partir de 1982, no Sertão Central, por conta da grande seca que assolava a região e da impossibilidade de as mulheres serem aceitas nas frentes de trabalho. A primeira reunião ocorreu no distrito de Caiçarina da Penha, município de Serra Talhada. O impedimento de trabalhar em um momento de calamidade acirrou a indignação das mulheres, incitando-as a questionar sua condição. Muito mais pela necessidade real de comer e sobreviver, esse despertar gerou a semente de uma consciência e de um novo sentido de luta.

"As mulheres da região não participavam das reuniões de base, das assembléias dos sindicatos, dos encontros ou movimentações do Pólo. Mesmo quando havia reunião em suas casas, elas ficavam pelos corredores. A questão da seca, porém, atingia a todos, homens e mulheres: o que o homem ganhava nas frentes de trabalho não dava para sustentar a família, e as mulheres estavam querendo trabalhar para ajudarem na despesa da casa". (ABREU E LIMA, 2003: 235).

A pressão funcionou e os sindicatos encaminharam a luta pelo alistamento das mulheres nas frentes de emergência, o que foi conseguido em 1983. Elas, porém, quiseram formar frentes separadas dos homens, para que seu trabalho não ficasse "invisível", numa clara demonstração, já, de entendimento da necessidade de se auto-afirmarem como trabalhadoras.

Ainda em 1983, seguiram-se outros encontros, que pouco a pouco introduziam de maneira mais clara as discussões acerca da importância da participação sindical e temas ligados à saúde da mulher. Tal movimentação culminou com a realização do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central, ocorrido em dezembro de 1984, o primeiro da história do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (MSTR) cuja meta era discutir a proposta de um trabalho específico com as sertanejas. Nesse mesmo

ano foi eleita a primeira mulher presidente de sindicato, em Itapetim, no Sertão, Maria Ferreira Lima de Souza, conhecida como dona Lia.

4.2. O movimento ganha a Zona da Mata

Com a visibilidade adquirida pela organização das trabalhadoras rurais do Sertão, as canavieiras da Zona da Mata passaram a se questionar quanto ao seu próprio grau e capacidade de mobilização. Nessa região, contudo, o trabalho com mulheres foi bem mais lento.

“De um lado, havia uma dificuldade maior pelo fato de serem assalariadas e, portanto, disporem de menos tempo para se reunirem. Seus horários não tinham a flexibilidade de uma pequena proprietária, por exemplo. De outro, nesta região, o grau de exploração que atinge a todos era tão intenso, que as mulheres eram mais receptivas a tratarem dos direitos em geral do que questões específicas que lhes dissessem respeito”.
(ABREU E LIMA: 2003: 238).

Apesar dos entraves, a partir de 1985, depois da aprovação das teses sobre sindicalização da mulher no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, as canavieiras começaram a intervir ativamente na luta sindical, formando grupos em vários municípios: Moreno, Amaraji, Escada, Vitória de Santo Antão, Jaboatão, Barreiros, Rio Formoso, Palmares, Água Preta, Vicência, Igarassu, Nazaré, São Lourenço e Paudalho.

O resultado desse esforço se traduziu no I Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Zona da Mata, datado de março de 1986, durante o qual foi aprovada a proposta de realização de encontros municipais como uma forma de ampliar a discussão. Contando com a participação de 45 trabalhadores representantes de 21 sindicatos, o evento teve como pauta principalmente questões ligadas aos direitos trabalhistas e à atuação da mulher na luta sindical, sem deixar de contemplar também temas como saúde e o corpo feminino, que, no entanto, ainda não suscitavam discussões mais aprofundadas. Por outro lado, é

interessante notar, a partir da análise do relatório¹⁷, que nas atividades propostas, como a que pedia que fossem levantados os problemas vividos pelas mulheres rurais, “como mulheres e como trabalhadoras”, é ressaltado o âmbito do trabalho como o espaço de maior preocupação nos dois itens, mesmo naquele relacionado às questões específicas do gênero feminino. Assim, as mulheres identificavam como dificuldades referentes à classe trabalhadora em geral a demora na reforma agrária, o atraso do pagamento de salários, a aposentadoria com 65 anos, o não cumprimento da tabela¹⁸, os acidentes de trabalho e a proibição da entrada dos sindicatos nos engenhos, entre outras coisas, ao passo que destacavam como problemas inerentes à sua condição de mulher a dupla jornada de trabalho, o preço inferior da diária feminina, a negação de direitos às trabalhadoras grávidas e a ausência de creches para as crianças.

*“Eu faço tudo dentro do engenho. Corto cana, planto, adubo. Meu esposo é aposentado, mas assim mesmo ele trabalha. Sou mãe de cinco filhos, mas agora só tenho quatro. O que mandar fazer, eu faço. O senhor de engenho só quer me chamar de comunista, porque eu sou braba, reclamo os meus direitos. Ele só quer que eu seja boa, mas eu não posso ser boa dentro do engenho dele se ele não me paga o certo”.*¹⁹

Além de contribuir para a criação de grupos de discussão desde a base (sítios, comunidades, engenhos), passando pelos grupos municipais, de pólos²⁰ ou regionais, o primeiro encontro de mulheres

¹⁷ Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona Canavieira de Pernambuco, realizado no Centro Social da Fetape, em Carpina-PE, entre os dias 22 e 23 de março de 1986.

¹⁸ A tabela de tarefas é uma norma existente no Acordo do Campo, firmado em 1963, que estabelece a equivalência entre o salário mínimo e as tarefas que devem ser cumpridas pelos trabalhadores em cada área do corte da cana.

¹⁹ Depoimento de mulher presente no relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona Canavieira de Pernambuco - pág 10.

²⁰ Pólo sindical é o termo utilizado pela FETAPE para designar diferentes áreas do Estado que têm proximidade geográfica e atividades comuns. Eles foram criados em 1978 para facilitar o trabalho específico em cada região. Um pólo, geralmente, engloba vários municípios e, portanto, vários sindicatos rurais. Ao todo, são 10 pólos, cada um com seu município-sede: dois na zona da Mata, Mata Norte (Carpina), Mata Sul (Ribeirão); três no Agreste, o Setentrional (Surubim), o Central (Caruaru) e o Meridional (Garanhuns), e cinco no Sertão: do Araripe (Ouricuri), Central (Serra

da cana rende como fruto uma maior participação feminina nas diretorias sindicais, abrindo espaço para a realização da I Reunião com Mulheres Diretoras de Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Pernambuco, que ocorre em agosto de 1987, em Garanhuns.

Também nesse período forma-se a Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais, cuja função seria promover cursos, encontros, seminários e manifestações públicas, com o objetivo tanto de levantar propostas contra a exploração do trabalhador rural, como também demandas específicas como mulheres.

Ainda em outubro de 1987, realiza-se o II Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata, em que voltam à tona as temáticas relacionadas à luta pela igualdade de posições das mulheres em relação aos homens no espaço público, seja no trabalho nos engenhos, seja na estrutura sindical. Ao relatarem as conquistas alcançadas depois do primeiro encontro, em março de 1986, as mulheres citam a maior participação na campanha salarial, na greve e no sindicato, maior união ("40 mulheres barraram o feitor de roubar no peso"), exigência do cumprimento da tabela, perda do medo dos patrões e dos maridos, maior divisão das tarefas domésticas com os homens e fundação de delegacias sindicais.

"Se a gente não tiver organizada, os patrões vão pisar em cima de nós. Só vamos conseguir mudar alguma coisa, quando tivermos acumulado forças"²¹ .

"Como trabalhadora, companheira sofrida, como mulher, nós sofremos mais do que os homens. Nós não vamos ter medo, vamos pegar com garra. Eu vim sem ninguém achar bom. Não olhei para marido nem filho, pra ninguém. Se eles não acham bom, nós acha. Vamos enfrentar. Nós só vamos se organizar

Talhada), do Pajeú (Afogados da Ingazeira), do Médio São Francisco (Petrolina) e do Submédio São Francisco (Petrolândia).

²¹ Depoimento de Terezinha Maria de Farias, presente no relatório do II Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata, realizado em Rio Formoso, nos dias 24 e 25 de outubro de 1987 - pág 15.

*vindo aqui, assistindo reunião, falando, ouvindo, lutando e se organizando*²² .

Entre as estratégias discursivas utilizadas nesse tipo de encontro para ampliar o conhecimento acerca do processo histórico de submissão da mulher e reforçar a importância da luta contra a dominação está a apresentação de álbuns seriados sobre a condição da mulher e os exemplos de suas manifestações contra a exploração através do tempo. O importante a se perceber nesses textos é a associação feita entre o surgimento do capitalismo e da propriedade privada dos meios de produção ao acirramento das diferenças sociais estabelecidas entre homens e mulheres.

*"Na tribo todos eram iguais, não haviam ricos nem pobres. Quando a propriedade passou a ser privada, uns passaram a ser donos das lavouras, dos instrumentos de trabalho, dos animais, da força de trabalho. Aqui aconteceu outra divisão: entre proprietários e trabalhadores. Neste tempo o trabalho do homem proprietário explora o trabalho do outro. O trabalho do homem trabalhador: produzir na propriedade dos outros, na terra, fábrica ou comércio. O trabalho da mulher: cuidar da casa, dos filhos e marido. O trabalho da mulher perdeu o valor porque parece não produzir nada. Quando na verdade a mulher reproduz a força de trabalho. Foi essa divisão do trabalho que originou a dominação do homem sobre a mulher. Vem daí a idéia de que a mulher não tem valor. Hoje a mulher trabalha em casa e fora de casa. Mas permanece a idéia de que a mulher não tem valor"*²³

Ao recorrer à bandeira maior do sindicalismo, de oposição a um sistema de trabalho e de relações de poder consideradas

²² Depoimento de Maria de Lourdes Medeiros da Silva, presente no relatório II Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata - pág 15.

²³ Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona Canavieira de Pernambuco. Centro Social da Fetape, Carpina-PE - 22 e 23 de março de 1986 - pág 21-22.

extremamente injustas, para legitimar os seus propósitos, o movimento de mulheres tenta ativar uma memória discursiva implícita à formação ideológica na qual se inscreve o próprio movimento sindical, a fim de despertar para o fato de que as desigualdades entre os gêneros são socialmente construídas – apreendidas, representadas, institucionalizadas e transmitidas ao longo de gerações – e, portanto, passível de transformações, assim como também são as relações capitalistas de trabalho. De acordo com Helena Brandão, essa associação se faz possível na medida que toda produção discursiva, efetuada sob determinadas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente.

“No nível da intertextualidade interna, interior ao campo, de maneira geral, a toda formação discursiva se vê associar uma memória discursiva. É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular informações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma formação discursiva, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história”. (BRANDÃO, 1997: 76-77).

O intuito de tal posição é convocar à superação das divergências entre os sexos dentro do sindicalismo rural para possibilitar o eficaz enfrentamento das adversidades e opressões que recaem sobre os trabalhadores em geral.

4.3. A luta se consolida no Estado

O ponto alto de consolidação dessas reivindicações se dá com a realização do I Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, em dezembro de 1987, que reuniu aproximadamente 200 mulheres filiadas a 72 sindicatos de todas as regiões, com os objetivos de discutir a importância da participação da mulher na transformação da sociedade, levantar as explorações sofridas e

proporcionar a troca de experiências entre as trabalhadoras da Zona da Mata, Agreste e Sertão. Na lista de prioridades, exigiam terra para trabalhar, salário igual para trabalho igual, fortalecimento da participação da mulher nos sindicatos e uma previdência social justa, temas estes que, de uma certa forma, sintetizavam as principais preocupações do movimento de mulheres desde o seu surgimento.

A partir do que foi exposto, nota-se que, ao menos inicialmente, a identidade de gênero que vai se construindo discursivamente no interior do movimento sindical se relaciona muito mais diretamente à inserção da mulher no âmbito do espaço público e no domínio do trabalho. Nada mais compreensível, considerando-se que, por conta principalmente de uma cultura fortemente inspirada nos moldes do regime patriarcal machista e conservador advindos de tempos coloniais, a trabalhadora na Zona da Mata esteve por muito tempo relegada a uma posição secundária na dinâmica social.

Pouco a pouco, no entanto, à base de muito diálogo, negociação e boas doses de determinação e perseverança, as mulheres foram vencendo as adversidades para deixar os bastidores da sociedade e passar a protagonizar sua própria história. Assim é que organizam em setembro de 1988 um encontro específico de mulheres trabalhadoras da zona canavieira em preparação para a campanha salarial.

Na pauta de exigências, defendiam principalmente salário justo, cumprimento da tabela, 40 horas semanais de trabalho, licença maternidade de 120 dias, transporte seguro, abono família, não aceitação da proposta de ligadura de trompas e fim da violência. O que planejavam fazer para garantir o cumprimento das reivindicações? Mobilização pública através de "reuniões nos engenhos, nos sítios, na comunidade, na vila e até mesmo no local de trabalho"²⁴.

Sugeriam, ainda, não entregar as carteiras de trabalho no período da greve, fazer piquetes nas pontas de rua, não aceitar intervenção da política na greve, participar das divulgações na Imprensa e assistir às negociações. Procurando se engajar também nas questões político-econômicas nacionais, as trabalhadoras voltam a

²⁴ Relatório da Reunião de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona Canavieira em Preparação para a Campanha Salarial de 1988.

se reunir em junho de 1989 para discutir temas como a dívida externa e definir o posicionamento da categoria frente à eleição presidencial a ser realizada naquele ano, o primeiro pleito direto pós-ditadura.

4.4. Uma identidade não se constrói sem contradições

A busca pela ampliação e legitimação de espaços por parte das trabalhadoras não se deu, contudo, sem resistências, limites e dificuldades. Muitos têm sido os entraves à sua emancipação, especialmente o machismo, que ainda impera fortemente na região canavieira. Além da oposição dos maridos quanto à sua participação nas atividades sindicais, as mulheres dizem enfrentar também a discriminação por parte dos próprios colegas sindicalistas e até mesmo de algumas companheiras que “não aceitam o trabalho das outras”.

"Muita gente alega que só se deve dá um cargo à mulher quando não tiver homem no lugar"²⁵.

Diretores e lideranças do sexo masculino, que consideravam como prioridade a luta e os interesses dos trabalhadores em geral, costumavam afirmar que a estruturação de um movimento de mulheres dividiria e enfraqueceria a luta sindical.

A compreensão de tais contradições faz-se possível tomando-se o pressuposto da Análise do Discurso (em sua terceira fase) de que o sujeito de um discurso – sejam os líderes sindicais, seja a Fetape ou os próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais – não fala apenas de um lugar ou assujeita-se de maneira uniforme a esta ou aquela ideologia, mas ele é polifônico, dialógico, atravessado por relações interdiscursivas que emergem do discurso pelas suas marcas de heterogeneidade.

²⁵ Depoimento de trabalhadora no item *O que é que impede a maior participação da mulher do campo no movimento sindical* do documento *O Movimento Sindical e as Mulheres Trabalhadoras*, produzido pela Fetape.

“Ao mostrar o caráter heterogêneo dos discursos e, portanto, dos sujeitos, a AD continua sua luta incessante contra o sujeito (aquele sujeito), ao mostrar que ele não é um, mas que dá voz a outros (de outros lugares, de outras ideologias), nem é pleno de consciência, pois existe o Outro, o inconsciente, que se enuncia através de seus efeitos”. (CAVALCANTE, sd: 10).

Ou, como aponta Mussalin, citando Althusser, “o discurso é um ‘aparelho ideológico’ através do qual se dão os embates entre posições diferenciadas” (MUSSALIN, 2001: 123-124)²⁶.

Por mais que estejam integrados, portanto, a uma estrutura sindical cujo discurso prega, em última instância, a igualdade entre as classes sociais, os trabalhadores estão submetidos também a uma visão patriarcal e paternalista que estabelece relações hierárquicas de poder e dependência. Construída ao longo de séculos de escravidão e mantida posteriormente por meio de uma dominação não só econômica e política, mas também cultural, com influências determinantes da tradição religiosa, essa concepção acaba se refletindo, consciente ou inconscientemente, no discurso e nas práticas de homens e mulheres do campo, embora muitos deles já consigam distinguir com maior clareza tal interferência.

*“Essas dificuldades só acontecem porque falta consciência de classe. As companheiras não descobriram sua força, não acreditam na outra companheira, pensam com cabeça de patrão”.*²⁷

4.5. Delineando conquistas

No esforço para demonstrar o quanto suas reivindicações eram parte integrante da melhoria de qualidade de vida de todos os trabalhadores, as mulheres foram somando conquistas em sua luta

²⁶ ALTHUSSER, L. 1974 [1970]. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. J.J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/ Martins Fontes.

²⁷ Depoimento de trabalhadora presente no relatório do III Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Zona Canavieira, realizado na sede da Fetape, no Recife, em 15 de janeiro de 1989.

tanto no trabalho da cana como na política sindical. No início da década de 90 já tinham representação em todos os níveis das direções sindicais, inclusive o da presidência. Já no que se refere aos ganhos trabalhistas, um dos feitos mais comemorados do movimento de mulheres está nas garantias estabelecidas pela Convenção Coletiva de 1994, em que nove das 69 cláusulas do Acordo Salarial dos Trabalhadores Rurais da Cana fazem referência às condições específicas das mulheres que trabalham no campo. Além da manutenção de direitos conquistados em anos anteriores, as trabalhadoras conseguem estabilidade para a empregada gestante, direito de moradia no engenho em caso de dispensa injusta ou morte do chefe da família, creche para os filhos das trabalhadoras, transporte em caso de acidente, doença ou parto, dispensa de meia hora por turno de trabalho para amamentação, repouso remunerado de duas semanas em caso de aborto, liberação remunerada de um dia por ano para realização de exame preventivo, punição para casos de discriminação, assédio sexual e exigência de esterilização e proibição de aplicação de agrotóxicos por empregadas gestantes.

À medida que tais garantias são alcançadas, o discurso de gênero do sindicalismo rural começa a sofrer certas alterações de enfoque, que já podem ser percebidas a partir do título do II Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais: Mulher, Corpo, Produção e Organização, sem a participação da mulher a luta fica pela metade...

Realizado em agosto de 1992, o encontro é o primeiro a tratar mais abertamente de temas relacionados à vida privada das trabalhadoras, como sexualidade e saúde reprodutiva, questões consideradas tabus no meio rural e, portanto, de difícil abordagem, dado a todo um histórico de machismo e conservadorismo da região. Uma das dinâmicas de grupo propostas na abertura dos trabalhos, por exemplo, estimulava as mulheres a fazerem um 'passeio' pelo próprio corpo, com o intuito de conhecerem melhor o seu funcionamento. Os depoimentos das trabalhadoras evidenciavam ao mesmo tempo a carência de informações e a necessidade de se expressarem sobre

assuntos que no ambiente de trabalho ou mesmo na família não encontram abertura para discussão.

"Foi uma sensação muito boa. A gente nunca pára para sentir o próprio corpo".

"Me achei cansada da idade, os olhos afundando, a pele, as rugas, os ossos aparecendo, os lábios, a pele mole". "Pude sentir minha vagina, útero, o ovário, trompa, bexiga, coração, pulmão, fígado, intestino. Lembramos que nosso corpo tem muitas coisas, muitas funções". "A mulher tem que ser mais inteligente, aprender mais sobre o assunto, conversar com os filhos sobre sexo, ir ao médico, perder o medo e a vergonha".²⁸

A essa atividade, seguiu-se uma palestra sobre métodos contraceptivos e inseminação artificial, cujo objetivo era conscientizar as participantes quanto aos direitos reprodutivos femininos. Na base dessa discussão estava o combate a uma prática de desrespeito contra a mulher que, embora ilegal, se tornou comum nos engenhos e usinas da Zona da Mata: a exigência do atestado de ligadura de trompas como pré-requisito à sua contratação para o trabalho no campo.

"São os direitos das mulheres de decidir se querem ou não ter filhos. Exigindo-se estes direitos, as mulheres vão ampliando a construção de sua cidadania, criando o poder de decidir também sobre seu corpo; apropriam-se das funções do seu corpo que até hoje está dependendo e é manipulado por interesses econômicos e políticos".²⁹

Todos os tópicos tratados até então serviram como preparativo para uma discussão mais aprofundada sobre gênero e classe, em que,

²⁸ Depoimentos presentes no relatório do II Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, realizado entre os dias 27 e 30 de agosto de 1992, em Nazaré da Mata.

²⁹ Discurso de palestrante, no II Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco.

a partir da observação de como os papéis comumente atribuídos a homens e mulheres são compreendidos e vivenciados pelas trabalhadoras, tentou-se introduzir de forma mais consistente algumas conceituações teóricas sobre o tema. De uma forma geral, depreende-se da análise do relatório que o discurso de gênero do movimento de mulheres rurais aos poucos deixa de associar o conceito de cidadania feminina apenas à inserção e reconhecimento das mulheres no mercado de trabalho para passar a incluir dimensões particulares de suas vidas como aspectos fundamentais para a construção dessa noção.

4.6. Igualdade de gênero começa dentro de casa

A mudança de direcionamento do discurso sindical, no entanto, não se dá por acaso. O próprio processo de desmonte da economia canavieira, que se acentuou na década de 90 e não é acompanhado de propostas alternativas de trabalho, tem desestabilizado o modo de vida dos trabalhadores, tornando as identidades sociais cada vez menos homogêneas. Abre-se, assim, espaço para a articulação de novas identidades e produção de novos sujeitos.

Permeado por esse contexto, o sindicalismo rural vem buscando diversificar suas formas de atuação, buscando novas estratégias de discurso diante dos trabalhadores para se reajustar às necessidades desse novo quadro que se coloca. Fugindo à tradição histórica de debater principalmente questões ligadas às relações e condições de trabalho e às campanhas salariais, o movimento sindical se abre para um campo novo de questionamentos, discutindo assuntos ligados ao cotidiano e à vida privada dos trabalhadores. Sem esquecer seus objetivos de representante dos interesses político-econômico-sociais de determinada categoria de trabalhadores, os sindicatos passam a valorizar temas até então pouco (ou nunca) abordados, como saúde reprodutiva, sexualidade e organização familiar, todos tratados no âmbito das relações de gênero. Uma das maiores preocupações do movimento, desse modo, passa a ser a ampliação da discussão sobre a mulher, antes reduzida apenas a grupos de mulheres, para o conjunto

dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, fazendo com que juntos eles venham debater sobre as questões de gênero, que dizem respeito a todos, considerando-se que homens e mulheres encontram-se necessariamente em relação.

Representativa desse novo posicionamento é a realização do projeto de capacitação *Educação em Saúde Reprodutiva, Gênero e Família*³⁰, promovido pela Fetape, com patrocínio do Fundo de Populações das Nações Unidas (FNUAP), entre agosto de 1998 e março de 1999. O projeto se originou da demanda levantada por uma pesquisa feita pelo movimento sindical na Zona da Mata sobre saúde e cidadania da mulher trabalhadora. Dividida em quatro módulos, a capacitação, que contou com a presença de 72 lideranças – entre homens e mulheres, dirigentes e assessores de sindicato, agentes comunitários de saúde e parteiras –, teve como objetivo maior desenvolver atividades de educação em saúde reprodutiva, conscientizando os trabalhadores e trabalhadoras quanto às questões de equidade de gênero, para que depois eles atuassem como multiplicadores desses conhecimentos em suas comunidades. Subliminarmente, pretendeu-se disseminar informações sobre os direitos da mulher e fortalecer a capacidade de negociação e luta das organizações femininas. Tudo com vistas à igualdade nas relações entre homens e mulheres e ao combate da exploração dos trabalhadores em geral.

O primeiro módulo, intitulado *Relações de Gênero*, propôs-se a introduzir o conceito de identidade de gênero e relações de gênero, de modo a contribuir para uma reflexão sobre as desigualdades construídas socialmente entre homens e mulheres. Para tanto, procurou favorecer a compreensão de como essas relações sociais determinam a divisão sexual do trabalho (público/privado; remunerado/doméstico; produtivo/reprodutivo), assim como estimular

³⁰ Durante a execução do referido projeto, o grupo de pesquisa a que pertence a autora realizou um estudo de recepção entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais dos conteúdos abordados no curso de capacitação. Nesse período, produziu-se um rico acervo de informações, composto por cerca de 40 fitas cassete, 10 fitas de vídeo, publicações impressas, etc., além de uma série de entrevistas realizadas *in loco* nos engenhos e usinas da Zona da Mata, com trabalhadores considerados líderes nas comunidades da qual participam. Todo esse material forneceu importantes subsídios para a elaboração desta dissertação.

uma reflexão crítica sobre o papel da família, mostrando como alguns modelos reforçam as desigualdades de gênero e promovem a violência doméstica.

Uma das atividades mais ricas desse módulo em termos de apreensão das representações feitas pelos trabalhadores quanto ao discurso da discriminação da mulher foi a transmissão do vídeo *Acorda Raimundo, acorda*, a partir do qual se pôde constatar concepções ora tradicionais, ora surpreendentes. No vídeo, os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres são invertidos, isto é, o personagem Raimundo, em um pesadelo, passa a se encarregar dos afazeres domésticos, enquanto sua esposa, Marta, vai trabalhar fora para sustentar a casa. Raimundo acorda no momento em que, desesperado, reage querendo sufocar a mulher. Sente-se feliz ao perceber que tudo não havia passado de um sonho e retoma a vida normal com todas as atitudes de discriminação e opressão da esposa, mesmo tendo estado em seu lugar, vivendo os seus sofrimentos, ainda que ilusoriamente.

Ao assistir à fita, o grupo concordou que a mulher tem uma vida mais sacrificada que a do homem, reconhecendo ainda que a situação de submissão da mulher precisa mudar, sendo a equidade de direitos e deveres apontados como solução. Discurso e vida prática relatados, no entanto, muitas vezes, contradizem-se. No plano teórico, a maior parte dos multiplicadores do sexo masculino defendeu a igualdade entre homens e mulheres, mas seus depoimentos sobre o cotidiano familiar, várias vezes, foram de encontro a essa tese, como se percebe na afirmação de um componente do grupo que diz ajudar a mulher a cuidar dos filhos e da casa, mas sempre tem a última palavra nos assuntos referentes à vida familiar:

"Respeito a opinião da minha esposa, mas em minha casa quem toma a decisão final sou eu. Se ela quiser que a sua opinião prevaleça, deve argumentar e provar de maneira a me convencer".³¹

³¹ Todos os depoimentos desse subitem estão presentes na monografia de conclusão do curso de Comunicação Social *O papel da Mulher na Zona da Mata Sul*, de autoria da pesquisadora.

O patriarcalismo permeia, inclusive, o próprio imaginário feminino. Prova disso, é que as mulheres, muitas vezes, também partilham desse tipo de opinião. Uma integrante da equipe revelou ter se sensibilizado com o fato de o personagem Raimundo exercer tarefas de mulher, mas não se comoveu quando Marta voltou a executar os serviços relativos ao sexo feminino, uma vez que ela já está conformada com essa situação e o homem não está acostumado, "coitado". A noção do homem provedor da casa e praticante do trabalho remunerado e dotado de reconhecimento por parte da sociedade está presente ainda que de forma indireta. Mesmo que em algumas situações as mulheres tentem demonstrar expressões de igualdade entre os gêneros, em outras, voltam a confirmar a posição preponderante do homem na hierarquia social das relações entre os sexos. Afirmações como: "*Desde a gravidez, os homens recebem estímulos de força, ganham bola para exercitar os músculos. A mulher não*", "*As mulheres também são machistas*", ou ainda, "*Eu não escolho homem ou mulher na hora de votar*", convivem com opiniões e conceitos do tipo: "*Se os homens não estão resolvendo nada, imagina as mulheres*", "*Todos os filhos daquele senhor são inteligentes, até as mulheres*".

Observadas esses depoimentos, nota-se que a construção simbólica realizada pelo grupo é influenciada não só pelo discurso direto ao qual os trabalhadores estão submetidos (o da Fetape, no caso), mas também é formada por uma visão de mundo respaldada no meio coletivo, que é constituída pela interação entre sua história de vida, educação e mediações discursivas diversas existentes no contexto sócio-econômico e cultural no qual estão inseridos.

"Ao contrário do que estabelece o senso comum e algumas análises de discursos que tomam os discursos ao pé da letra, não só não somos inteiramente responsáveis pelas representações que acreditamos fazer nos textos que produzimos, como também nem sequer somos os únicos responsáveis pelas representações que ali aparecem. Para análise de discursos, todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um

tecido de "vozes" ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado". (PINTO, 1999: 26).

No segundo módulo da capacitação, Sexualidade e Afetividade, procurou-se proporcionar aos participantes vivência e reflexão sobre a sexualidade de mulheres e homens, em todas as fases da vida, desde a infância até a terceira idade, identificando a determinação que as relações de gênero têm na construção dos padrões/modelos sexuais. De acordo com o grupo, os temas mais difíceis de discutir foram masturbação, menstruação, virgindade e sexo na adolescência, assuntos que sempre representaram tabus no meio rural. Nos dois primeiros ficou claro a mistura de informações e as dúvidas advindas de uma educação falha, repleta também de conceitos religiosos que reforçam as incertezas e ainda geram medo e culpa.

"Masturbação pra mim é uma forma de conhecer o corpo, mas eu não sei se isso é saudável".

"Uma professora me disse que, se a mulher se masturba, o útero se prepara para receber alguma coisa. Se ele não recebe, isso pode provocar sérias complicações".

Quanto ao sexo entre os jovens e antes do casamento, a maioria reafirma a posição tradicional e conservadora de que a mulher "só deve se entregar ao esposo, quando se casar de véu e grinalda", embora concorde com a necessidade de haver uma preparação dos adolescentes em relação à sexualidade:

"No meu tempo ninguém sabia o que era nem menstruação, quanto mais relação sexual. Hoje está mais fácil, até a escola ensina. Isso é bom".

Apesar da existência de uma certa abertura, o discurso dos multiplicadores freqüentemente é permeado não só por tabus, como também por crenças populares e, principalmente, doutrinas religiosas.

Aliás, a Igreja e a religiosidade são sempre citadas como fortes influências, muitas vezes determinantes no comportamento sexual e social, sobretudo das mulheres, as quais reconhecem que a educação religiosa lhes impôs muitas limitações. Percebe-se, a partir de muitos depoimentos, que a desinformação e o preconceito com que alguns vêem assuntos relacionados à sexualidade resulta da educação que lhes foi dada tanto no ambiente familiar, quanto na escola.

"Eu jamais conversaria sobre sexo com os meus pais. Falar sobre isso na frente deles seria considerado falta de respeito", revela um multiplicador.

Mesmo tendo passado por um módulo que tratou de relações de gênero, divisão sexual do trabalho e obrigações familiares, um grande número de mulheres ainda afirma que *"é dever da mãe ensinar e preparar a filha para a vida sexual"*, porque *"se a menina vai conversar com o pai, houve falha da mãe"*.

Os homens optaram pelo silêncio durante a maior parte do tempo em que se discutiram tais questões. Conclui-se, a partir dos depoimentos do grupo, que os homens não assumem um papel ativo no processo de educação sexual nem dos filhos nem, muito menos, das filhas.

Há, entretanto, discursos que surpreendem, pela quebra dessa visão tradicional, como o do Sr. Manuel Gerônimo (de 60 anos de idade):

"Para haver igualdade realmente é preciso quebrar essas barreiras. Pai e mãe devem orientar tanto filhas como filhos. O compromisso deve ser dos dois". "A virgindade da mulher não é fundamental para a felicidade do casamento. Acho até que é necessário que o casal tenha relações sexuais antes de se casar para que se conheçam melhor e possam tomar uma decisão tão importante".

Outros homens e mulheres mais jovens tiveram uma posição totalmente contrária.

O tema de sexualidade serviu de âncora para a discussão sobre saúde reprodutiva e políticas públicas de saúde, alvos do terceiro e quarto módulos, que visaram proporcionar ao grupo o conhecimento das funções dos órgãos reprodutores do homem e da mulher, despertando para a necessidade do cuidado e higiene do corpo. Também foram apresentadas aos participantes as principais doenças do aparelho reprodutor, bem como suas formas de tratamento e prevenção. Além disso, abordou-se a responsabilidade do homem e da mulher na reprodução, contribuindo para a reflexão em torno de métodos contraceptivos e de esterilização. A partir das exposições e discussões desses temas, buscou-se refletir sobre as políticas públicas existentes no campo, no sentido de propor uma organização dos serviços de saúde que atenda às necessidades dos municípios rurais.

4.7. Ampliando espaços

Concluído o curso de capacitação, outra importante iniciativa tomada pela Fetape para reforçar a articulação do movimento sindical feminino quanto às temáticas de equidade de gênero foi a implementação da Secretaria de Coordenação das Mulheres, ocorrida em 1999, durante o V Congresso Estadual da entidade. Desde então sua contribuição tem sido decisiva para a reflexão e enfrentamento de novas (e velhas) problemáticas que têm afligido o meio rural, com o acirramento da crise na economia canavieira, marcada pelo fechamento de várias usinas, e aumento dos índices de desemprego, especialmente entre as mulheres.

Diante dessa realidade, uma das principais demandas que passa a ser levantada pelo sindicalismo é a viabilização de um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, sempre numa perspectiva de gênero. É o que pôde ser verificado durante o IV Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado de 8 a 10 de novembro de 2001. Entre as metas do evento estava a definição

de estratégias de intervenção das mulheres na gestão e controle das políticas públicas voltadas para a geração de renda no campo. Na pauta de reivindicações elaborada pelo movimento feminino e entregue em passeata ao Governo do Estado, encontra-se, além de propostas quanto à promoção da saúde e educação e combate à violência contra as mulheres no meio rural, exigências de inclusão das trabalhadoras em programas de trabalho e renda e de acesso à terra. O destaque para essas últimas questões se dá principalmente devido ao tratamento marginalizante recebido pelas trabalhadoras por parte de órgãos como o Incra (responsável pela distribuição e titulação dos lotes agrícolas), que dificulta a participação da mulher no processo de reforma agrária, ao privilegiar entre seus critérios elementos calcados apenas na experiência masculina de trabalho no campo. Disponibilização de crédito e capacitação profissional para mulheres desempregadas sem terra, e definição, junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável, de mecanismos para garantir o acesso das mulheres ao título da terra e ao crédito fundiário são só algumas das reivindicações expostas no documento.

4.8. Gênero e classe

Alçar as questões de gênero à ordem de prioridades do movimento sindical não significa, portanto, como poderia sugerir uma observação menos atenta, uma deserção da luta de classes. Supõe, ao contrário, que gênero e classe estão articulados cultural e ideologicamente, num processo de negociação política, como diria Homi Bhabha, em *O Local da Cultura*, ao analisar os testemunhos de mulheres que participaram da greve dos mineiros, em 1984-1985, na Grã-Bretanha:

“Muitas das mulheres começaram a questionar seus papéis dentro da família e da comunidade – as duas instituições centrais que articulavam os sentidos e costumes da tradição das classes trabalhadoras em torno das quais girava a batalha ideológica. Algumas desafiavam os símbolos e autoridades da cultura que lutavam para defender. Outras desestruturavam os

lares que haviam lutado para manter. (...) O valor transformacional da mudança reside na rearticulação, ou tradução, de elementos que não são de nem o Um (a classe trabalhadora como unidade) nem o Outro (as políticas de gênero) mas algo a mais, que contesta os termos e territórios de ambos” (BHABHA, 1998: 54-55).

No caso das mulheres da Zona da Mata de Pernambuco, trata-se de romper normas e tradições vigentes na busca de afirmar sua presença nos diferentes espaços existentes na sociedade, discutindo uma noção de gênero que significa não apenas diferenças, como implica em hierarquia e relações de poder. Conceito que contribui para demonstrar que não existe uma oposição entre questão das mulheres (específica) e questão da sociedade (geral), uma vez que as relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais.

Assim, os universos do trabalho, da política e da cultura também se organizam conforme a inserção de mulheres e homens, a partir dos papéis que lhe são atribuídos como masculinos e femininos. Portanto, não existiria uma luta geral e depois uma específica, mas em todas as situações que se vislumbrem modificar seria preciso considerar a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Considerando que a prática política tem como função, pelo instrumento que é o discurso, transformar as relações sociais, reformulando a demanda social (HENRY, 1969), o que o movimento de mulheres da Zona da Mata está tentando criar, por meio do seu discurso de gênero, são estratégias que levem a uma mudança nas idéias e práticas sociais e cotidianas, partindo da concepção de que as classes trabalhadoras são formadas por homens e mulheres que precisam sentir e articular interesses comuns contra interesses opostos aos seus, o que é fundamental para uma situação de igualdade. Algumas conquistas foram obtidas, mas muito ainda se tem a fazer.

5. GÊNERO, TRABALHO E SEXUALIDADE

5.1. Relações de trabalho no ocaso da economia sucroalcooleira

Como se tem demonstrado, as relações de trabalho da agroindústria canavieira perpassam todas as demais relações sociais na Zona da Mata. Não poderia ser diferente no que se refere às relações de gênero. Antes de partir diretamente para a análise dessa imbricação das relações de trabalho com as de gênero, contudo, faz-se necessário um melhor entendimento acerca das mudanças sócio-econômicas em curso na Zona da Mata decorrentes da desestruturação da indústria canavieira e de como os trabalhadores e trabalhadoras rurais estão encarando essas transformações.

Sabe-se que o sistema de trabalho instituído para tornar possível a monocultura da cana-de-açúcar se fincou numa base extremamente exploradora, autoritária e repressiva. E a debilidade econômica do setor sucroalcooleiro nos últimos anos, com o encerramento das atividades de muitas usinas, só tem contribuído para intensificar o nível de exploração da força de trabalho envolvida na produção.

Destituída do poder de barganha e com o desemprego batendo à porta, a população rural da zona canavieira se vê submetida a precárias condições de vida e de trabalho, derivadas da maneira como se organiza e atua o sistema produtivo da região, reconhecidamente dependente e retrógrado. Antigas estruturas de produção ainda se reproduzem, baseadas nos baixos salários e na visão e gestão empresarial resistentes a mudanças, que acabam por gerar graves problemáticas sociais e econômicas.

Frente a uma situação concreta de ausência de alternativas de sobrevivência, curiosamente os trabalhadores adotam uma postura de saudosismo para com a indústria sucroalcooleira, mesmo diante de um processo visível e irremediável de crise do setor. E como se esse sistema não tivesse secularmente servido de pano de fundo para a

opressão tradicionalmente exercida pelas classes dominantes sobre as menos favorecidas.

"Pra tudo voltar como era antes só mesmo a mão de Deus pra fazer essa usina melhorar e empregar todo mundo de novo. Antes, todo pai de família tinha seu emprego. Antes tinha mais fartura, hoje as usinas estão fechando, alguns pais de família não têm condições de sair e passam necessidade. A pessoa tem que se sujeitar a cumprir suas tarefas para trazer dinheiro para dentro de casa, se sujeitar ao que o empresário quer, porque o trabalhador está precisando. Pra melhorar a situação, vai ter que agüentar dois ou três anos para gritar ou reclamar", afirma Marcelo³², 35 anos, desempregado há seis anos.

"Antes de a usina entrar em crise a situação era melhor, ganhava salário, hora-extra, feriado dobrado, adicional noturno, salário família e um salário de insalubridade. Hoje não está se pagando quase nada, também porque tinha falido. Deus queira que daqui para frente melhore", corrobora João, 29 anos, que trabalhou na safra de 2001-2002 no cargo de serviços gerais, na Usina Santo André, em Tamandaré.

"Os trabalhadores hoje trabalham doze horas, às vezes a noite toda, pra ganhar só por oito horas. Antigamente não era assim, não. Antigamente recebia hora certa, trabalhava doze horas e recebia doze, hora-extra quando trabalhava à noite, no feriado ou no domingo...Se trabalhava na quentura, então tinha direito à insalubridade. Agora pode trabalhar 1.500 horas em todo tipo de temperatura e não recebe. Queria eu que a usina voltasse ao que era antes e me chamasse para trabalhar de novo", conta Juliana, 35 anos, que trabalhou por nove anos no laboratório de sacarose da Usina Santo André até ser

³² Todos os entrevistados citados neste capítulo tiveram os nomes substituídos por outros fictícios. Com isso, buscou-se preservar a identidade e garantir a privacidade das pessoas, que muitas vezes tratam de assuntos de natureza bastante íntima e pessoal.

dispensada com o acirramento da crise do açúcar na década de 90.

O conformismo que se abate sobre os trabalhadores provém da falta de perspectiva de uma população que nasceu, cresceu e se reproduziu durante décadas em função apenas da cana-de-açúcar. O atrelamento a uma estrutura de produção mecânica, repetitiva, desgastante e embrutecedora impediu o desenvolvimento de habilidades empreendedoras ou gerenciais, que poderiam se traduzir numa atitude pró-ativa de enfrentamento da crise, com a elaboração de iniciativas opcionais de produção, individuais ou coletivas.

Ao contrário disso, o que se viu tomar corpo na Zona da Mata foi uma tradição de dependência, que é encarada como uma condição natural e imutável, conforme denuncia o depoimento de David, 27 anos, eletricitista da Usina Santo André:

"O povo do campo se acostumou a trabalhar para os outros e não sabe trabalhar para si. O Governo colocou o Pronager (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), que dava curso de várias coisas e as pessoas não se interessaram. Nunca tiveram nada na vida. Fomos feitos para trabalhar para os outros mesmo. Tem como mudar essa situação dependendo da capacidade de cada um, mas é difícil mudar a cabeça do povo porque ele já foi muito acostumado. É muito cabeça-dura. Muitos dizem que preferiam que a usina voltasse a moer para toda semana ter aquele dinheirinho sem precisar ficar esperando outra solução".

Não é outro o motivo, senão a inércia proveniente de um sistema implantado há quase cinco séculos, que a resistência às mudanças termina sendo muito mais forte até que as pressões causadas pelos problemas econômicos e sociais vivenciados na região. E esse receio quanto às transformações é tanto das forças oligárquicas latifundiárias que sempre fizeram da terra a sua base de poder e se

aproveitam das estruturas existentes quanto dos que sofrem as conseqüências negativas dessas estruturas, mas têm medo de que as mudanças piorem ainda mais a situação em que se encontram.

O agravamento dessa dependência se dá especialmente com o avanço das extensas plantações de cana sobre áreas antes dedicadas à cultura de subsistência e à pequena criação por parte dos trabalhadores, que cada vez mais se viram afastados da propriedade da terra e das suas condições de produção. Principalmente entre 1964 e 1978 foi praticamente eliminada a quantidade de sítios que se dedicavam à agricultura familiar. Esse período caracteriza-se por uma aceleração da substituição das formas de trabalho semi-assalariado pelo trabalho assalariado puro, acompanhado pela transferência de grande parcela da população residente no meio rural para as cidades, vilas e povoados da região.

Até meados dos anos 50 predominava na lavoura canavieira pernambucana o emprego de formas de trabalho semi-assalariadas, representadas pela instituição da morada, com múltiplos sistemas de remuneração, entre os quais se destacam o 'cambão' e a 'condição'.

"O morador de cambão era aquele que trabalhava alguns dias da semana para o proprietário, sem receber remuneração em dinheiro, pelo direito a usar um sítio, e o de condição, além do sítio recebia uma pequena remuneração em dinheiro por dois ou três dias de trabalho semanal" (ANDRADE, apud BARROS, 1983: 422-423)³³.

Também os trabalhadores do Agreste e do Sertão, chamados de 'corumbas', 'caatingueiros' ou 'coraus', eram empregados na Zona da Mata, no período da colheita, quando se tornava mais intensa a necessidade de mão-de-obra.

Embora a instituição das moradas não deixasse de representar um componente de barateamento da mão-de-obra, uma vez que o trabalho na lavoura era em parte compensado pelo direito de plantar e criar num espaço pertencente à usina, ela também constituía um elemento de identidade do trabalhador com a terra, possibilitando a

³³ ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira.; POTENGI, Gisélia F. 1980. *Dinâmica das Microrregiões de Intensa Atividade Migratória*. Recife, Sudene, v.4, p.171.

criação de unidades domésticas produtivas duradouras. Associada à preocupação de ampliar a área de cada usina, o início da mobilização reivindicatória camponesa por melhores condições de trabalho e melhores níveis de remuneração verificado nos anos 50 - e posteriormente a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963³⁴, e do Estatuto da Terra, em 1964³⁵ - fez com que os industriais do açúcar, amedrontados com a possibilidade de decretação de uma Reforma Agrária, passassem a pressionar os trabalhadores a se transferirem para as pequenas e médias cidades do entorno das usinas. Isso porque os direitos concedidos aos trabalhadores pela nova legislação inviabilizava a morada como redutora dos custos da força de trabalho para o sistema.

“Uma conseqüência do processo de proletarização que se define na zona canavieira pela dissolução da morada consiste na progressiva monetarização da renda dos trabalhadores, que vão tendo reduzidas suas possibilidades de produzir alimentos para seu próprio consumo e para os mercados locais, particularmente valiosos durante o período da entressafra, quando é drasticamente reduzida a procura de mão-de-obra na lavoura de cana da região” (BARROS, 1983: 426).

O trabalho assalariado passa a ser a regra e a produção camponesa a exceção na Zona da Mata. A progressiva redução das áreas cedidas pelos proprietários para o cultivo de subsistência contribui, dessa forma, para o agravamento das condições de vida dos

³⁴ O Estatuto do Trabalhador Rural - instituído pela Lei n. 4.214, de 02 de março de 1963 - estendeu ao homem do campo as mesmas garantias trabalhistas do trabalhador urbano através da criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural e do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Este último tinha entre as suas atribuições a gestão dos recursos do Fundo, que era alimentado pelo recolhimento de 1% sobre o valor dos produtos agropecuários, e a prestação dos benefícios ao trabalhador rural. Algumas das vantagens trazidas pelo Estatuto foram assistência à maternidade, auxílio doença, aposentadoria por invalidez ou velhice, pensão aos beneficiários em caso de morte, assistência médica e auxílio funeral.

³⁵ O Estatuto da Terra foi estabelecido pela lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Portanto, já durante o Regime Militar. Sua criação está intimamente ligada ao clima de insatisfação reinante no meio rural brasileiro e ao temor do governo e da elite conservadora pela eclosão de uma revolução camponesa. Com a promessa da execução de uma reforma agrária, melhoria das condições do homem do campo e desenvolvimento da agricultura, os governantes objetivaram apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. Em vez de dividir a propriedade, porém, o capitalismo impulsionado pela ditadura militar brasileira (1964-1984) promoveu a modernização do latifúndio, por meio do crédito rural fortemente subsidiado e abundante, esquecendo-se, como se pode constatar até os dias de hoje, da democratização da posse da terra.

trabalhadores. O processo de transformação nas relações de trabalho, com um maior nível de assalariamento, constitui-se num fator de intensificação do nível de extração do excedente dos trabalhadores, destinado a reforçar a acumulação primitiva da agroindústria nordestina. Esse novo estágio da divisão do trabalho na Zona da Mata, que pressupõe igualmente formas diversas de propriedade, determina também novas relações entre os indivíduos e o material, o instrumento e o produto do trabalho.

“Para o capital o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor. E o capital se apropria não do trabalhador mas de seu trabalho – e não diretamente, mas por meio de troca” (MARX, 1981 [1964]: 93).

Tendo a expansão da cana inviabilizado as chances de sobrevivência dos trabalhadores rurais como pequenos produtores, hoje a população da Zona da Mata não aspira a outra saída para amenizar os problemas econômico-sociais que a aflige, a não ser voltar à situação anterior. Até mesmo propostas das organizações e movimentos sociais de trabalhadores rurais - a exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) -, que visam transferir o controle da terra para os trabalhadores, a fim de que desenvolvam a agricultura familiar, são vistas com desconfiança. A própria ausência de conhecimento sobre como lidar com a terra, causado pelo desprendimento obrigatório dela no passado é um dos fatores que os levam a não mais vislumbrar a condição de lavrador independente, mas a lutar para assegurar o seu salário. Entre os resultados desconhecidos da posse da terra e a garantia confortante da sobrevivência dependente da usina, ainda que esta se apresente com sérias limitações, ficam com a segunda opção.

"Eu não queria ter terra. Preferia que a usina voltasse a produzir e a empregar. O Governo deveria investir na indústria onde emprega mais gente, do que em MST ou parcela. A

indústria empregava três ou quatro mil pessoas. No engenho trabalhavam 100 pessoas e com a parcela não tem para todo mundo. Se tivesse parcela para todo mundo e o governo colocasse um técnico agrícola para orientar, talvez desse certo. Mas se deixar só na mão dos parceleiros, não dá. Um parceleiro não tem informação. Ele tem que saber o que dá na terra, qual o adubo que tem que usar”, relata David, lançando mão de uma matemática que poderia até fazer sentido se não fosse falaciosa.

Acontece que se os trabalhadores têm uma atitude de dependência no que diz respeito às usinas, a própria relação dos produtores de cana também sempre foi paternalista para com o Estado. Devido à desregulamentação do setor e conseqüentemente à redução dos mecanismos de proteção à atividade, está desabando a base de sustentação que mantinha a todos, patrões e assalariados da cana, imersos nesse círculo vicioso.

Segundo demonstram estudos de Manuel Correia de Andrade (2001: 67), a agroindústria canavieira pernambucana permaneceu isolada da interferência de capitais do Sudeste e do exterior, estando sempre sob o controle da oligarquia açucareira originária do século XVI, que até hoje detém o poder político e econômico no Estado.

“Famílias tradicionais vêm controlando engenhos bangüês, usinas e destilarias, contando sempre com o apoio governamental para subsidiar e financiar os seus empreendimentos. No governo republicano os usineiros conseguiram leis que lhes facilitavam empréstimos a juros baixos e perdão de dívidas. O governo federal também foi generoso com os grupos nordestinos – fato que ocorre também nos outros estados -, fornecendo créditos e avalizando empréstimos em dólar no exterior”. (ANDRADE, 2001:67-68).

Desde o período colonial, como se vê, a economia sucroalcooleira foi a mais beneficiada pela política governamental, seja com medidas que impediam a execução de dívidas dos senhores de engenho, seja com a implantação do Instituto do Açúcar e do Alcool

(IAA) e de programas especiais voltados à modernização da agroindústria da cana, como o Planalsucar e o Proálcool, aos quais o setor praticamente esteve tutelado, de 1934 a 1990.

Apesar dos subsídios, a cana-de-açúcar pernambucana nunca apresentou uma produtividade satisfatória em relação a outras regiões. Em média, a produção é de 43,057 t/ha., enquanto que em estados como São Paulo, Paraná e Goiás essa produtividade gira em torno de 73,9 t/ha., 74,2 t/ha. e 70,4 t/ha., respectivamente.

A política protecionista, que se destinava a conter a competição do Centro-Sul, acabou gerando, portanto, um efeito inverso. A despeito dos estímulos do IAA e dos programas governamentais destinados à substituição periódica de variedades de cana, por exemplo, predominam na lavoura os tipos cultivados há cinco décadas, que naturalmente já se encontram em grande parte degeneradas. Outra das causas do baixo rendimento agrícola foi o pouco investimento na área de pesquisa, diversificação econômica e modernização tecnológica das plantações.

Quando pretendiam aumentar a produção das usinas, os industriais do açúcar optavam por ampliar a área cultivada ao invés de aplicar na tecnologia para obter uma maior produtividade da cana por hectare. Os empresários preferiam, dessa forma, apostar num crescimento horizontal, o que em muitos casos levou o canavial para áreas desfavoráveis à sua cultura, do que aumentar a produtividade via modernização da produção. Muito provavelmente pelo fato de que um crescimento vertical, bem mais salutar, implicaria maiores investimentos. O tipo de sistema produtivo que se criou na Zona da Mata acabou se transformando num caso emblemático do quanto a complacência estatal, revestida de garantia de renda aos produtores e de apoio técnico e financeiro, pode ser apropriada de maneira perversa, comprometendo, em última instância, os próprios níveis de eficiência do setor.

Tamanho descaso se refletiu na crise que hoje se faz presente na Zona da Mata, com o fechamento sucessivo de usinas e destilarias, cujas raízes são ao mesmo tempo estruturais e conjunturais. O

desmoronamento do parque sucroalcooleiro é provocado em parte pela falta de condições de competitividade com a produção do Centro-Sul, onde a produtividade é maior, e também pela queda da demanda no mercado internacional de açúcar, além da extinção do IAA, que protegia a produção de açúcar e álcool, sem que fosse seguida de uma política para o setor. Por outro lado, contribuíram para a crise fatores como a descapitalização das empresas, a suspensão da verba de equalização dos preços³⁶ e mais recentemente a seca que reduziu consideravelmente a produção de cana, adiando o período de conclusão da moagem.

Em face desse contexto, em que os produtores de cana estão fechando as portas, alegando não dispor de capital e de crédito suficiente para manter a indústria, os trabalhadores, por total falta de alternativas de trabalho, mostram-se dispostos a manter a todo custo as estruturas da produção canavieira, ainda que para isso seja necessário abrir mão de direitos conquistados a duras penas durante décadas de atuação do movimento sindical rural. Com isso, tornam-se coniventes com toda forma de exploração e desrespeito por parte dos patrões, que tentam manter o controle ideológico na região.

"Greve não adianta, não resolve. Pra mim o que resolve é o diálogo. Se não tiver condições de pagar, chamar o trabalhador e fazer um acordo. O pessoal aqui chega a trabalhar de graça. A gente não pode ver só o nosso lado, mas também o da empresa. Se a usina não está produzindo e não paga a gente certo, se a gente precisa tem que agüentar, principalmente quem tem família. É direito receber, mas se a gente for cobrar, ela acaba fechando e isso a gente não quer. A minha profissão exige que eu ganhe em torno de R\$ 1 mil ou R\$ 1.200, mas se a empresa não pode me pagar isso, eu tenho que me conformar. O dinheiro que eu ganho como eletricista, R\$ 410, sem as horas extras, pelo menos dá para me manter". (David).

³⁶ A taxa de equalização compensava a diferença de 30% entre o custo de produção da cana-de-açúcar no Nordeste e em São Paulo. Os empresários apontam a sua suspensão como a causa principal do endividamento da indústria canavieira local.

"Se eles explicassem a situação, dependendo da situação, a gente pode até se conformar, como aconteceu quando a usina começou a entrar em crise e cortou os salários pela metade. Muita gente trabalhou quase sem receber, só para ver a empresa se recuperar". (João).

"De modo geral, a gente é explorado. O patrão diz que não pode pagar hora-extra, que paga da próxima vez. E a gente vai fazer o quê? Tem que se conformar. Se não tem outro! O que ajuda a conformar é o desemprego. Ou se conforma ou não tem outro", resume Carlos, 28 anos, que trabalhou na safra de 2002 da Usina Santo André, como líder da moenda. Recebia R\$ 352 mensais para trabalhar 12 horas – das 18h às 6h, sem o acréscimo do adicional noturno no salário.

Não é, entretanto, por mera alienação, mas também por reconhecimento da impotência presente que os trabalhadores se submetem a condições desfavoráveis. A resignação baseia-se mais numa situação concreta de crise e miséria e menos numa assimilação inconsciente da ideologia dominante.

Até porque, como define Terry Eagleton (1997: 187), a ideologia é um campo complexo de correlação de forças que compreende, sobretudo, negociação:

"(...) um campo de sentido complexo e conflitivo, no qual alguns temas são estreitamente vinculados à experiência de determinadas classes, enquanto outros são mais 'soltos', puxados ora para cá, ora para lá, na luta entre os poderes em disputa. A ideologia é um campo de contestação e negociação em que há um constante tráfego pesado: os sentidos e valores são roubados, transformados e apropriados pelas fronteiras das diferentes classes e grupos, cedidos, reapropriados e remodelados". (EAGLETON, 1997: 187).

O que se percebe na prática, portanto, na Zona da Mata é que o fechamento de diversas usinas próximas umas das outras tem

provocado impactos trágicos na vida da população trabalhadora, tanto agrícola quanto industrial. Ao desemprego decorrente do desmoronamento do setor sucroalcooleiro somam-se a fome, a falta de qualificação profissional para o desempenho de outras atividades e a ausência de assistência médica, que está acarretando o ressurgimento de endemias já eliminadas desde o século 19. De acordo com informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), já em 1990 49,2% do total de famílias da Zona da Mata pernambucana estavam vivendo em situação de indigência, enquanto no Brasil esse índice era de 28,7%³⁷.

O quadro de carência generalizada leva a situações extremas, em que para sobreviver em meio às adversidades, a população recorre a trabalhos informais ou até a furtos e à prostituição. Num cenário em que faltam dignidade e cidadania e sobra degradação em todos os níveis, até mesmo quem pertence ao grupo cada dia mais restrito de empregados da cana sofre com o achatamento salarial e os déficits sociais dele decorrentes.

Aliás, os estudos sobre os problemas da indústria açucareira no Nordeste mostram que os baixos salários pagos pela economia sucroalcooleira, que trouxeram claras conseqüências negativas para a vida da população rural, constituíram um fator decisivo para a manutenção do sistema produtivo regional, diante das condições técnicas que favoreceram a produção do sudeste do Brasil. Isso significa que o baixo custo da mão-de-obra era tomado como requisito na fixação dos preços da cana para a área nordestina e, portanto, como diferencial competitivo. Sendo o trabalho na lavoura canavieira a única possibilidade empregatícia para os trabalhadores da região, não foi difícil manter os salários na Zona da Mata baixos o suficiente para garantir a coexistência de margens satisfatórias de lucratividade mesmo com a baixa produtividade registrada pela cultura da cana nessa área do País.

³⁷ Outros dados estatísticos mais detalhados foram apresentados no terceiro capítulo desta dissertação.

É claro que nem sempre a atitude dos trabalhadores foi de conformismo frente a essa situação. E o movimento sindical rural teve participação fundamental no combate aos abusos de poder dos usineiros e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Enfim, na mediação das tensões e conflitos de interesses resultantes das disparidades sociais, econômicas e políticas existentes entre os que vivem da reprodução da atividade canavieira e os que dela sobrevivem.

Hoje é tamanha a alienação dos trabalhadores em relação às condições objetivas do trabalho e aos instrumentos de trabalho que eles até questionam o próprio papel do sindicato, cuja função sempre foi a de representar a categoria nas suas reivindicações.

"Sindicato que faz muita greve não leva a nada, só à falência. Se o sindicato é bom, a empresa fecha. Se é bom pro trabalhador, é ruim pro patrão. Em 1996 mesmo teve uma greve danada. Eu tinha um ano e onze meses de firma. Até hoje não recebi nada. Não adianta greve. Um sindicato bom, mas a empresa fechou e até hoje deve a todo mundo. O melhor é a usina tocar o barco pra frente mesmo. Porque assim toda a vida a gente tem emprego". (David).

"O sindicato prejudica o trabalhador porque faz greve. O patrão paga revoltado e depois fecha a indústria ou bota os grevistas pra fora e na outra safra não contrata mais e aí de qualquer forma só se prejudicam os pequenos. Quando o trabalhador está sofrendo, o sindicato não vem para ajudar. Para ele, o trabalhador só tem valor quando está empregado". (Marcelo).

Surgida da maior exposição do trabalhador ao capital, que tem reduzidas as suas chances de reprodução como pequeno produtor e vê se reduzir o número de postos de trabalho, a organização sindical tem por objetivo reduzir as pressões que recaem sobre o fator trabalho.

Por outro lado, como observa Ana Elizabeth Perruci do Amaral (1984), o sindicato tem em sua essência um papel extremamente contraditório: faz parte e é controlado pelo sistema de poder, ao mesmo tempo em que, atuando no âmbito das relações de trabalho, mantém um controle social sobre os trabalhadores enquanto os representa.

“Situado no âmago do conflito capital x trabalho e como agente vivo do sistema capitalista de produção, o sindicato não consegue diminuir esta oposição, embora lute em defesa dos interesses e das necessidades dos assalariados”. (AMARAL, 1984:186).

Em tempos de crise e de desestruturação do sistema produtivo, os sindicatos têm a sua representatividade enfraquecida, acentuando-se assim o poder do capital, em virtude mesmo das próprias mudanças na estrutura do emprego observadas na Zona da Mata. A tendência é de diminuição drástica dos contratos permanentes de trabalho e adoção maciça de contratos temporários, com o uso de critérios de contratação por idade, produtividade e, principalmente, pouca ou nenhuma relação com o sindicato.

O descrédito atualmente conferido ao sindicalismo resulta em grande medida, portanto, do empenho dos patrões em desarticular o movimento, sendo a perspectiva do desemprego a sua pedra de toque. Contraditoriamente, os sindicatos têm reprovadas por parte dos trabalhadores as ações que sempre fizeram parte da sua natureza, como a organização de greves em exigência de melhores condições de trabalho, pagamento correto pelas tarefas realizadas e cumprimento dos direitos.

O crescente desemprego e a crescente importância do capital, no entanto, geram pressões sobre o trabalhador e fragilizam o movimento sindical e suas mobilizações, na medida que o contingente de trabalhadores desempregados fortalece o poder de barganha dos empresários da indústria sucroalcooleira.

A característica de atividade monocultora e sazonal da cana-de-açúcar acentua a flutuação das contratações, fazendo com que os trabalhadores rurais percam o emprego definitivamente ou

temporariamente durante boa parte do ano. O número de trabalhadores fichados, isto é, que possuem registro na carteira de trabalho é cada vez menor, enquanto aumenta a quantidade de safristas, que são contratados apenas no período da moagem, e mais ainda o de empregados clandestinos, que são trazidos de outras regiões (geralmente Agreste e Sertão) durante a safra e trabalham sem os direitos já conferidos aos trabalhadores da mesorregião.

Uma vez passada a época da moagem, cerca de 40% da força de trabalho são dispensados. Com essa redução do contingente de trabalhadores na lavoura, cai o nível de mobilização e fiscalização, favorecendo o descumprimento dos acordos e a diminuição dos salários através do superdimensionamento das tarefas ou subdimensionamento da produção.

O próprio desenvolvimento tecnológico contribui para a diminuição da oportunidade de emprego, com a introdução de práticas agrícolas poupadoras de mão-de-obra, como a mecanização, o uso de inseticidas, herbicidas e agrotóxicos.

O problema do desemprego se torna ainda mais dramático pela dificuldade de reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, que não em atividades agrícolas, uma vez que a maioria tem baixo nível de escolaridade e conseqüentemente pouca qualificação, o que inviabiliza o seu aproveitamento em funções que exijam outras habilidades produtivas.

Como começam a trabalhar com idade abaixo dos 14 anos, devido à necessidade de aumentar a renda familiar, a precoce entrada para o mercado de trabalho impossibilita uma boa formação escolar, contribuindo para a alta taxa de analfabetismo presente na região. E é esse o legado de exploração, privações, negação de direitos e dependência que vem sendo deixado como herança para as atuais e próximas gerações, exigindo urgentes iniciativas de reestruturação.

A seguir veremos como as relações de gênero são reflexo e ao mesmo tempo refletem de forma bastante acentuada na Zona da Mata de Pernambuco, devido a uma série de características peculiares,

aspectos dessa relação de classe e da oposição capital x trabalho presentes na região.

5.2. Divisão sexual do trabalho: a base material da desigualdade

Um olhar de gênero sobre o conjunto das relações sociais na Zona da Mata leva a uma revisão do antagonismo entre trabalho reprodutivo e produtivo, entre casa e roçado. A divisão sexual do trabalho nessa região estaria, portanto, profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens, constituindo-se na base material de desigualdade entre eles. Ao se adentrar na dinâmica das relações entre os sexos no campo, percebe-se uma reprodução no âmbito doméstico da visão hierárquica de poder verificada no espaço público. Tal hierarquia é detectada não só na produção agrícola, mas na posição na família e na comunidade e até na expressão da sexualidade. Determinantes dessas condições são as especificidades históricas e sócio-culturais da localidade, em que o patriarcalismo e o machismo vêm delineando marcadamente o desenvolvimento da sociedade.

Fomentado sob uma rígida divisão das funções atribuídas aos sexos feminino e masculino, o sistema social na Zona da Mata destina à mulher as obrigações com a reprodução, educação dos filhos e cuidados com os afazeres domésticos de forma geral, enquanto ao homem cabe a provisão de bens que assegurem o sustento dos seus dependentes, aí incluídos filhos e esposa. Como detentor do poder econômico, o homem também conserva via de regra o poder decisório na família, instituição básica do sistema patriarcal.

E é justamente desse poder, da autoridade e da valorização social conferidos a quem detém os recursos materiais, provenientes das atividades desempenhadas no espaço público, que resulta a resistência masculina em aceitar que as companheiras do sexo feminino assumam um trabalho remunerado fora do espaço privado do lar. As relações de gênero, portanto, não se circunscrevem apenas a

diferenças de papéis, mas são desiguais e estão intimamente relacionadas a outras categorias sociais, como classe e raça, para ficar em duas das mais emblemáticas.

É isso o que demonstra, por exemplo, o depoimento de David, 27 anos, casado há cinco anos com Lúcia, 25 anos, com quem tem uma filha de três anos.

"Quem tem mais poder é quem manda mais. Recebo ordem do patrão porque é ele que me sustenta. E a minha mulher tem que me obedecer porque sou eu que sustento a casa. Eu não quero que a minha mulher trabalhe, porque a partir do momento que pedi ela ao pai dela é porque tinha condições de sustentá-la. Foi um compromisso. Se a situação ficasse difícil, mesmo assim não deixaria ela trabalhar fora. Iria me virar de qualquer forma. Se ela for me sustentar, quando a gente arengar, ela vai passar na minha cara, vai ter força, querer dar ordem e ser igual. Sempre tem alguém que quer mandar. Ou aceita na usina que as pessoas mandem ou perde o emprego. A mulher manda nos filhos, tem direito de reclamar quando a gente erra. Mas se ela trabalha fora, fica igual ao homem. Aí ela ganha força, por isso não quero que ela trabalhe".

De imediato, identifica-se no discurso do trabalhador traços do autoritarismo historicamente característico da sociedade brasileira – sobre o qual já discorreram autores como Marilena Chauí (1996) – em que as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência, situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais.

Assim como a quem detém a propriedade privada dos meios de produção, na relação de classes, é imbuído o 'direito' de exigir, ordenar e explorar, quem desfruta da remuneração, 'dos meios de

sustento', no âmbito privado das relações de gênero, sente-se na condição inerente de mando e opressão, reproduzindo e legitimando uma cadeia hierárquica de exercício do poder em função da posse do capital.

Concepções como essa são ditadas pela incorporação da ideologia difundida pelas classes hegemônicas, que mantêm o domínio econômico, político e cultural na Zona da Mata desde os tempos da colonização, exercendo a direção do grupo social através do monopólio intelectual de que dispõem. Sobre a hegemonia que a classe dirigente exerce em toda a sociedade, tratou Portelli, ao abordar os principais aspectos do pensamento de Antonio Gramsci:

“Em tal sistema, a classe fundamental ao nível estrutural dirige a sociedade pelo consenso, que ela obtém graças ao controle da sociedade civil; esse controle caracteriza-se, particularmente, pela difusão de sua concepção de mundo junto aos grupos sociais, tornando-se, assim, “senso comum”, e pela constituição de um bloco histórico homogêneo, ao qual cabe a gestão da sociedade civil”. (PORTELLI, 1987[1977]: 67).

O fato de tornarem-se hegemônicos conhecimentos que propiciam a submissão e a instrumentalização do ser humano e os conceitos calcados na superioridade de uma raça, classe ou sexo ou no interesse de um grupo minoritário, como no caso em estudo, encontra explicação no caráter dependente das representações dos indivíduos sobre a sociedade e o mundo que o cerca. Longe de serem produto apenas da ação e da relação entre sujeitos ou grupos de sujeitos ativos, livres e autônomos, tais representações são mediadas tanto por processos cognitivos quanto por imposições mascaradas de estruturas mentais, conceitos e imaginários objetivamente ajustados às estruturas de poder, a que Sawaia (1993) chama de ideologia.

“A ideologia coloca parâmetros entre o que se pode e o que não se pode desejar, cria referências afetivas e atribui necessidades”. (SAWAIA, 1993: 80).

O autor relativiza, entretanto, a capacidade de ditar parâmetros relacionado à ideologia, ao reconhecer que o processo não é “automático e mecânico”, mas “incerto e impetuoso, pois é

singularidade, vivida por indivíduos que não são passivos, sentem, pensam, agem, relacionam-se”. É um processo, assim, em que as mediações psicológicas e as mediações sociais se imbricam uma nas outras.

Vem da mesma raiz ideológica a ratificação no discurso do trabalhador da imagem do trabalho remunerado extra-lar como o único produtivo e agregador de valor e, logo, de poder, em que está implícita a depreciação das tarefas domésticas e, conseqüentemente, das próprias mulheres, já que o trabalho doméstico está diretamente associado à construção social da feminilidade. Mais uma vez vê-se ecoar nessa representação a ideologia capitalista segundo a qual só é atribuído valor ao trabalho de que se extrai mais-valia³⁸.

Dentro dessa concepção, o trabalho doméstico, uma vez que é realizado fora do mercado, tem como característica fundamental não possuir valor de troca, pois, com ele, a mulher produz apenas valores de uso destinados ao consumo de sua própria família. É do trabalho doméstico executado pelas mulheres, porém, que provém uma parte do produto socialmente necessário para a própria reprodução da força de trabalho e sobrevivência da sociedade. Dessa forma, na medida em que constitui um dos elementos determinantes do nível de vida dos trabalhadores e de suas famílias, ele desempenha um papel fundamental para a economia capitalista.

“Ninguém obtém mais-valia do trabalho de uma dada mulher em sua casa, mas o conjunto do sistema pode aumentar a massa total de mais-valia graças ao trabalho doméstico do conjunto de todas as mulheres. Assim, o trabalho doméstico não é regulado pela lei do valor, mas, como ocorre com quase todas as coisas sob o modo de produção capitalista, ele não é independente dela. (...) Para os capitalistas em conjunto, o trabalho doméstico faz com que o trabalho assalariado necessário para manter o nível de vida dos trabalhadores e de suas famílias seja menor do que o que seria necessário sem ele.

³⁸ A extração de mais-valia, conforme o Dicionário do Pensamento Marxista (1988: 227-230), “é a forma específica que assume a exploração sobre o capitalismo, *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário (...)”.

Supõe uma diminuição do valor da força de trabalho e, em consequência, uma redução do capital variável total e, ainda, um aumento da mais-valia total". (ALBARRACÍN, 1999: 57-58).

Tem-se que a não atribuição de valor ao trabalho doméstico termina por contribuir com a desvalorização do trabalho dito produtivo, aumentando a carga de exploração da massa de trabalhadores em geral através de uma maior extração de mais-valia. Isso porque o capital não põe em sua conta a quantia necessária para a remuneração das horas de trabalho destinada pelas mulheres a suprir uma parte substancial da manutenção do nível de vida da força de trabalho, optando, convenientemente, por ignorar o trabalho doméstico no sistema mercantil de produção. Numa sociedade em que o valor de cada mercadoria consiste na soma de dinheiro que é paga por ele, não se valoriza uma atividade pela qual não é pago nenhum salário, passando o trabalho doméstico a ser considerado, inclusive, como não-trabalho, embora seja ele que permita, como foi dito, que o trabalhador disponha de um melhor padrão de vida.

Apesar de serem elas mesmas as principais atingidas pelo autoritarismo e desigualdade no âmbito das relações de gênero e do sistema social, também as mulheres internalizam a opressão como uma situação dada a que não se pode modificar, conforme expressa o depoimento de Juliana, 35 anos, agente de saúde e mãe solteira de dois filhos.

"Se eu tivesse um marido e ele me mandasse parar de trabalhar, eu aceitaria, porque eu tava morando com ele, né? Ele que ia decidir. Ele tem esse direito, porque tem uns que dizem assim "se quer trabalhar, então vá embora". Então a gente não vai abandonar a casa porque ele não quis que a gente trabalhasse. A gente não pode passar por cima da ordem do marido, que sustenta a gente".

O que mais chama a atenção nesse discurso é a disposição para a obediência e submissão ao poderio masculino por parte de uma mulher sempre habituada ao trabalho assalariado (antes de ser agente

de saúde, Juliana trabalhou por nove anos no laboratório de sacarose da Usina Santo André) e a prover as próprias necessidades e de sua família. O depoimento é indício de que as concepções sobre o masculino e o feminino correntes na sociedade podem até suplantar as práticas individuais.

Por trás da aparente refutação das idéias de que as mulheres têm direito a condições iguais de inserção na esfera pública e do trabalho remunerado, difundidas pelo sindicalismo rural, está o choque com a naturalização de conceitos referentes às relações entre mulheres e homens, que são influenciados não só por noções objetivas da organização da produção, mas estão impregnados por representações simbólicas perpassadas por valores morais, éticos e religiosos forjados na comunidade da qual participam.

Até porque, como sugere Martín-Barbero (1997), o processo comunicativo não é caracterizado simplesmente por uma assimilação de conteúdos, mas por uma reconstrução simbólica em torno dos elementos discursivos, por parte dos sujeitos, a partir de sua visão de mundo.

“(...) é uma questão de *mediações* mais que de meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos, mas de re-conhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir de seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos” (MARTÍN-BARBERO, 1997: 16).

A distribuição desigual de recursos e responsabilidades em diferentes contextos institucionais e as normas culturais que suportaram e suportam essa desigualdade em variadas sociedades e épocas históricas confere um caráter de naturalização à distinção de papéis atribuídos aos sexos feminino e masculino, como se fossem resultados de determinações biológicas. Apoiados nessa perspectiva, homens e mulheres da Zona da Mata justificam o predomínio do controle e da autoridade do homem tanto no espaço público quanto no

privado como naturalmente estabelecido e, assim sendo, dificilmente, mutável.

"Então eu sempre digo que tem que ter alguém pra mandar, pra botar ordem, porque na usina o chefe manda no trabalhador. Só que o chefe já tem o outro administrador que mande nele. Então, o administrador já tem o dono que mande no administrador. Tem homem que quer se revoltar, porque é machista, e dizem assim: "quem é ele pra mandar em mim?". Já a gente aceita que o homem mande na gente e não tem nada de mais". (Márcia, 48 anos, servente de escola e mãe de oito filhos. Casada há 30 anos com Pedro, operador de filtro da usina).

"Porque o homem sempre diz assim: 'se eu tiver uma mulher pra não mandar nela, é melhor ficar sozinho mesmo. Se uma mulher não quiser me obedecer... Porque eu tenho uma mulher pra eu dizer "não faça isso", e "sem ele ver eu faço", então é melhor viver só'. Então eu acho que tem que ter um acordo, conversar tudinho. Agora, em casa mesmo, quem manda mais é o homem". (Juliana).

"Na empresa, por exemplo, lá não tem as determinações, a gente não obedece ao chefe? Por que não obedecer ao nosso esposo?". (Mônica, 46 anos, cinco filhos, e "serva de Deus", como se auto-define, há 16 anos.).

"Quando tem alguma coisa pra resolver em casa, o meu marido me chama, então a gente conversa, ele mostra os pontos positivos, a gente compartilha e chega naquele acordo. Mas se não tiver acordo, quem dá a palavra final é ele. Porque ele tem mais autoridade. Porque assim fica tão chato... A mulher mandar no homem. Eu acho esquisito, horrível. Pro homem, é feio. Pra dizer uma palavra bem aberta, é feio. O

marido casou com a mulher. Então quem manda no homem é a mulher...? A gente manda nos filhos, agora, mandar no marido...". (Márcia).

5.2.1. Gênero e poder

As representações das trabalhadoras acerca de uma admitida superioridade masculina, sem que elas próprias quando questionadas sejam capazes de esboçar explicações plausíveis para essa superioridade – a não ser uma condição natural que elas sempre viram se reproduzir no ambiente que habitam – são indicativas das relações de poder intrínsecas às relações desiguais de gênero e que se materializam na forma de opressão, dominação e discriminação. O discurso da submissão não deixa de refletir, ainda, a dinâmica de outras relações sociais, que também produzem e reproduzem a discriminação e a exploração, como a de classes.

Segundo Joan Scott (1991), o gênero é um campo primeiro no seio do qual e por meio do qual o poder é articulado. Não é o único, vale salientar, mas "parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no ocidente, nas tradições judaica, cristãs e islâmicas". Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, a categoria gênero permeia a percepção e a organização concreta e simbólica de todos os processos sociais, que mesmo quando não identificados diretamente como relações de desigualdade de gênero, são impregnados delas. Tanto que mudanças na organização das relações sociais, para Scott, correspondem sempre a transformações nas representações de poder.

Para Michel Foucault (1998), o poder não se reduz apenas aos aparelhos institucionais e de estado, nem à sujeição às regras e à lei, mas é onipresente, produzindo-se a cada instante nas relações sociais e interpessoais. O poder se exerceria, dessa maneira, na forma de negativas, interdições e proibições, uma vez que são efeitos imediatos de partilhas, desigualdades e desequilíbrios. O poder seria, sobretudo, uma multiplicidade de correlações de força, as estratégias "(...) cujo

esboço ou cristalização institucional toma corpo (sim) nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (...). (FOUCAULT, 1988: 88-89).

Além de serem influenciados pelas estruturas de poder presentes no tecido social, o discurso das trabalhadoras e trabalhadores rurais está submetido a uma série de mediações que operam como processos modeladores das ações e representações dos sujeitos. Nesse arcabouço, incluem-se as instituições sociais, que se tornam agentes de mediação na medida em que impõem regras e procedimentos institucionais a seus membros. Essas serão colocadas na 'mesa de negociação' quando da interação dos indivíduos com as demais normas e conceitos provenientes de outras instituições, da cultura de que compartilham e até mesmo de sua própria história e experiências pessoais.

Ao lado da família, por decorrência de todo um contexto histórico, a Igreja constitui-se na Zona da Mata numa das principais instituições a competir no jogo de forças das apropriações e reapropriações que deságuam na formação dos discursos e das concepções de mundo dos sujeitos. É dela que provém, como se poderá constatar nos depoimentos a seguir, muitas das representações de homens e mulheres sobre a supremacia masculina no escopo nas relações de gênero.

"A mulher tem que obedecer ao marido. É lei. Lei Divina. Deus diz que a mulher tem que ser submissa a seu esposo. O homem, ele é a cabeça. O homem é o dono da casa. Porque eu aprendi assim pela palavra de Deus. Então, o que ele diz tá dito. Não tem o que questionar, nem nada, porque é a palavra de Deus. Eu aprendi assim. Começa pelos pais: obedecer aos pais. O homem tem capacidade de mandar. A mulher também manda na casa, só quando ele não está. Aí ele manda. Mas ele dentro de casa, a voz mais ativa é a dele". (Márcia).

"Olhe, pela palavra de Deus, Deus fez primeiro o homem. E da costela do homem, Deus fez a mulher. A mulher é um adjuntor, ela está pra ajudar. O principal é o homem. Mesmo em meio a tanta coisa moderna que a gente vê, mas o que Deus fez está feito. Já chegou uma pessoa pra mim e disse "A senhora não manda na sua casa, não?". Mando. Agora também eu obedeço ao meu esposo. Se ele disser "Esse pedaço de pau é uma pedra". Eu também tenho que dizer "É uma pedra", mesmo que seja um pau. Mas ele disse que é uma pedra, eu tenho que dizer, porque é uma questão de obediência. Não é que seja verdade. É porque é assim: se ele dá uma ordem, eu não posso passar por cima da ordem dele. De maneira nenhuma. O que ele disser, tá dito. Porque se ele der uma ordem e eu, por trás, desmanchar o que ele disse, eu estou fazendo errado. Assim eu não estou ajudando ele. Quando pode um pai de família dar uma ordem, e a esposa, por trás, desmanchar? Aí como é que fica essa família? Os filhos não vão obedecer, de maneira nenhuma. Tem que se ter uma voz ativa dentro de casa, pra quando se falar..." (Mônica).

As instituições se distinguem entre si, conforme discute Orozco-Gomes (1993), pelas diferenças em sua acumulação de poder, autoridade, recursos e mecanismos de mediação. No caso da Igreja, ela tende a apoiar sua mediação, legitimando a si mesma por sua autoridade moral e exigências de obediência inquestionável e gratidão, em troca de respostas, ou talvez conformação, para as adversidades da vida cotidiana. A partir da análise dos depoimentos, infere-se que a ação da Igreja no meio rural reforça comportamentos conservadores tradicionais baseados no patriarcalismo e no paternalismo, favorecendo a conformação e o ajustamento dos sujeitos à ideologia hegemônica e contribuindo, conseqüentemente, no que diz respeito às relações de gênero, para a legitimação da desigualdade entre os sexos.

Como ao interagir com as mensagens provenientes do discurso de igualdade de gênero do sindicalismo, as trabalhadoras e trabalhadores o fazem com toda a carga cultural que os definem e os distinguem como sujeitos sociais, integrantes de outros processos sociais, de outras interações e práticas coletivas, não é de se estranhar a ocorrência de contradições. Muito pelo contrário, elas fazem parte do processo de recepção, em que sentidos são negociados a fim de se realizar a apropriação dos discursos ou a resistência a eles.

As representações e visões de gênero, portanto, não são homogêneas nem entre as mulheres nem entre os homens. Caso exemplar é o do casal Beatriz, 54 anos, e Marcelo, 35 anos. Ela, viúva do primeiro casamento, mãe de seis filhos legítimos e outros 10 adotados. Parteira do Hospital de Tamandaré, chega a trabalhar 36 horas no plantão. Ele, desempregado há sete anos, é quem assume o comando dos afazeres domésticos na ausência da esposa. A inversão dos papéis comumente associados aos sexos feminino e masculino não são suficientes, como se poderia supor, para fazer emergir novos símbolos culturais, calcados na experiência de cada um no universo oposto ao que tradicionalmente lhe é conferido. Em vez dessa compreensão e da oferta de novas possibilidades para a construção da subjetividade feminina, mais fincada em valores de igualdade, vê-se a reprodução das mesmas representações vigentes nas famílias que seguem o modelo convencional de divisão sexual do trabalho. Ou seja, apesar de ser a responsável pela renda familiar, no ambiente doméstico Beatriz obedece às mesmas normas de subordinação e obediência que as demais donas de casa da comunidade, numa atitude de conformismo, que não é de todo despida de resistência, como será demonstrado.

O curioso é que Beatriz e Marcelo foram dois dos multiplicadores que mais despertaram atenção durante o curso de capacitação em Saúde Reprodutiva, Gênero e Família, realizado pela Fetape entre 1998 e 1999, justamente por colocarem a sua relação como exemplo concreto do sucesso da adoção de critérios de respeito mútuo e igualdade de expressão e ação entre um casal. Prova disso

seriam “os mais de dez anos de casamento sem conflito”. Discurso que a prática não confirma.

“A mulher é o corpo e o homem a cabeça e um não anda sem o outro, mas ela tem que saber que o homem é o cabeça da casa, que o grito maior é o dele. Se o homem encontrar uma mulher assim, vai viver eternamente com ela. É claro que os dois têm que compartilhar os problemas da casa, discutir. Agora, a palavra final mesmo, sempre cai na maior parte pro homem, né? Ele não pode ser inferior à mulher, ele tem que ser superior. Pelo menos é assim que funciona aqui em Santo André. Pode perguntar na casa dos vizinhos”. (Marcelo).

“Eles sempre dizem que querem ser mais do que a mulher, né? A minha opinião é que os direitos são iguais, só que eles não querem que sejam iguais. E a mulher, coitada, não pode fazer nada, porque de jeito nenhum elas vão chegar a esse ponto de ser igual ao homem. Eu acho que não, porque eles não dão esse direito. Aqui na minha casa mesmo muitas coisas não são de igual para igual porque ele sempre quer ser mais do que eu aqui, em tudo. Eu cheguei até a entregar um dos meus empregos por causa dele, porque quando eu chegava em casa, tava ele com a cara desse tamanho pro meu lado, com raiva, com ciúme, porque eu tava pelo meio do mundo com um doente. Aí isso aí não dá”. (Beatriz).

Essa ambigüidade discursiva verificada nos depoimentos de Beatriz e Marcelo quando do momento imediato da interação com o discurso sindical de gênero e, posteriormente, no cotidiano de suas relações, decorre da influência do *habitus* e dos conteúdos históricos que impregnam o imaginário social, entre os quais destacam-se o tradicionalismo e, em contrapartida, a resistência e o desejo de mudança. A tensão entre tais traços culturais tem marcado historicamente o universo da Zona da Mata, caracterizada tanto pela tradição de lutas, quanto por posturas de submissão.

A diversidade de matrizes discursivas atuantes ocasiona o caráter heterogêneo dos enunciados, transformando-os, como diria Milton José Pinto, num “tecido de vozes ou citações” (1995). Dessa forma, constata-se a necessidade de ir além da aparência dos discursos, buscando sua essência, para tentar compreender os elementos nele presentes.

Nas mediações que influenciam o discurso e as práticas das trabalhadoras e trabalhadores, como Beatriz e Marcelo, não se pode deixar de considerar as determinações culturais da comunidade, que mais uma vez se interpenetram com as experiências individuais. Como diz Dino Pretti, existe uma “(...) sintonia entre a cultura de uma comunidade e a forma como ela estrutura e transmite seu pensamento” (1987: 25).

A vivência desse paradoxo aponta para uma atitude de resguardo frente a novas idéias, respaldada pelo pragmatismo típico da vida cotidiana, em que as ações e o pensamento seguem um caráter não racional, de fé e de confiança, como aborda Gramsci (1978b). Fé e confiança estas que estão embasadas especialmente no grupo social a que o sujeito pertence e com o qual já partilha uma série de conhecimentos dados como certos (o senso comum) e que permitem uma circulação sem maiores conflitos pelas rotinas normais da cotidianidade. Por outro lado, sabe-se que o sujeito receptor não é estático e que está em constante processo de negociação, rejeição e adaptação das mensagens que lhe são propostas, podendo, por vezes, superar a práxis cotidiana. Viria daí a reivindicação de Beatriz por uma participação mais justa e igualitária na estrutura familiar, embora ela não vislumbre a possibilidade de alcançá-la.

Entre as mulheres mais jovens da comunidade, as características de elaboração individual do pensamento que se confrontam com o senso comum são mais evidentes.

“O mesmo direito que tem o homem, tem a mulher. Eles não têm nada que serem superior, porque se a casa é dos dois,

os dois mandam". (Cecília, 24 anos, casada há seis anos com João, 29 anos).

"Eu não faço o que ele quer, não. Porque eu acho que a mulher não é empregada de uma casa, não. Ele deve ter vontade de, quando casa, arrumar uma companheira, uma mulher, e não uma empregada. Eu acho que os dois têm que combinar, e mandar os dois. Não um mandar mais que o outro". (Lúcia, 25 anos).

"Eles ficam com essa disputa de quem manda mais e não entende que o que a gente quer é combinar, é ser igual" (Roberta, 24 anos, casada com Carlos, 28).

A partir da incorporação dos conhecimentos transmitidos pelo sindicalismo, as mulheres interpretam a realidade em que estão inseridas e tentam orientar novos comportamentos.

Os esforços ainda esbarram, entretanto, nas ações de opressão dos homens, que têm consciência da desigualdade e dominação que exercem sobre as mulheres. Só que o justificam, ao naturalizá-lo. "É assim porque é", é o discurso reificado recorrente de quem não se dispõe a abrir mão de uma parcela sequer de poder.

"Se o cabra tem que mandar um pouquinho... Se não mandar um pouquinho dentro de casa, tá desmantelado. Porque aí a mulher é dona da casa sozinha. Isso vem de longa data. Isso não se acaba, não. Não é muito bom pro homem não que mude. Pra mulher até seria, mas pro homem...". (Carlos).

"Se abaixar a regra, a mulher quer mandar em tudo e a gente perde a autoridade. Aí, como é que fica?". (David).

A naturalização do ser social de mulheres e homens, a partir da atribuição de rígidas funções, deveres e poderes pautadas nas

diferenças biológicas de seus corpos sexuados, segue a mesma lógica que sempre tratou de legitimar a divisão sexual do trabalho. As representações dominantes sobre um e outro sexo ainda partem do princípio de que aos homens cabem as tarefas referentes à produção e circulação de mercadorias, enquanto a mulher desenvolve as atividades relacionadas com a produção de valores de uso. Isto é, os homens são encarregados do trabalho produtivo (da agricultura, da pecuária, da pesca, etc.), que é voltado para o exterior e exige o exercício manifesto da força física ou capacidade intelectual, vendidas no mercado em troca de um salário.

Já à mulher é destinado o trabalho doméstico, o conjunto de tarefas realizado no terreno familiar e que engloba o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a lavagem e conserto das roupas, o cuidado com a horta e os pequenos animais, entre outros afazeres. Isso sem contar com a reprodução de uma nova geração de trabalhadores para a sociedade, através do nascimento e formação das crianças. Na medida em que é realizado para uso e consumo próprio no espaço familiar, tal trabalho tem como principal característica o não-valor, a gratuidade.

O desenvolvimento de habilidades e capacidades diferentes para homens e mulheres inicia-se com o processo de socialização de gênero ainda na infância, inspirado em modelos socialmente estabelecidos, já que não existem explicações científicas que justifiquem a divisão sexual do trabalho calcadas apenas em diferenças biológicas. Não por acaso, meninos e meninas da área rural compartilham praticamente da mesma criação, interesses e aptidões até os cinco anos de idade, quando passam a ser integrados à rigidez de papéis da estrutura social. Dessa forma, as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para sua realização, ao passo que os meninos acompanham o pai nos afazeres da roça e nos momentos de lazer.

Assim é que absorvem e incorporam as desigualdades de gênero, que mais tarde também reproduzirão.

"Eu nunca forço não, nunca forcei. Agora elas mesmo vêm, aprenderam também. Geralmente a menina, quando vê a mãe fazendo, aí vai fazer também. Aí foram criadas assim, graças a Deus, porque eu tenho uma cunhada que é muito dedicada na casa. E ela tem muito desgosto porque a filha não se incomoda, não. É preciso ela tá "menina, enxuga os pratos! Menina, passa a vassoura na casa!". (Mônica).

"É tarefa da esposa. Cuidar do bem-estar da casa, dos filhos, do esposo... É uma coisa que já faz parte, que vem desde o princípio. Obrigação do homem é trabalhar, porque o homem, ele vive do trabalho. A mulher não, é mais de dentro de casa. As meninas lavam, passam e até cozinham. Antigamente, quando as crianças eram pequenas, meu marido até ajudava. Mas depois que as meninas cresceram, ele chega do trabalho e já está tudo pronto. Aí não tem como ele estar se preocupando com os serviços da casa". (Mônica).

Resultado de necessidades práticas e da reelaboração crítica do discurso da igualdade de gênero a que têm sido submetidas, algumas famílias têm tentado transgredir as noções de feminino e masculino arbitrariamente impostas pela sociedade, revelando atitudes de avanço diante das normas correntes na comunidade. Isso implica mudanças na forma de encarar o 'ser homem' e 'ser mulher', partindo do pressuposto de que ambos devem "aprender de tudo" e exercer funções que não têm por que ser são tão fixas.

"Ensino os filhos homens do mesmo jeito que as meninas. Cada um varre a casa, lava os pratos... Quando chego em casa, a casa tá arrumada. O marido tem que fazer a parte dele também, porque quando tô trabalhando fora fico tão cansada quanto ele. Porque é uma participação dos dois, né? Dividirem as tarefas. E uma mão ajuda a outra. Duas é bom, quatro é

melhor, cinco é melhor, e assim por diante. Participa, né, pega o peso os dois. Mas ficar só pra um...não é justo". (Márcia).

"Seria muito bom que os homens deixassem de ser machistas. Em tudo ia ajudar. Porque ele iria entender a batalha do dia-a-dia de sua esposa dentro de casa e ia compartilhar com ela. O neném de noite chorando, ele já ia lá acordar e botar no braço, fazer a comida, dar banho. Então, teria que ser dividido, porque o lar foi construído com os dois. Mas nem todos são assim como o meu. Tem homens que se consideram machistas "minha obrigação eu já fiz, trabalhei, dei o dinheiro, não tá faltando nada". Mas não é isso tudo que é o suficiente. O suficiente é um dono-de-casa, é compartilhar com sua esposa no dia-a-dia. Tudo só vai no acordo, compartilhar no dia-a-dia. Aquele diálogo, né? Porque temos que ajudar um ao outro. Então se eu estou lavando os panos, a louça, cuidando do almoço, ele está varrendo o terreiro, vasculha a casa, lava, enxuga". (Joana, 22 anos. Casada há seis anos e mãe de dois filhos, não exerce trabalho assalariado. O marido trabalha como líder de fabricação na usina, "mas não deixa de ter suas obrigações dentro do lar", assegura ela).

Comportamentos como esses, no entanto, ainda estão longe de se tornarem padrão. O mais comum é que a participação dos homens no trabalho doméstico se efetuem apenas em condições particulares, como o complemento de um serviço específico ou colaborações em casos de urgência. Da mesma forma que o trabalho feminino no rogado também é considerado apenas uma ajuda aos homens e não uma atividade produtiva. O aprendizado de mulheres e homens no 'terreno oposto', portanto, não se reflete diretamente na redivisão de tarefas de forma mais permanente e menos ainda do poder, da autoridade e do reconhecimento social que é vinculado a cada um.

"Sempre, não. Se houver uma necessidade, quando eu vejo, ele já tá lavando. Todo dia, não. Hoje eu fiquei surpresa quando ele chegou, tava até dizendo as meninas, que eu chega me admirei. Que o almoço eu mando pra usina. E hoje, quando eu tava me preparando pra colocar o almoço, ele chegou. Aí depois que ele almoçou, foi lavar os pratos. Eu disse "ôxe, deixa isso aí menino, que eu lavo". Aí eu também nem lavei, quem lavou foi Marcela. Mas quando ele quer fazer eu não me incomodo com isso não porque eu tô vendo que é uma participação dele também. É uma ajuda. Ele gosta, mesmo. É dele mesmo". (Mônica).

"O serviço da casa é a mulher que faz. Ele me ajuda porque ele quer. Tem vezes que eu peço pra ele fazer alguma coisa. Mas ele faz se ele quiser. Eu acho que ele deveria ajudar a mulher também dentro de casa. Pra ter obrigação assim mesmo, não, porque já trabalha, assim. Aí faz se quiser, quando chegar em casa. Tem vezes quando eu mando ele fazer alguma coisa, ele faz". (Lúcia).

"Acho, dependendo... Porque não é nada demais o marido fazer alguma coisa em casa. Porque eu sei que a mulher às vezes não tá em casa ou adoce, não tem quem faça alguma coisa... o marido tem que fazer". (Juliana).

"Eu faço tudo dentro de casa, mas quando ele tá de folga, me ajuda. Hoje mesmo ele lavou os pratos pra mim. Ele cuida da menina, pra eu poder arrumar as coisas. Ele não tem como fazer, porque trabalha na usina. Chega cansado e não vai deixar de dormir pra varrer a casa, lavar um prato. Agora, quando ele tá em casa, peço pra lavar um prato, uma coisa". (Roberta).

Embora o desempenho das atividades domésticas por parte dos homens ainda tenha um caráter muito mais facultativo, ele não deixa

de apontar para uma superação de entraves sociais e construção de novas representações acerca dos papéis de mulheres e homens, na medida em que já não causam estranhamento ou reprovação da comunidade, como ocorria até há uma década atrás.

"Antigamente, se acontecesse uma coisa dessas aqui, meu Deus, todo mundo ficava escandalizado. Os homens diziam logo "Tá varrendo a casa? Cadê a mulher? Tá viajando, ou é preguiçosa?". Agora é diferente, a maioria deles ajuda a esposa pelo menos um pouquinho e não tem mais por que zombar do outro". (Mônica).

5.2.2. O lugar da mulher na produção

A maior presença masculina nos afazeres da casa tem se dado, inclusive, pela saída das mulheres para o espaço público, devido à necessidade premente de que elas também exerçam o trabalho assalariado. A crise da indústria canavieira e o conseqüente desemprego que se abate sobre os trabalhadores agrícolas obriga as famílias a disporem cada vez mais da renda obtida com o trabalho feminino extra-lar. Nem por isso elas são dispensadas de arcar com os serviços domésticos, que acumulam junto às suas responsabilidades empregatícias, configurando a tão conhecida dupla jornada de trabalho.

"No inverno, quando ele não está trabalhando, sou eu que assumo o sustento da casa. Nessa época é que tem que ajudar no serviço mesmo, porque tá em casa e eu mais cansada, porque trabalho lá fora, mas não deixo também de cumprir a minha parte da obrigação na casa, né?". (Márcia).

"Há muitas casas em que as mulheres estão sustentando o lar. Nesses casos o marido tem mais que ajudar nas tarefas, porque fica com tempo livre. Se eu tivesse um bom salário, não

deixaria ela trabalhar, a não ser que ela quisesse muito. Mas só para trabalhar em coisas mais leves, como cabeleireira, enfermeira ou fazer bordado". (João).

As transformações econômicas e sociais pelas quais passa a Zona da Mata produz impactos sobre a organização econômica familiar, favorecendo novos arranjos entre seus componentes, que contribuem para a produção social. Dialeticamente, a participação da mulher nessa produção não se define apenas pelas condições do mercado ou pela estrutura do emprego, como se infere do relato de João, mas também por sua posição no grupo familiar.

É dessa maneira que as mulheres que estão exercendo trabalho assalariado na Zona da Mata se encontram alocadas em atividades que de certa forma reproduzem sua identidade de gênero na família. São enfermeiras, parteiras, agentes de saúde, empregadas domésticas, que acabam estendendo para o âmbito público atributos e habilidades forjados no velho padrão da divisão social e sexual do trabalho.

Os modelos culturais e sociais correntes no meio rural sustentam normas de comportamento e valores rígidos, reforçados pelo processo de socialização na família e em diversas outras instituições, que tornam difícil a atuação das mulheres em papéis menos tradicionais. A título de exemplo, não são poucos os obstáculos no campo para o acesso da mulher à terra, crédito, capacitação, assistência técnica e comercialização dos produtos provenientes de uma possível atividade agrícola. Os entraves são de ordem estrutural e legal, embutidos de uma forte carga ideológica: em geral, os critérios de determinação de propriedade da terra e de concessão de crédito para a agricultura privilegiam elementos calcados apenas na experiência masculina de trabalho no campo, ignorando o direito das mulheres aos mesmos recursos.

"(...) a situação da mulher trabalhadora no mercado exige a análise de sua situação no grupo familiar-doméstico, ressaltando que a divisão sexual do trabalho na esfera do público (diferenças na distribuição ocupacional e de rendimentos entre homens e mulheres, por exemplo) estaria

intimamente associada à divisão sexual do trabalho na esfera do privado (quem faz o quê na família e quem é responsável pelos filhos), e a ideologia de gênero, pela qual a mulher é considerada menos produtiva e responsável secundário na sustentação do grupo familiar". (CASTRO, 1990: 58).

Presume-se do exposto que o papel da mulher na produção não seria determinante para a redefinição de sua posição na família ou na sociedade, mas sim a ideologia que suporta as relações de hierarquia entre os gêneros.

Sem poder mais prescindir do aporte econômico das mulheres, as famílias negociam simbolicamente a participação feminina no espaço público do trabalho remunerado, mas desde que essa atuação não signifique o desprendimento do trabalho doméstico, e mais: desde que seus ganhos compensem os gastos com a infra-estrutura necessária para suprir sua ausência no lar. Ou seja, a construção de sua identidade em torno do mundo doméstico faz com que a presença das mulheres no mercado de trabalho seja influenciada por outros fatores, além da oferta de emprego e da sua qualificação, suficientes para justificar a atividade assalariada masculina. A obrigação de articular papéis familiares e profissionais termina por limitar a disponibilidade das mulheres para o trabalho extra-lar.

"De que adianta a mulher ir trabalhar fora, se tiver que contratar uma pessoa pra cuidar da menina ou pra fazer o trabalho da casa? Assim não compensa", resume Carlos, sem sequer supor a hipótese de que uma repartição mais igualitária de tarefas, com a responsabilização também do homem pela dinâmica de funcionamento da estrutura familiar, poderia resolver a questão.

De acordo com Dominique Fougeyrollas-Schwebel, as desigualdades entre homens e mulheres não são apenas conseqüências de atrasos destas últimas no acesso aos recursos produtivos e financeiros. Por isso, a ampliação do regime de

assalariamento não corresponde automaticamente a uma readequação de funções no âmbito privado.

(...) é enquanto mulheres que as mulheres são dominadas e é seu pertencimento a um gênero que institui a atribuição trabalho doméstico a elas". (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1999: 63).

A incorporação dessas representações reconhecidas pelo senso comum leva trabalhadoras e trabalhadores, muitas vezes, à conclusão de que as mulheres estão como que provisórias no universo da produção remunerada, já que seria à identidade masculina que o trabalho assalariado estaria associado. Neste caso, o único condicionante para o trabalho feminino fora do lar seria a necessidade de complementar a renda familiar.

Muitos dos entrevistados e entrevistadas consideram que o trabalho remunerado feminino é dispensável nas situações em que o cônjuge pode oferecer à mulher todo o conforto material de que necessita ou que é alvo de seu desejo. Para essas mulheres e homens da Zona da Mata, o trabalho feminino fora do ambiente doméstico é importante, mas não imprescindível. Desde que a mulher tenha ao seu lado um homem que lhe assegure o sustento, o exercício profissional é relegado ao segundo plano ou mesmo abandonado.

"Se não precisasse, eu não trabalhava, não. Ficava em casa, pra recuperar mais a energia. Eu até gosto do trabalho, mas se eu tinha tudo... Se ele tivesse dinheiro pra me dar pra mim por aqui no banco, pra fazer uma caderneta pra mim, e então eu somente viver em lazer, eu não queria trabalhar. Mas quando eu vi que ele tava trabalhando de seis em seis meses, de três em três meses... ele trabalha quando a usina tá moendo. Quando a usina pára, aí ele fica desempregado. Então eu tive que enfrentar a vida do dia-a-dia. Vendo meus filhos passando necessidade... Então eu tive que enfrentar a vida do dia-a-dia, trabalhar". (Márcia).

"A gente vê a participação da mulher no trabalho, trazendo o dinheiro pra casa. Eu não condeno isso não. Agora só que eu não quero pra mim não. Se eu não tiver em cima cuidando, como é que fica a minha casa?" (Mônica).

"As mulheres só estão indo trabalhar porque o salário dos maridos não está sendo suficiente para sustentar a casa. Por mim, o trabalho do homem era na rua e o da mulher em casa". (João).

Outro ponto importante a ser ressaltado na compreensão das representações sobre a identidade de mulheres e homens é o fato de que a aquisição de uma renda pelas trabalhadoras pode não significar autonomia sobre a manipulação do dinheiro. Considerando que as mulheres tendem a ser educadas na dependência e para a dependência, não raramente a administração dos recursos monetários fica a cargo dos homens. Essa restrição vincula-se ao ideal da noção de feminino relacionada à maternidade, aos afetos e à subjetividade, que exclui a mulher das decisões financeiras, mesmo quando o dinheiro em questão é fruto do seu suor.

"O homem tá mais acostumado a comprar e a negociar. No fim do mês, reunimos a dinheirinho meu e dele e ele vai pra feira trazer as coisas pra dentro de casa". (Márcia).

Ainda que seja a mulher a principal responsável pelo aporte de recursos financeiros no lar, continua cabendo ao homem a imagem de provedor, confirmando a posição feminina de submissão em face de uma suposta maior desenvoltura masculina no trato com os assuntos referentes à esfera pública.

Os dados indicam que persiste no cotidiano das mulheres e homens pesquisados práticas que expressam a conservação de traços dos modelos culturais de feminino e masculino tal como foram forjados pela sociedade patriarcal brasileira, apesar dos esforços das

organizações sindicais e femininas. Por outro lado, existe uma vontade de superação desse modelo, que pode ser constatada na representação do trabalho assalariado por algumas mulheres como o veículo que conduz à independência feminina por meio principalmente da via da educação formal.

"A mulher tem que mostrar o seu talento lá fora, porque homem é hoje e não é amanhã. A gente deixa tudo por eles e depois eles deixam a gente. Não dá para depender deles. Gostava de trabalhar, de ter o meu salário, que mesmo pouquinho dava pro meu uso, pra comprar minhas coisas sem ter que pedir." (Gabriela, 26 anos, trabalhou durante nove anos no posto de saúde da Usina Santo André, mas há quase dois anos foi demitida e continua sem emprego. Abandonada por dois namorados, com os quais teve duas filhas, hoje está casada com um antigo vizinho).

"Porque é bom a pessoa ter o seu dinheiro, não depender só daquela pessoa, do marido. Aí é bom por isso. Porque a gente não depende do dinheiro do marido. E agente tendo o da gente, pode ter o que a gente quer". (Cecília).

"Eu tenho vontade de trabalhar, pra comprar as minhas próprias coisas. Tá certo que o homem dá o dinheiro para a gente comprar as coisas, mas eu tenho vontade de ter o meu próprio dinheiro. Só não tenho ainda, porque tá difícil conseguir emprego. Quando arranjar, mesmo se ele proibir, digo não. Porque eu não sei o dia de amanhã. Eu não sei se vou ficar com ele pra sempre. Aí é bom a pessoa ter um emprego também, depender do emprego e não só dele". (Lúcia).

"Eu sempre digo aos meus filhos, aos meninos e principalmente às meninas, estude se quiser ter direito a alguma coisa. Hoje em dia o mundo tá, que não sei, não. É desigualdade

que já vem no emprego, em relação com a família, em casa, tudo assim. Se a pessoa não tiver uma formação, não tiver um estudo, um conhecimento...já viu, né?" (Beatriz).

"Nunca tive vontade de trabalhar, não. Porque quando cheguei na idade, já tava namorando com ele, já pensava em casar, cuidar da casa...Minha vida era essa. Eu só ficava aqui. Mas hoje meus planos são diferentes, de ter independência e o meu próprio dinheiro. Eu adoro minha filha, minha família, mas se voltasse no tempo, ia viver sozinha, trabalhar, pra ficar mais livre e independente. Depois de casada é que passei a pensar assim, por causa do dia-a-dia da gente e das coisas que a gente escuta, que a mulher não precisa depender do homem pra viver. Minha mãe mandava eu estudar. Ela dizia: "estude pra depois pensar em namorado". Eu não pensava assim, não. Só que eu me enganei. Ela tava certa, né?". (Roberta).

Por serem construídas sobre o pilar da desigualdade entre mulheres e homens, as relações de gênero revelam o conflito decorrente das imposições de poder, gerando, assim, não só controle e dominação, mas também resistências e oposição. Onde há poder há resistência, já disse Foucault (1988). Tais relações de poder, conforme a definição do teórico, são constituídas historicamente, e, apesar de estarem por vezes ligadas a um determinado consentimento social prévio, pela lei ou por tradições de status e privilégio social, elas não são, por natureza, a manifestação de um consenso. Esse fator se traduz num espaço de transformações, pois a existência de resistências e conflitos individuais e coletivos possibilita o surgimento de novas representações, que, imersas num movimento contínuo de comunicação, circulam no discurso e se materializam nas condutas.

Ao confrontar elementos inovadores provenientes do discurso de igualdade de gênero do sindicalismo com aqueles que são rotineiros ou mesmo arcaicos na Zona da Mata, fruto do patriarcalismo, as trabalhadoras e trabalhadores operam sobre as modalidades de

pensamento mais antigas novas interpretações da realidade. É assim que ancoram os novos conhecimentos na própria observação crítica de suas experiências práticas.

“Uma *realidade social* é criada apenas quando o novo ou não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais. Aí operam os processos pelos quais ele passa a ser familiar, perde a novidade, torna-se socialmente conhecido e real. O fato de que isso ocorra sob o peso da tradição, da memória, do passado, não significa que não se esteja criando e acrescentando novos elementos à realidade consensual, que não se esteja produzindo mudanças no sistema de pensamento social, que não se esteja dando prosseguimento à construção do mundo de idéias e imagens em que vivemos. O resultado é altamente criativo e inovador no âmbito da vida cotidiana”. (SÁ, 1995: 37).

Se o confinamento ao espaço doméstico é razão de dependência do poderio masculino, resta às mulheres se inscrever positivamente numa atividade profissional no espaço público para ao menos minimizar a submissão e a opressão. Mesmo que essa atitude ainda não aponte para uma superação total dos papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens e da autoridade de que são revestidos, pelo peso das mediações culturais e institucionais, pelo menos já sinaliza para a possibilidade de conquistas e mudanças nas relações de gênero.

As transformações se dão de maneira lenta, até porque nem sempre a consciência da condição de subordinação implica em modificações imediatas, o que não significa que elas não estejam em processo.

5.3. A construção social da sexualidade

Assim como a divisão sexual do trabalho é a base material das desigualdades de gênero, num plano mais subjetivo, a sexualidade é outro campo em que se observa claramente a legitimação do poder masculino e submissão feminina no espaço da Zona da Mata.

Embora moldada conforme as influências culturais, históricas, morais e sociais a que o indivíduo está submetido, a prática da sexualidade nessa região continua a ser vista como um ato natural ou simplesmente biológico, inserida no mesmo conjunto de representações que atribui aos homens o papel de dominador, forte, objetivo, produtor e viril e destina à mulher a função reprodutora e as características de recato, fragilidade, docilidade e passividade, voltadas ao exercício da maternidade. Isso está de tal forma enraizado na cultura e introjetado por cada indivíduo, que é estabelecido como parte da natureza humana, contribuindo para naturalizar as diferenças na vivência da sexualidade entre homens e mulheres, como se existisse uma 'essência sexual' imutável inerente a ambos os gêneros.

Assim é que ao homem é concedido o direito de manter quantas relações sexuais for do seu desejo e com quantas parceiras lhe convier, sendo essa uma manifestação natural de virilidade que obedece ao princípio de que, pelo simples fato de ser homem, ele carrega na sua natureza uma maior necessidade por sexo e prazer. Para as mulheres, em contrapartida, a expressão da sexualidade sempre é relacionada à função reprodutora e, dessa forma, vinculada a uma condição de união conjugal.

Reforçado por princípios éticos e religiosos que remontam aos tempos da colonização, o modelo sexual dominante na região corresponde às normas de comportamento ditada por uma sociedade machista e patriarcal, que impõe rígidos mecanismos de controle social, estigmatizando e punindo quem não se enquadra no que é definido como conduta sexual adequada.

Como maiores alvos da repressão sexual, cabe às mulheres um maior número de restrições sociais, no caso da transposição dos padrões que lhe são impostos como normais. A determinação de modelos para as práticas sexuais femininas funciona como mais um dispositivo de garantia da prevalência de uma suposta superioridade masculina em relação às mulheres, já que é em função do julgamento e da satisfação deles que elas devem se comportar. Se atendem ao que delas é esperado, ou seja, uma atitude praticamente assexuada,

são 'recompensadas' com a proteção e o respeito masculino, por serem consideradas virtuosas e, como tais, aptas para o matrimônio. O casamento, por sua vez, é representado como o anseio principal, uma destinação natural e condição imprescindível à realização pessoal feminina. Já se as mulheres contrariam as regras, expressando o seu desejo, não contam com a mesma convivência social que é facultada aos homens. A elas é dirigida toda sorte de preceitos inferiorizantes, desrespeito, humilhações e exclusões, reservada a quem é considerada profana, mulher de rua ou mulher pública, concebida e representada como o oposto da dona de casa, da mulher certa.

A partir desses padrões de natureza sexual, controlado por uma rede de sanções sociais, é que se avaliam a honra, a honestidade e o valor das mulheres. Entre esses recursos de controle, absorvidos tanto por homens quanto por mulheres, um dos mais significativos na Zona da Mata é a exigência da virgindade, que está diretamente relacionada às representações acerca do casamento.

"Uma jovem em casa ela é virgem, ela é pura. E você já imaginou? É por isso que a sociedade está do jeito que está. A mulher que se entrega antes do casamento, não é mais pura de maneira nenhuma. Se você pega uma flor, ela nunca foi tocada. Você pega numa rosa, ela nunca foi tocada. Mas se você começar tirando dela, ela não vai ficar mais como estava. A mulher perde muito, ela perde a sua honra". (Mônica).

"Você já pensou que quando uma moça se casa, constitui sua família, sua casa, é uma coisa muito linda. A gente vê que é uma coisa tão bela, tão pura, sei lá... Eu acho que virgindade é uma coisa pura. Uma pessoa perde a virgindade, e fica com um e com outro, é o primeiro sinal que você perde o valor. É tão prova que perde o valor, que a gente vê que na boca de todo mundo é o maior comentário. Então eu acho que a mulher séria, tem que ser virgem, se quiser arrumar um marido que goste mesmo dela, porque o maior compromisso hoje é casamento,

porque as coisas são tão assim que... eu acho que o compromisso é esse". (Joana).

"O homem tem passagem livre, pode fazer o que for, é natural, é normal...Agora, a mulher...Coitada dela, meu Deus. Se acontecer qualquer negócio desse assim com a pessoa (perda da virgindade), aquela pessoa já fica desmoralizada, ela fica pelos escanteios, família não aceita, é aquela agonia toda. Mesmo que converse, mas não quer aceitar. Aqui teve uma menina, que no caso dela aí com um homem, com um rapazinho aí, ela tá expulsa de casa. Ela vive pela casa dos outros, porque a mãe não quis mais ela dentro de casa. Olhe, a mulher eu acho que não deveria fazer essas coisas assim antes de se casar, de ter uma pessoa certa, só pelo fato do namorado gostar, ela vai logo se entregando. Porque eu não quero que aconteça isso com as minhas filhas. Agora, o homem é homem, né? Eu não posso prender um rapaz de 22 anos em casa e dizer "você só vai ter um caso (relações sexuais) quando você se casar..." Não posso, não, porque o homem ele já nasce com essa inclinação mesmo, assim, pra essas coisas. A mulher sempre é mulher, tudinho, mas é uma pessoa mais resguardada, mais calma, mais tranqüila...é uma pessoa que não é assim...". (Beatriz).

Os depoimentos acima são bem reveladores da educação diferenciada que meninos e meninas recebem no seu processo de socialização na infância e na adolescência quanto aos seus papéis sexuais. Na verdade, ainda vista como tabu, a sexualidade não é discutida no meio rural em toda a sua complexidade. No máximo, as meninas recebem a orientação de que não devem "se entregar" a um homem ainda solteiras, sob pena de não assegurarem uma situação futura de casamento e formação de família. Esse é o máximo de conhecimento necessário para que possam se guiar nas rotinas normais da vida cotidiana. O senso comum que lhes permite se localizar e se conduzir apropriadamente conforme as limitações do

acervo social do conhecimento que é partilhado por todos os indivíduos da comunidade. Mais informações que essas são consideradas desnecessárias, ou pior que isso, como incentivadoras de uma conduta não desejada.

"Olhe, porque uma como Rafaela (uma das quatro filhas solteiras de Beatriz e Marcelo, de 19 anos) aí, se a gente for ter uma conversa dessas, ela vai pensar que a pessoa tá mandando ela transar. Ela, sem a gente ter esse tipo de conversa, já faz o que faz, já é do jeito que é. E se a gente for abrir mão pra tá orientando assim, eu acho que vai piorar". (Beatriz).

"Se eu conversar com dona Rafaela ou com dona Miriam (outra filha solteira do casal, de 21 anos), como é uma transa, o caso de usar camisinha, quando chegar o seu tempo, na mesma hora tá Rafaela agarrada com um camarada. Porque o pensamento de hoje em dia é muito diferente, minha filha". (Marcelo).

"A gente vê uma criancinha... De primeiro, antigamente, a gente via mais pureza nas crianças, até em adolescentes. Mas hoje a gente tá vendo as coisas tão desenfreadas, e não sei, só Deus mesmo vai ter misericórdia de nós. Porque essa coisa de querer ensinar, ensinar desde criança, por isso acontece um monte de coisas. É porque o mal... Eu chego assim "olhe meu filho, isso é um mal, assim, assim...". Eu acho que isso é porque ensinar demais, isso traz conseqüências porque "Ah, então deve ser bom, então eu vou fazer. Isso só vai despertar o desejo na pessoa". (Joana).

"Explico aos meus filhos que sexo só depois do casamento, porque pela Lei Divina não se pode antes, só depois. Mas nunca sentei pra conversar assim essas coisas de detalhes, não, até porque eles nunca me fizeram essa pergunta. Eu acho

uma coisa tão íntima pra tá se falando assim, tá entendendo? É difícil... principalmente nós, cristãos, não temos tanto esse costume... Nós nos ocupamos com outras coisas que edifica mais. E às vezes por tanto ensino, aí a gente vê as coisas como é que estão. Se você não tem conhecimento, aquilo não vai despertar curiosidade". (Mônica).

Com base nos discursos institucionais, especialmente o da Igreja, os pais se atém a transmitir às novas gerações uma concepção de mundo e uma norma de comportamento conforme a essa concepção devidamente respaldadas nas representações sociais da coletividade em que se inserem, sem deixar margem de contestação por parte dos filhos que recebem e tendem a reproduzir o mundo em que são socializados como realidade objetiva anterior até à sua própria existência.

"O processo de transmissão simplesmente reforça o sentido que os pais têm da realidade, quanto mais não seja porque, falando cruamente, ao dizer "É assim que estas coisas são feitas", freqüentemente o próprio indivíduo acredita que é isso mesmo." (BERGER & LUCKMANN, 1973: 86).

Pelo que se infere dos depoimentos das mulheres e homens da Zona da Mata no que se refere à virgindade, a sexualidade continua a ser abordada sobre a ótica do pecado, com forte influência da visão moralista da Igreja, a partir da qual as mudanças de comportamento são encaradas como desordem e perversão.

"Eu acho assim. Através de ser tão liberal a gente vê prostituição, doenças tão graves é por causa dessas coisas. Por ser tão liberal, a gente tá no século XXI, a gente é moderno... A gente vê tanto isso que hoje as meninas ficam grávidas e o rapaz não assume. É justamente por isso: por ser tão liberal. Porque acha assim "aquele cara é bonitinho, então vou ficar com ele". Termina ficando, e termina ficando entre um e outro...". (Joana).

Construídas historicamente e como processo simbólico que se constitui de acordo com valores e costumes da sociedade, as significações sobre as práticas sexuais estabelecidas para homens e mulheres carregam em si muitas contradições. Contradições essas que se originam da tensão entre as pressões para definir uma dada situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas e os conteúdos que circulam na sociedade, propondo novas possibilidades de representações para orientar as ações cotidianas no interior dos grupos sociais.

Pode-se dizer que é esse o paradoxo que tem norteadado uma atitude de maior tolerância para com o estigma da virgindade feminina, observada principalmente entre homens e mulheres na faixa dos 20 aos 30 anos. Seja por influência do discurso de igualdade de gênero que tem sido introduzido na região pelo sindicalismo rural, seja por uma realidade concreta em que se observa que a vida sexual tanto de garotos quanto de garotas na Zona da Mata tem se iniciado cada vez mais cedo, o fato é que as mulheres que perdem a virgindade antes do casamento já começam a sofrer menos restrições.

"Aqui não tem mais isso, não. Hoje em dia você namora... em pouco tempo já quer transar com o namorado. É bom, né? Porque a pessoa tá sentindo à vontade...". (David).

"Eu mesmo me casei com uma mulher que já tinha dois filhos e não me arrependo. O que vale não é somente ser virgem ou não ser virgem. É o caráter da mulher". (João).

À primeira vista, os depoimentos apontam para uma aparente compreensão da igualdade do direito de mulheres e homens decidirem sobre o próprio corpo, sem que isso implique em reprovações sociais. Essa possível consciência particular logo entra em conflito, no entanto, com as necessidades e interesses genéricos de estar em conformidade com as representações dominantes, que, no caso da Zona da Mata, ainda não legitimam a liberdade sexual feminina, encarando a perda

da virgindade como um erro, um defeito que pode ser tolerado, sim, mas desde que a mulher se resigne e se preserve de novas experiências sexuais. Do contrário, prevalecem as mesmas punições, sempre sustentadas nas desigualdades de gênero, como a rejeição da comunidade e a conseqüente ameaça de serem consideradas moralmente inadequadas para a união conjugal e formação de família.

"Se perder a virgindade, não tem problema. É só ela ficar na dela, esperar uma pessoa que queira assumir ela do jeito que ela é. Eu mesmo, se ela (a esposa) tivesse duas, três filhas, mas tanto que ela vivesse só na dela, eu me casaria com ela. Mas a partir do momento que ela teve um filho, e depois ficou com outro e com outro...Aí não dá. Nenhum homem quer. Vai querer só pra usar ela e deixar, porque é uma mulher que já foi dos outros... A maioria dos homens pensam assim". (David).

"A mulher mesmo que não seja mais virgem se ficar no canto dela, não procurando ninguém, ela pode casar. Agora, se ela procurar outros homens, vai ser chamada de safada mesmo e aí nenhum deles vai querer casar com ela, não. Porque só quer ficar". (Roberta).

5.3.1. "Não é o sexo, é a palavra"

Apesar de ser algo vivido no âmbito individual, a sexualidade, portanto, é constituída nos sujeitos a partir de normas e valores sociais, cujas referências, possibilidades e limites, estimulações e impedimentos estão nas representações do grupo social e na cultura. É a partir daí que cada um extrai os elementos para construir sua singularidade.

A função das representações sociais como guia das condutas que estruturam as relações sociais, permitindo aos indivíduos se identificar com a coletividade e justificar, manter e reforçar

comportamentos, fica evidente no discurso de David quando ele tenta explicar a importância do tal resguardo sexual feminino:

"Não é o sexo, é a palavra. Ficar difamada. Não é muito sexo, é o caráter da pessoa. Eu acho que ela procurando se valorizar, ela teve um filho, dois, ou perdeu a virgindade, nada pra ela está perdido. A mulher se comportou, nada tá perdido".

Como se vê, particularmente, a preocupação de David não é com o ato sexual em si, com o fato de a mulher ter mantido relações sexuais com outros homens, mas com a significação conferida ao sexo praticado por mulheres solteiras, com o "olhar do outro", com o padrão de comportamento reconhecido como correto pela comunidade da qual faz parte. A mulher que não é mais virgem ou que tenha outros filhos de um primeiro relacionamento pode até ser aceita e reabilitada à convivência familiar e comunitária, mas nunca aquela estigmatizada pelos seus 'atos reprováveis', "difamada" e desrespeitada pelo grupo social.

Da mesma lógica compartilha Márcia, ao falar sobre virgindade:

"Ficaria muito triste se soubesse que a minha filha se casou sem ser virgem. Porque é uma honra pra um homem ter a sua mulher pura. E a mãe se sente mais orgulhosa de saber que fez o seu papel. Porque ninguém quer escutar "a filha de fulana é fácil de conseguir". A gente quer ouvir que "aquela menina é filha de família, aquela menina é uma menina direita". Então ali já é um orgulho pra uma mãe... Mas se ela, por acaso, se perder, mas tiver pelo menos o cuidado dos outros não saberem, já não me decepcionaria muito não, né? Se ninguém souber, não tem do que falar e acusar".

De acordo com Agnes Heller (2000), a atividade e o pensamento individual na vida cotidiana é muito poucas vezes completamente individual, pois, em geral, representa uma projeção das aspirações e

dos interesses de uma camada ou classe social. O discurso das mulheres e homens pesquisados demonstra justamente a preferência dos indivíduos por transitar na cotidianidade por estruturas conhecidas a ter de se deparar com 'novidades' que coloquem em xeque antigos posicionamentos com os quais estão habituados. A identificação espontânea e objetiva do "correto" e do "verdadeiro" na vida cotidiana, diz Heller, é o que nos permite prosseguir com os menores atritos possíveis na cotidianidade. Dessa forma, até mesmo os juízos e pensamentos menos verdadeiros podem resultar corretos na atividade social,

"(...) quando representarem os interesses da camada ou classe a que pertence o indivíduo e, desse modo, facilitarem a esse a orientação ou a ação correspondente às exigências cotidianas da classe ou camada em questão". (HELLER, 2000: 32).

A assimilação espontânea das normas dominantes, adverte Heller, pode se converter em conformismo e na alienação da vida cotidiana, na medida em que se "cristalizam em absolutos" os juízos provisórios, pré-juízos ou preconceitos construídos socialmente, mas que se enraízam na particularidade dos indivíduos ao ponto de fazê-los ignorar tudo aquilo que contradiga abertamente as tipificações que os tornam capazes de atuar e se orientar na cotidianidade.

Por outro lado, as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, conforme sua consciência "individual-particular". Isso porque, segundo esclarece Sandra Jovchelovitch,

"O sujeito não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre um mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito". (JOVCHELOVITCH, 1994: 78).

É nas brechas desse conflito que algumas mulheres da Zona da Mata começam a contestar as hierarquias de gênero impostas no cotidiano de suas relações sociais, passando a vislumbrar sua auto-

afirmação como indivíduos livres, que têm direito de exercerem sua sexualidade, conhecerem seu corpo e sentirem prazer sem por isso serem censuradas ou condenadas.

"Não acho que a mulher tem que casar virgem, porque virgindade é só uma pele. É uma besteira, não rasga nem se quebra. Ser ou não ser virgem não aumenta nem diminui ninguém. Não deveria haver discriminação. Acho uma besteira casar virgem. Os direitos e deveres têm que ser iguais. Tive relação com três namorados e aí fiquei falada. Eu acho que não devia ter sido assim, porque mulher tem que ser livre. Eu não me arrependo de nada e nunca escondi o que fiz. Se me separar, arranjo outro namorado, porque a vida continua. A única coisa errada que reconheço foi engravidar, porque não tive orientação. Podia até transar, mas não teria engravidado tão cedo. Digo à minha filha que quando chegar a hora ela tenha cuidado. O negócio é não engravidar nova. A gente ouve falar que na cidade, namorado dorme com namorada, têm relação, sem compromisso, sem ninguém comentar. Seria bom que aqui pudesse ser assim também. A gente ter relação com quem quisesse, sem ser criticada". (Gabriela).

"Eu acho que tanto os homens deveriam respeitar as mulheres, quanto as mulheres respeitar os homens. Porque o mesmo direito que a mulher tem, o homem tem também. Se um pode namorar, transar, se agarrar com quem quiser, o outro também tem que poder. E sem pegar fama nenhum dos dois, porque hoje só a mulher pega fama, e o homem não pega". (Cecília).

"Eu acho que não é nada demais a gente dar "psiu" assim pra um homem e dizer que gosta dele. Mas se fizer isso, logo aparecem os fuxicos, dizendo que a mulher é oferecida, que é fácil. Do mesmo jeito que se chegar a namorar ou transar com

alguém e não der certo, ela tem que ficar com outras pessoas de novo, experimentar até dar certo de novo". (Lúcia).

Tal posicionamento faz supor que, por mais que as condições gerais sócio-econômicas ainda favoreçam a alienação e a atitude pragmática do indivíduo na vida cotidiana, não é impossível empenhar-se no que Heller (2000), citando Goethe, chama de "condução da vida". Isto é, a capacidade de cada um se apropriar a seu modo e conscientemente da realidade e impor a ela a marca da sua personalidade, embora mantendo a estrutura da cotidianidade. Até mesmo porque, conforme explicitam as modernas teorias de recepção, os sujeitos não são meros processadores de informações nem simples repositórios de crenças coletivas, mas pensadores ativos que, mediante inúmeras mediações e acontecimentos cotidianos de interação social, constroem suas próprias representações pelas quais buscam modificações na estrutura social.

É dessa maneira que, assim como os demais aspectos da vida social humana, as representações sobre a sexualidade, decorrentes do contexto de desigualdades de gênero, vão sendo construídas e transformadas num processo dinâmico, de acordo com o pensamento e a ação dos indivíduos sobre o seu meio.

5.3.2. Comunicação oral e representações sociais

Por surpreendente que possa parecer, como mediações que contribuem decisivamente para a mudança de discursos e práticas sociais, as mulheres e homens da Zona da Mata não legitimam os meios de comunicação de massa, com uma pequena exceção para o rádio. Talvez pelo fato de que esses meios tendem a privilegiar em suas pautas e programações o espaço urbano, não estabelecendo, assim, identificação com o universo rural, seus conflitos e problemas, desde os temas escolhidos até a própria linguagem. Nas conversas e entrevistas realizadas praticamente não se percebe referências ou citações a elementos apreendidos da grande mídia.

Observa-se, em contrapartida, o reconhecimento da importância da comunicação oral, intergrupar e interpessoal, como fator de circulação de informações que instigam o senso crítico, a ponto de provocar questionamentos e transformação no meio social. Principalmente no que se refere à sexualidade, tema de difícil discussão na zona rural por causa da série de tabus que o cerca, os entrevistados sentem a ausência de informações educativas, que, segundo eles, não é suprida pela televisão e apenas um pouco pelo rádio, provavelmente pela força da oralidade e proximidade deste último. Já os jornais e revistas, pelo custo de aquisição e falta do hábito de leitura, terminam sendo de difícil acesso para a população.

"No comercial mesmo mostra uma camisinha, mas ninguém diz como é que usa. Desse jeito ninguém aprende. Eu acho que deve ser conversando, passando informação. A pessoa dizendo como tem que usar, ensinando mesmo, tendo palestra na comunidade, ensinando como é que tem que usar, e tudo mais". (Juliana).

"Pra falar dessas coisas (sexo) com seriedade, pra aprender mesmo, só vai como uma aula, chega o professor e tem palestra determinada, explicando tudo". (Márcia).

"A televisão não ajuda a mudar nada na nossa vida. Às vezes até atrapalha, eu acho, porque nem tudo que passa em novela é verdade, né? Então acho que isso atrapalha". (Juliana).

"É muito raro ter um programa que ensine as coisas do jeito que a gente entende". (Carlos).

"Lá no posto de saúde devia ficar sempre alguém pra orientar. Se tivesse de vez em quando uma palestra, eu acho que todo mundo ia". (Lúcia).

"Passa na rádio (Rádio Mulher) um programa dizendo que o certo é a mulher usar camisinha até dentro de casa, porque os homens sempre dão uma escapadinha. Depois do programa, comecei a usar. A Rádio Mulher ajuda muito tanto as mulheres quanto os homens. Ensina como fazer higiene, evitar câncer. Eu tô aprendendo muitas coisas. Deveria haver um dia na semana ou no mês, uma palestra para as pessoas sobre sexo, AIDS, camisinha. Pra mudar a cabeça das pessoas só mesmo com muita palestra, com pessoas bem experientes. Tem como evitar muita doença no meio do mundo, é ir passando de boca em boca, informando". (Gabriela).

Intrínseco à construção do homem como ser social, o agir comunicacional, como se vê, é bem mais amplo que a comunicação de massa, efetuando-se por meio das inter-relações dos indivíduos, a partir de onde se dão as reflexões e construção de significados acerca de interesses comuns.

5.3.3. Violência legitimada

Geradora de índices que cada vez mais preocupam órgãos de defesa social e entidades ligadas aos direitos femininos, a violência sexista é mais uma das facetas através da qual se traduzem as desigualdades de gênero que permeiam a vida social na Zona da Mata. Prática bastante difundida na região, a violência contra as mulheres é considerada pela população, em grande parte, como natural, derivada da dominação masculina e da moral tradicional, da honra machista. Realidade esta sustentada numa cultura cujas raízes estão no patriarcalismo que remonta ao período colonialista, em que ao homem, dono de amplos poderes sobre a família, era concedido até o direito legal de castigar fisicamente a esposa.

O uso da violência contra a mulher está inserido, entretanto, numa estrutura maior em que a violência de uma forma geral, na medida em que se faz presente na vida cotidiana de homens e

mulheres, é representada como uma forma legítima e culturalmente aceita de resolver conflitos, como um método educativo cujo objetivo é produzir uma adequação às normas estabelecidas, e, finalmente, como um elemento que define virilidade e, sendo assim, masculinidade. A violência é tida, portanto, como uma prerrogativa daquele que detém o poder numa determinada relação, sendo legitimada em casos de pais contra filhos, homens contra mulheres e homens contra outros homens.

Os próprios engenhos são locais onde ocorrem todo tipo de violência, inclusive de patrões contra trabalhadores. Líderes sindicais, assessores, padres etc. que se dedicam à defesa da classe trabalhadora são constantemente vítimas de atentados e assassinatos brutais. O ranço machista também faz com que qualquer desentendimento de botequim muitas vezes ganhe dimensões de tragédia. Os veículos de comunicação da região são fartos em notícias que retratam essa violência, sem contar a grande quantidade de casos menos graves que não aparecem na Imprensa.

Esse contexto torna a violência um fato natural para a população local, que acaba se habituando aos sofrimentos que ela traz. A transferência da violência social para dentro da família é uma decorrência. Na posição de quem exerce o poder na esfera familiar, os homens reproduzem essa violência contra a mulher, contra os filhos e filhas, como pressuposto de manutenção da sua autoridade. A moral tradicional e a religiosa, sempre baseadas na superioridade masculina e aceita por homens e mulheres, produzem os argumentos para justificar a violência sexista.

Não é sem razão que a violência doméstica atinge patamares alarmantes na Zona da Mata. Pesquisa recente realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com 2.645 mulheres de 15 a 49 anos indica que 37% das mulheres da região já foram violentadas física ou sexualmente alguma vez na vida pelo seu próprio parceiro. Dessas, 37% sofreram lesões, tais como cortes, perfurações, mordidas, contusões, fraturas, dentes quebrados, entre outras.

Alguns dos homens entrevistados argumentam – relatando histórias correntes na comunidade, já que nenhum admitiu ter agredido a companheira em qualquer circunstância – que a violência cometida é uma reação a comportamentos inadequados das próprias mulheres, que muitas vezes chegam a desafiá-los.

"Às vezes o homem chega em casa depois de ter bebido um pouco e só quer cair na cama e dormir. Mas aí a mulher vai e chama ele de cabra safado, disso e daquilo. Tem coisa que um homem não agüenta ouvir e aí parte pra dar na cara dela". (João).

A justificativa aponta claramente a posição de autoridade que os homens acreditam precisar assumir diante das mulheres e como a submissão feminina às suas determinações, condutas e desejos é imperativa para a manutenção da 'ordem' e da paz familiar.

Mesmo nos casos em que a comunidade não concorda com a agressão, dificilmente é tomada alguma atitude para contê-la ou denunciá-la às autoridades de segurança pública, uma vez que a violência doméstica, via de regra, é encarada como problema privado.

"Ninguém se mete na vida de ninguém assim. Se for se meter, pode se complicar, arrumar até uma morte. Porque ele (o agressor) pode se revoltar, porque essas pessoas que fazem isso já são pessoas completamente erradas mesmo. Então pode até haver uma caso mais sério. Eu vou tá saindo da minha casa, pra interferir na vida particular dos outros? Aí vai sobrar pra mim". (Beatriz).

"Não denuncio não. A gente não sabe o motivo porque o cara faz isso. Porque a gente não pode julgar as pessoas, sem saber de fato que aconteceu". (João).

De modo geral, contudo, tanto as mulheres quanto os homens recusam e condenam a violência sexista e a associam a fatores externos, como o consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo. Nas situações em que, seja por qual motivo for, a convivência do casal se torna insustentável, defendem a separação como saída mais apropriada.

"Uma vez um rapaz que mora aqui por trás, quando ele morava com a mulher dele, ele batia muito nela. Ele gostava de beber, chegava bêbado... Aí uma vez a mulher dele foi trabalhar pra sustentar os meninos, e ele ficava em casa, cuidando das coisas. Ela trouxe a feira, tudinho... Quando ela estava entrando em casa, ele pegou um prato e danou na cara dela, já bêbado. Ele gostava de dar nela. Acho que ele fazia errado, mas o que é que a gente podia fazer?". (Lúcia).

"Eu acho assim, a mulher tem que mudar essa rotina. Se ela não quer ficar sofrendo agressividade, então ela tem que partir pra outra. Ou então viajar, ir pra longe pra sair dessa situação...". (Márcia).

"Se ele levantar a mão, a mulher já tem que deixar esse homem. Ninguém tem que agüentar uma pessoa que chega bêbada e quer bater na outra, sem motivo nenhum. Esse homem mesmo (o vizinho), chega em casa e pronto. Sem mais nem menos tome cacete na mulher. Se não gosta dela, que deixe. Bater é covardia". (Roberta).

Mesmo não aceitando a violência dos parceiros, a maioria das mulheres agredidas não têm autonomia suficiente para abandonar o lar e toleram uma situação vulnerável à agressão por dependência financeira dos homens e falta de alternativas de sustento. A isso se somam os valores culturais de amor conjugal e manutenção da família. O estudo da OMS sobre a violência doméstica na Zona da Mata revela

que, apesar da violência, 31% das mulheres costumam perdoar o parceiro, 29% não querem “deixar as crianças” e 24% dizem “amar o parceiro”, motivos pelos quais continuam na relação.

Os dados se confirmam nos depoimentos de Gabriela e Juliana, que de alguma forma já vivenciaram situações de violência.

“Cansava de receber lá no posto as mulheres cheias de ronchas no corpo. Elas ficam envergonhadas, muitas se escondem, não saem na rua ou usam roupa de manga comprida pra disfarçar as marcas. A gente orientava, dizia que deixasse ele. Mas muitas se conformam porque têm muitos filhos, não têm profissão, para onde ir, o pai não aceita de volta”. (Gabriela).

“O meu pai bebia muito, de desgosto da vida e da falta de dinheiro. Nessa hora, dizia que a minha mãe tinha outros homens e batia nela e na gente. Minha mãe sofria muito, mas não denunciava, porque tinha medo que ele fizesse alguma coisa pior contra a gente. Ela só pensava nos filhos, por isso, ficou em casa. Também não trabalhava fora, não tinha como se sustentar lá fora e não queria abandonar a gente”. (Juliana).

Freqüentemente a violência contra as mulheres também se reveste de cunho sexual. Não são poucas as histórias relatadas de meninas e adolescentes que são abusadas sexualmente por integrantes da própria família, como padrastos, pais, tios, etc. No que diz respeito às mulheres casadas, também são recorrentes os casos em que elas são obrigadas a satisfazer o desejo dos parceiros, mesmo quando não estão dispostas para o ato sexual. A violência praticada por agressores externos, como nos episódios de estupro, são outra constante na região. Em todas as ocorrências, como se não bastasse terem seus corpos violentados, é comum que as mulheres também sejam psicologicamente aviltadas, seja com a responsabilização pela própria violência que sofrem, seja pela desconfiança a que são submetidas.

"Tem um cidadão aí que vive com as duas filhas e a mãe. Acho que a culpa é dela, da filha. Ela aceitou porque quis. Porque a mãe vive dentro de casa, e a filha transando com o pai, onde já se viu? Ela saía, dava escândalo, chamava uma pessoa. Tem outra filha mesmo que ele também tentou abusar e ela foi embora, não voltou mais. Mas essa aceitou. E a mãe também, eu acho. Porque é que uma não aceitou e essa aceitou, aí é que tá...". (João).

"Se a mulher se negar, ele fica não sei quanto tempo com raiva dela, ou então procura logo outra. O pior é quando eles acham que ela tá com outro, que tá transando com outro homem, aí é briga e confusão. Às vezes a coitada só tá doente, cansada, com a cabeça cheia de problema...Eles são muito injustos". (Cecília).

"Se um cara pegasse a minha mulher à força, é claro que eu ficaria com ela e daria todo o apoio a ela, se eu soubesse que realmente foi à força. Agora, se ela tinha um caso com ele, e ficasse dizendo por aí que foi estuprada só pra ficar comigo de novo, aí... Porque você sabe, né? A gente confia, mas sempre fica a expectativa. Porque quem mente, um dia é descoberto. Acreditar eu acreditaria, mas ia querer saber direitinho como foi. Não é por não confiar, é porque podia ser mentira ou podia ser verdade". (David).

Como alvos da violência, que a cada dia se banaliza ao se prestar à justificativa do machismo, as mulheres começam a demonstrar de maneira mais clara e evidente a sua indignação, reivindicando o direito de ter a sua integridade física, sexual e psicológica preservada.

"Se fosse comigo, deixava no mesmo dia. Nunca ia ter coragem de dormir ao lado de um homem que me maltrata. Onde está escrito que homem pode bater em mulher? Não pode não. Só do pai da minha filha insinuar que eu era safada, que traía ele, mandei ele andar. Quanto mais se tivesse levantado a mão". (Gabriela).

"Não tem como gostar de alguém que bate em você ou não confia em você. Se o casal não tem respeito nem verdade, não vive". (Lúcia).

Em meio à negociação com os diversos discursos com os quais interagem, que ora corroboram ora contestam a submissão feminina, as mulheres parecem se perceber como agentes de sua própria história, que lutam e questionam do ponto de vista de sua condição de mulher, a situação em que vivem, a opressão que sofrem e as discriminações que enfrentam, esforçando-se no sentido de conferir um novo significado à sua identidade de gênero na Zona da Mata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da recepção do discurso de igualdade de gênero pelos trabalhadores e trabalhadoras da Zona da Mata de Pernambuco revela a complexidade dos processos comunicativos, sempre marcados por inúmeras negociações discursivas, que envolvem aceitação e negação, conformismos e resistências, passividade e ação.

Introduzida pelo sindicalismo rural, a discussão sobre a construção social das identidades de homens e mulheres chega num momento oportuno de crise da economia da cana-de-açúcar, que desde a colonização modelou a estrutura sócio-cultural na região, sustentada sobre as bases de dependência, autoritarismo e opressão características do patriarcalismo e do machismo.

A derrocada da indústria sucroalcooleira, portanto, conduz a profundas transformações não só no sistema produtivo e nas relações de trabalho, como também em todo o tecido social, chegando à vida privada dos trabalhadores e trabalhadoras e de suas famílias. Ao exigir alternativas de reestruturação, a realidade social na Zona da Mata se torna propícia para uma revisão de papéis, que vai desde a relação entre as classes historicamente estabelecidas até as relações de gênero. Mais que alterações no modelo econômico, faz-se necessária, desse modo, uma reformulação cultural, que questione as tradicionais hierarquias de poder.

As mudanças, no entanto, têm se processado lentamente, em meio a conflitos e paradoxos. Isso porque a queda do sistema canavieiro não leva por terra automaticamente todos os referenciais simbólicos construídos em seu entorno. Pelo contrário, tendo sido inculcido durante séculos de hegemonia, o ideário que legitima a supremacia e a autoridade do gênero masculino sobre o feminino, e as desigualdades que dessa concepção decorrem, permanece enraizado no imaginário coletivo da população.

Em contrapartida, na qualidade de sujeitos que não se restringem apenas a simples repositórios de crenças coletivas, os trabalhadores e trabalhadoras redefinem e remodelam suas visões de

mundo a partir da interpretação e reelaboração dos novos conhecimentos com os quais se defrontam. Seus posicionamentos e condutas são influenciados, assim, não só pelo arsenal simbólico proveniente da herança histórica e cultural, como também são mediados pelos discursos provenientes das inúmeras instituições com os quais interagem na dinâmica social.

No âmbito das temáticas específicas trabalhadas por esta dissertação, como foi visto, mulheres e homens da Zona da Mata costumam naturalizar, calcados na ótica machista, a tradicional distinção de papéis atribuídos aos sexos feminino e masculino, seja na divisão sexual do trabalho, seja nos comportamentos relacionados à expressão da sexualidade. Essa concepção destina às mulheres a função de reprodutora – voltada para o espaço privado e na qual está implícita uma posição de recato e submissão ao poderio masculino –, enquanto fica a cargo do homem tudo que expresse virilidade ou se refira ao exercício de atividades produtivas que se concretizam na esfera pública.

Outra tendência observada é a de reprodução no espaço doméstico da visão hierárquica de poder e autoritarismo verificada no campo do trabalho assalariado, em que a detenção do poder econômico, do capital, determina o poder de decisão e mando. Nesse aspecto, o poder masculino se exerce na forma de negativas, interdições e proibições direcionadas às mulheres.

É interessante ressaltar que o próprio grupo social, através das representações construídas e partilhadas conjuntamente, estabelece normas de convívio e padrões de comportamento que os indivíduos precisam seguir para se identificar com a coletividade e se guiar pelas rotinas normais da vida cotidiana com os menores atritos possíveis. O distanciamento desses modelos acarreta a estigmatização e uma série de sanções sociais para quem não se enquadra no que são definidas como condutas adequadas.

Esse acervo de conhecimentos socializados se origina da disputa de forças entre os discursos das diversas instituições sociais das quais os indivíduos participam e funcionam como mediações para a recepção

dos sujeitos aos novos conteúdos que circulam na sociedade. Como se percebe nos depoimentos dos entrevistados, quase todos os aspectos da vida social dos trabalhadores e trabalhadoras da Zona da Mata são mediados principalmente pela doutrina religiosa. De sua parte, a Igreja constitui-se numa das principais instituições de ajuste e adequação à ideologia dominante, favorecendo a conformação e a legitimação, no que diz respeito às relações de gênero, da desigualdade entre os sexos.

Mas as representações sociais também são redefinidas e reacomodadas, dialeticamente, a partir das transformações econômicas e sociais pelas quais passa a sociedade. Com a realidade objetiva da desestruturação da indústria sucroalcooleira e o conseqüente desemprego que se abate sobre os trabalhadores, as famílias estão sendo obrigadas a dispor cada vez mais da renda obtida com o trabalho feminino extra-lar, impulsionando as mulheres, dessa maneira, a ocuparem seu espaço na esfera pública. Tal contexto está levando conseqüentemente a uma redivisão de tarefas no âmbito doméstico, com a maior participação masculina nos afazeres da casa, embora isso ainda não signifique uma redistribuição completa de responsabilidades, muito menos de poder e autoridade.

Contudo, a possibilidade de independência financeira tem suscitado uma atitude de contestação e, em certa medida, de recusa por parte das mulheres às estruturas hierárquicas baseadas em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. Num universo de predominância masculina, as mulheres resistem, rebelam-se e transgridem as interdições, proibições, silenciamentos e discriminações. Dessa forma, passam a vislumbrar sua auto-afirmação como indivíduos livres, detentoras dos mesmos direitos de expressão que os homens, tanto no campo do trabalho quanto da sexualidade, ainda que os caminhos para essa redefinição de identidade não estejam tão claros.

Não é, entretanto, sem conflitos que esse processo se desenvolve. Até porque, as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de

poder, embora a direção da mudança, como adverte Scott (1991 [1989]), não siga necessariamente um sentido único.

E é assim, entre avanços e recuos, que o discurso de igualdade de gênero difundido pelo sindicalismo vai sendo negociado, adaptado e incorporado por mulheres e homens da Zona da Mata, com vistas a modificações na realidade vigente. É bastante evidente que ainda é preciso percorrer uma longa trajetória para tornar as relações de gênero menos desiguais, mas os esforços não têm sido em vão, tampouco se podem ignorar as conquistas.

Valendo-se da legitimidade que lhe é conferida como discurso acadêmico, esta dissertação procurou ir além das formas aparentes para propiciar uma compreensão dos processos comunicativos da população do campo a partir do conhecimento de suas características sócio-culturais e particularidades locais, de onde os sujeitos retiram os elementos para produzir e reproduzir desigualdades e ao mesmo tempo para superá-las. Espera-se, com isso, contribuir de alguma forma com o fornecimento de subsídios para a formatação de futuras políticas de comunicação para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. 1995. *A participação da mulher trabalhadora nos anos 50: buscando espaços, construindo identidades*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, USP, (mimeo).
- _____. 2003. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987*. Recife, Tese de Doutorado em História, UFPE, (mimeo).
- ALBARRACÍN, Jesús. 1999. "O Trabalho Doméstico e a Lei do Valor". In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *O Trabalho das Mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, pp.43-61.
- AMARAL, Ana Elizabeth Perruci do. 1984. "Aspectos das relações de trabalho e do movimento sindical na Zona da Mata de Pernambuco". In: Fundação Joaquim Nabuco. *Ciência & Trópico*, Volume 12, Número 2, Jul/Dez, Recife: Editora Massangana, pp.183-193.
- ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira.; ANDRADE, Sandra Maria Correia de. 2001. *A cana-de-açúcar na Região da Mata pernambucana – Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto ambiental, sócio-econômico e político*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- ARAÚJO, Inesita Soares de; AZEVEDO, Ana Maria Andrade. sd. *A Recepção de Impressos, Rádio e Audiovisuais no Meio Rural*. Recife: UFPE.
- BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. 1983. "Relações de trabalho e produtividade na lavoura canavieira pernambucana". In: SUDENE / FUNDAJ. 1983. *Boletim sobre população, emprego e renda no Nordeste*, n.3, pp.421-443.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. 1973. *Os fundamentos do Conhecimento na Vida Cotidiana: a construção social da realidade*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes.

- BHABHA, Homi K. 1998. *O Local da Cultura*. Minas Gerais: Editora da UFMG.
- BOTTOMORE, Tom. 1988. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. 1997. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- CANCLINI, Nestor García. 1993. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1994. *Culturas Híbridas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CASTRO, Mary Garcia. 1990. "A Dinâmica entre Classe e Gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero". In: *Mulher e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IBAM, Unicef.
- CAVALCANTE, Marianne C.B. sd. *Muitos Sujeitos Contra o Sujeito*. Campinas, Unicamp, (mimeo), 11p.
- CHAUÍ, Marilena. 1996. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- EAGLETON, Terry. 1997. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo/UNESP.
- FOUCAULT, Michel. 1988. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. 1999. "Trabalho doméstico, serviços domésticos". In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *O Trabalho das Mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, pp.62-71.
- GIANNOTTI, Vito. 1991. *O que é Estrutura Sindical*. São Paulo: Brasiliense.
- GRAMSCI, Antonio. 1978a. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1978b. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda.
- HELLER, Agnes. 2000. *O Cotidiano e a História*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra.

- HENRY, Paul. 1969. "Os Fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux". In: GADET, Françoise & HAK, Tony. 1993. (org.) *Por uma Análise Automática do Discurso*. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, pp.13-37.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. 1994. "Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais". In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, pp. 63-85.
- KONDER, Leandro. 1981. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense.
- LOPES, Carmem Lúcia Evangelho. 1989. *O que todo cidadão precisa saber sobre sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Global Editora.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. 1990. *Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. 1993. "Estratégias Metodológicas da Pesquisa de Recepção". In: *Revista Brasileira de Comunicação*. Vol. XVI. São Paulo: Intercom, pp. 78-86.
- _____. 1995. "Recepção dos meios, classes, poder e estrutura". In: *Comunicação e Sociedade*. São Paulo, n.23, pp. 101-109.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. 1997. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- MARX, Karl. 1981 [1964]. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOMESSO, Luiz. 1997. *Comunicação Sindical: limites, contradições, perspectivas*. Pernambuco: Editora Universitária da UFPE.
- MUSSALIM, Fernanda. 2001. "Análise do Discurso". In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. 2001. (org.) *Introdução à Lingüística 2: domínios e fronteiras*. São Paulo: Editora Cortez, pp.101-141.
- NÓBREGA, Sheva Maria da. 1990. *O que é representação social*. Paris, Tese de doutorado em Psicologia Social, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, (mimeo).

- ORLANDI, Eni Puccinelli. 1998. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Vozes.
- OROZCO-GOMES, Guilherme. 1992. "La Investigación de la Recepción y la Educación para los Medios: Hacia una Articulación Pedagógica de las Mediaciones en el Proceso Comunicativo". In: *Comunicação & Política*. Ano 12. n. 21. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos (CBELA), pp.91-103.
- OROZCO-GOMES, Guilherme. 1993. "Hacia una Dialectica de la Recepción Televisiva: La estructuración de Estrategias por los Televidentes". In: *Comunicação & Política*. Ano 13. N. 22, 23, 24, 25. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos (CBELA), pp.57-73.
- PINTO, Milton José. 1999. *Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores.
- PORTELLI, Hugues. 1987[1977]. *Gramsci e o Bloco Histórico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz de Terra.
- POSSENTI, Sírio. sd. *Ainda sobre a noção de efeito de sentido*. São Paulo, Unicamp, (mimeo), 8p.
- SÁ, Celso Pereira de. 1995. "Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria". In: SPINK, Mary Jane. 1995. (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, pp.19-45.
- SAWAIA, Brihan. 1993. "Representação e Ideologia: o encontro desfeticizador". In: SPINK, Mary Jane. (org.) *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, pp.73-84.
- SCOTT, Joan. 1991 [1989]. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, (mimeo), 27p.
- SILVA, Magno Medeiros da. sd. *As Concepções do Sujeito Receptor*. São Paulo, USP, (mimeo).
- SPINK, Mary Jane Paris. 1993. O Estudo Empírico das Representações Sociais. In: SPINK, Mary Jane. (org.) *O conhecimento no cotidiano:*

as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, pp.85-108.

_____. 1994. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, pp.117-145.

TEIXEIRA, Cristina et al. sd. *O movimento de sentidos na mídia televisiva*. Recife, UFPE, (mimeo), 10p.

WILLIAMS, Raymond. 1992. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WOLF, Mauro. 1997. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

ANEXO – LISTA DE ENTREVISTADOS

1. Aniselda Alves da Silva
2. Armanda Bárbara Demétrio
3. Euza Maria Borges
4. Isabel Cristina Monteiro Lima da Silva
5. José Armando Borges
6. José Edson Lima
7. José Salomão Demétrio
8. Josiran Wilson de Oliveira
9. Ladilene Cristina do Nascimento
10. Maria Aparecida Gomes
11. Maria do Carmo Monteiro
12. Maria Verônica da Silva
13. Verusa de Lima Pereira